

CURSO *Semente de* **GIRASSOL**

A stylized sunflower graphic with a black center and yellow and orange petals, positioned to the right of the title.

Módulo I

Contextualizando a violência contra criança e adolescente

Módulo II

Contextualizando a violência doméstica contra criança e adolescente



Módulo I

Contextualizando a Violência Contra Crianças e Adolescentes





Dados Institucionais

Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Padre Marcos Passerini

Rua Sete de Setembro, 208 – Centro
Fone: (98) 3231-1445 / 3231-8205 / Fax: 3232- 8245
E-mail geral: centromarcospasserini@hotmail.com
E-mail curso: cursosementedegirassol@hotmail.com

Conselho de Associados:

Rogenir Almeida Santos Costa – Presidente
Maria Raimunda Araújo de Oliveira – Secretária de Finanças
Maria do Amparo Monteiro Melo Saibel - Secretário Geral

Equipe Técnica Responsável:

Nelma Pereira da Silva – Coordenadora do CDMP - Psicóloga
Natália Conceição de Oliveira – Auxiliar Administrativo
Nádia Lígia Guterres dos Santos – Psicóloga
Margareth de Jesus Costa Santos – Psicóloga

Apoio:

Unicef
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente / Petrobrás



1 Apresentação

Olá caríssimo(a), este é o I Módulo do Curso Semente de Girassol. Aqui estamos abordando o contexto da violência contra crianças e adolescentes.

Cada texto foi escolhido de forma especial, com o intuito de possibilitar a todos vocês informações básicas que lhes servirão para todo o curso. São produções do Centro de Defesa e também de outros profissionais diversificando os olhares e contribuições. A proposta metodológica foi desenvolvida pelo CDMP, a partir da sua equipe, capacitada pela USP, e também da experiência de 3 anos do curso Semente de Girassol.

Pensamos carinhosamente em cada um(a), e de forma particular, nas crianças e adolescentes que serão beneficiadas com a ação de todos(as).

Com isso, pedimos uma dedicação cuidadosa para cada leitura e debate que vocês farão, refletindo minuciosamente, nos encontros de estudos, na vida das crianças e adolescentes que são afetadas com a violência doméstica. Solicitamos ainda que nas atividades pedagógicas todas as perguntas sejam respondidas de forma individual e depois em grupo.

Quem sonha com a PAZ, não admite viver com a injustiça.

A todos e a todas bom estudo e até breve!

Nelma Pereira da Silva
Natália Conceição de Oliveira
Nádia Lígia Guterres dos Santos
Margareth de Jesus Costa Santos



GIRASSOL

Nossos olhos são seletivos,
nós “focalizamos” o que queremos ver e deixamos de ver o
restante.

Escolha focalizar o lado melhor, mais bonito, mais vibrante
das coisas, assim como um girassol escolhe sempre estar
virado para o sol!

Você já reparou como é fácil ficar baixo astral?

“Estou de baixo astral porque está chovendo, porque tenho uma conta para pagar, porque não tenho
exatamente o dinheiro ou aparência que eu gostaria de ter, porque ainda não fui valorizado, porque
ainda não encontrei o amor da minha vida, porque a pessoa que quero não me quer, porque...”

“É claro que tem hora que a gente não está bem.

Mas a nossa atitude deveria ser a de uma antena que tenta, ao
máximo possível, pegar o lado bom da vida. Na natureza, nós
temos uma antena que é assim. O girassol.

O girassol se volta para onde o sol estiver.

Mesmo que o sol esteja escondido atrás de uma nuvem.

Nós temos de ser mais assim, aprender a realçar o que de bom
recebemos. Aprender a ampliar gestos positivos e transformá-los em grandes acontecimentos.

Temos de treinar para sermos girassol,
que busca o sol, a vitalidade, a força, a beleza.

Por que só nos preparamos para as viagens, e não para a
vida, que é uma viagem?

Apreciar o amor profundo que alguém em um determinado momento dirige a você.

Apreciar um sorriso luminoso de alegria de alguém que você
gosta.

Apreciar uma palavra amiga, que vem soar reconfortante,
reanimadora.

Apreciar a festividade, a alegria, a risada.

E quando estivéssemos voltando a ficar mal humorados,

tristonhos, desanimados, revoltados, que pudéssemos nos lembrar de novo de sermos girassóis.

Selecione o melhor deste mundo, valorize tudo o que de bonito
e bom que haja nele e
retenha isto dentro de você.

É este o segredo de quem consegue manter um alto grau de
vitalidade interna!

(Autor desconhecido)

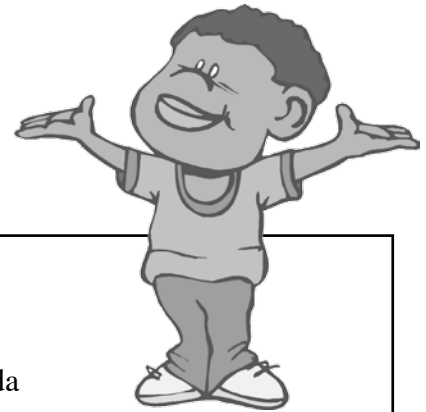


Sumário

1 - Apresentação.....	05
2 - Fenômeno da violência.....	11
2.1 - Violência Estrutural	14
2.2 - Violência Urbana	16
2.3 - Violência Institucional	18
3 - Contextualização Histórica da Violência.....	22
3.1 - História da Criança Brasileiras	25
3.2 - A criança negra no Brasil.....	26
3.4 - Marco Legal de Proteção à Criança e ao Adolescente.....	34
4 - Categoria importantes na compreensão do fenômeno da violência.....	41
4.1 - Infância e Adolescência	41
4.2 - Sexualidade e Gênero	45
4.2.1 - Gênero	53
4.2.2 - Poder.....	60
4.3 - Agressividade.....	61
4.4 - Família.....	63



2. O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA



ATIVIDADE PEDAGÓGICA

Vamos começar nosso estudo com uma motivação geradora de Vida Intensa. Estamos falando de

Desejos de muitas pessoas, que sempre verbalizados no início do Ano ou nos Aniversários .

“EU DESEJO PAZ e AMOR”.

Porém precisamos vencer um grande desafio que é
A violência.

Zelando pelas nossas vidas a luz do conhecimento da nossa realidade.

Amado(a)s, vamos nos articular em grupo.

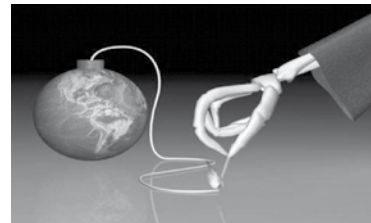
Movimentar-se na busca da quebra dos isolamentos institucionais e pessoais.

Otimismo tem a função de não nos deixar acomodar e não se conformar com a
Realidade em que vivemos.

A sua equipe conta com a participação efetiva de todos?

Este é um passo importante.

Então, vamos lá !!!



www.emiolo.com/userfiles/image/bomba/jpg

O que é violência?

(tempo para responder)

Agora que vocês já começaram a construir um conhecimento sobre a violência, partindo das suas experiências vividas ou de outros, vamos recorrer a alguns outros estudiosos do assunto!!!

Nós pedimos com insistência:

Não digam nunca: isso é natural!
Diante dos acontecimentos de cada dia.
Numa época em que reina a confusão.
Em que corre o sangue,
Em que o arbitrário tem força de lei,
Em que a humanidade se desumaniza,
Não digam nunca: isso é natural!
Bertolt Brecht



Violência

“Não existe uma definição consensual ou in controversa de violência. O termo é potente demais para que isso seja possível.”Anthony Asblaster

Dicionário do Pensamento Social do Século XX

Segundo o Dicionário Houaiss, violência é a “ação ou efeito de violentar, de empregar força física (contra alguém ou algo) ou intimidação moral contra (alguém); ato violento, crueldade, força”. No aspecto jurídico, o mesmo dicionário define o termo como o “constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém, para obrigá-lo a submeter-se à vontade de outrem; coação”.

Já a Organização Mundial da Saúde (OMS) define violência como “a imposição de um grau significativo de dor e sofrimento evitáveis”. Mas os especialistas afirmam que o conceito é muito mais amplo e ambíguo do que essa mera constatação de que a violência é a imposição de dor, a agressão cometida por uma pessoa contra outra; mesmo porque a dor é um conceito muito difícil de ser definido.

Para todos os efeitos, guerra, fome, tortura, assassinato, preconceito, é a violência se manifestando de várias maneiras. Na comunidade internacional de direitos humanos, a violência é compreendida como todas as violações dos direitos civis (vida, propriedade, liberdade de ir e vir, de consciência e de culto); políticos (direito a votar e a ser votado, ter participação política); sociais (habitação, saúde, educação, segurança); econômicos (emprego e salário) e culturais (direito de manter e manifestar sua própria cultura). As formas de violência, tipificadas como violação da lei penal, como assassinato, seqüestros, roubos e outros tipos de crime contra a pessoa ou contra o patrimônio, formam um conjunto que se convencionou chamar de violência urbana, porque se manifesta principalmente no espaço das grandes cidades. Não é possível deixar de lado, no entanto, as diferentes formas de violência existentes no campo.

Texto apresentado por Túlio Kohn, Luís A. Souza e Coronel José Vicente Filho - Guia SERASA de Orientação ao cidadão.
www.serasa.com.br/guia.contraviolencia/index.htm

Outro conceito, é o encontrado pela Enciclopédia Livre Wikipédia, diz que : Violência, em sentido amplo, é qualquer comportamento ou conjunto de comportamentos que visem causar dano a outra pessoa, ser vivo ou objeto. Nega-se autonomia, integridade física ou psicológica e mesmo a vida de outro. É o uso excessivo de força, além do necessário ou esperado. O termo deriva do latim violentia (que por sua vez deriva de vis, força, vigor); aplicação de força, vigor, contra qualquer coisa ou ente.

A violência caracteriza-se pela ação corrupta, impaciente e baseada na ira, que não convence ou busca convencer o outro, simplesmente o agride.



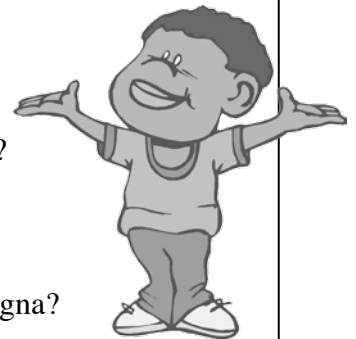
Existe violência explícita quando há ruptura de normas ou moral sociais estabelecidas a esse respeito: não é um conceito absoluto, variando de sociedade para sociedade. Por exemplo, rituais de iniciação podem ser encarados como violência pela sociedade ocidental, mas não pelas sociedades que o praticam.

Para melhor compreender esse fenômeno tão complexo, alguns estudiosos utilizaram de classificações tais como: violência estrutural/sistêmica, urbana, simbólica, institucional, doméstica, intra-familiar, dentre outras. Porém, iremos escolher algumas para subsidiar o nosso estudo.

2.1 Violência Estrutural

ATIVIDADE PEDAGÓGICA

Em sua cidade tem pessoas pedindo esmolas?
Nos jornais ou no seu entorno, tem notícias ou pessoas desempregadas?
Já ouviu falar que o Brasil é um dos países de maior concentração de renda e desigualdade social?
Conhece alguém ou já ouviu falar que tem pessoas passando fome, que são analfabetas, que não tem direito a escola, a saúde, a moradia digna?



QUE PAÍS É ESSE?

Renato Russo

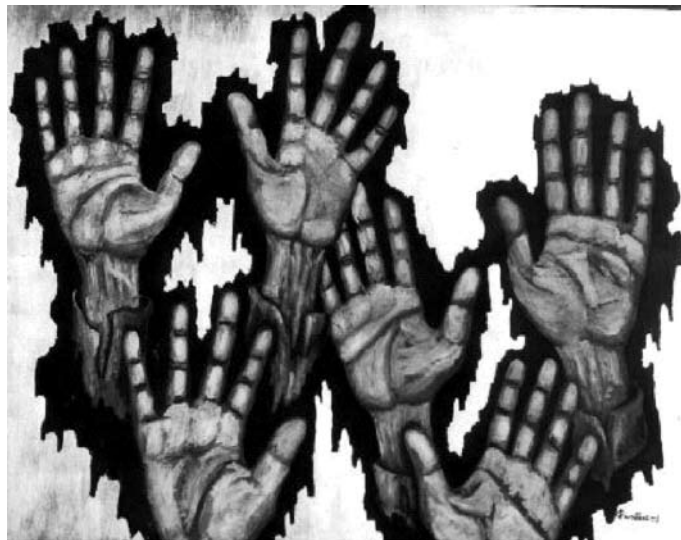
Nas favelas, no Senado
Sujeira pra todo lado
Ninguém respeita a Constituição
Mas todos acreditam no futuro da nação
Que país é este (4x)
No Amazonas, no Araguaia, na Baixada Fluminense
Mato Grosso, nas Minas Gerais e no Nordeste tudo em paz
Na morte eu descanso mas o sangue anda solto
Manchando os papéis, documentos fiéis
Ao descanso do patrão
Que país é este (4x)
Terceiro mundo se for
Piada no exterior
Mas o Brasil vai ficar rico
Vamos faturar um milhão
Quando vendermos todas as almas
Dos nossos índios num leilão
Que país é este (4x)

**cante
pense
comente
a
música**

“Que País é Esse?”



Ao tratar do tema da violência no país, não podemos deixar de voltar o olhar para o quadro da estrutura socioeconômica e política brasileira. A promoção da PAZ tem relação direta com o exercício da JUSTIÇA.



www.nitralorena.com.br/portal/noticias/not315.asp

Violência estrutural e sistêmica

Fonte: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/violencia/violencia.html>

Para Minayo, a violência estrutural “caracteriza-se pelo destaque na atuação das classes, grupos ou nações econômica ou politicamente dominantes, que se utilizam de leis e instituições para manter sua situação privilegiada, como se isso fosse um direito natural”.

Refere-se às condições extremamente adversas e injustas da sociedade para com a parcela mais desfavorecida de sua população. Ela se expressa pelo quadro de miséria, má distribuição de renda, exploração dos trabalhadores, crianças nas ruas, falta de condições mínimas para a vida digna, falta de assistência em educação e saúde. Trata-se, portanto, de uma população de risco, sofrendo no dia-a-dia os efeitos da violação dos direitos humanos, confirmando as palavras de Mahatma Gandhi: a pobreza é a pior forma de violência.

A violência sistêmica brota da prática do autoritarismo, profundamente enraizada, apesar das garantias democráticas tão claramente expressas na Constituição de 1988. Suas raízes, no Brasil, encontram-se no passado colonial. Ainda hoje, as manifestações da violência sistêmica são inúmeras, e o Estado tem se mostrado bastante ineficaz no combate à tortura legal e aos maus-tratos aos presos, bem como à ação dos grupos de extermínio.

Constantes violações dos direitos humanos permanecem, em sua maioria, impunes. “Essa falência em implementar a lei enfraquece a vigência e dificulta o fortalecimento da legitimidade do governo democrático como promotor da cidadania.

Recorte do Texto O que é violência - <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/violencia/violencia.html>



2.2 Violência Urbana

(...)

A violência urbana, no entanto, não compreende apenas os crimes, mas todo o efeito que provocam sobre as pessoas e as regras de convívio na cidade. A violência urbana interfere no tecido social, prejudica a qualidade das relações sociais, corrói a qualidade de vida das pessoas. Assim, os crimes estão relacionados com as contravenções e com as incivildades. Gangues urbanas, pixações, depredação do espaço público, o trânsito caótico, as praças malculadas, sujeira em período eleitoral compõem o quadro da perda da qualidade de vida. Certamente, o tráfico de drogas, talvez a ramificação mais visível do crime organizado, acentua esse quadro, sobretudo nas grandes e problemáticas periferias.

Hoje, no Brasil, a violência, que antes estava presente nas grandes cidades, espalha-se para cidades menores, à medida que o crime organizado procura novos espaços. Além das dificuldades das instituições de segurança pública em conter o processo de interiorização da violência, a degradação urbana contribui decisivamente para ele, já que a pobreza, a desigualdade social, o baixo acesso popular à justiça não são mais problemas exclusivos das grandes metrópoles. Na última década, a violência tem estado presente em nosso dia-a-dia, no noticiário e em conversas com amigos. Todos conhecem alguém que sofreu algum tipo de violência. Há diferenças na visão das causas e de como superá-las, mas a maioria dos especialistas no assunto afirma que a violência urbana é algo evitável, desde que políticas de segurança pública e social sejam colocadas em ação. É preciso atuar de maneira eficaz tanto em suas causas primárias quanto em seus efeitos. É preciso aliar políticas sociais que reduzam a vulnerabilidade dos moradores das periferias, sobretudo dos jovens, à repressão ao crime organizado. Uma tarefa que não é só do Poder Público, mas de toda a sociedade civil.

Violência urbana:

causas e soluções apontadas

“A pobreza não é causa da violência. Mas quando aliada à dificuldade dos governos em oferecer melhor distribuição dos serviços públicos, torna os bairros mais pobres mais atraentes para a criminalidade e a ilegalidade.”

Luís Antônio Francisco de Souza
Sociólogo

“Se as pessoas agirem apenas em função do medo, se retraírem simplesmente, elas não vão conseguir operar bem, não vão conseguir enfrentar a violência. Só vão replicar e aumentar o processo, vão reproduzi-lo.”

Adalberto Botarelli
Psicólogo Social

As causas

Se a violência é urbana, pode-se concluir que uma de suas causas é o próprio espaço urbano? Os especialistas na questão afirmam que sim: nas periferias das cidades, sejam grandes, médias ou pe-



quenas, nas quais a presença do Poder Público é fraca, o crime consegue instalar-se mais facilmente. São os chamados espaços segregados, áreas urbanas em que a infra-estrutura urbana de equipamentos e serviços (saneamento básico, sistema viário, energia elétrica e iluminação pública, transporte, lazer, equipamentos culturais, segurança pública e acesso à justiça) é precária ou insuficiente, e há baixa oferta de postos de trabalho.

Esse e os demais fatores apontados pelos especialistas não são exclusivos do Brasil, mas ocorrem em toda a América Latina, em intensidades diferentes. Não é a pobreza que causa a violência. Se assim fosse, áreas extremamente pobres do Nordeste não apresentariam, como apresentam, índices de violência muito menores do que aqueles verificados em áreas como São Paulo, Rio de Janeiro e outras grandes cidades. E o País estaria completamente desestruturado, caso toda a população de baixa renda ou que está abaixo da linha de pobreza começasse a cometer crimes.

Outros dois fatores para o crescimento do crime são a impessoalidade das relações nas grandes metrópoles e a desestruturação familiar. Esta última é causa e também efeito. É causa porque sem laços familiares fortes, a probabilidade de uma criança vir a cometer um crime na adolescência é maior. Mas a desestruturação de sua família pode ter sido iniciada pelo assassinato do pai ou da mãe, ou de ambos.

No entanto, alguns especialistas afirmam que essa causa deve ser vista com cautela. “Desestrutura” familiar, por exemplo, não quer dizer, necessariamente, ausência de pai ou de mãe; ou modelo familiar alternativo. A desestrutura tem a ver com as condições mínimas de afeto e convivência dentro da família, o que pode ocorrer em qualquer modelo familiar.

Também não é o desemprego. Mas o desemprego de ingresso – quando o jovem procura o primeiro emprego, objetivando sua inserção no mercado formal de trabalho, e não obtém sucesso – tem relação direta com o aumento da violência, porque torna o jovem mais vulnerável ao ingresso na criminalidade. Na verdade, o desemprego, ou o subemprego, mexe com a auto-estima do jovem e o faz pensar em outras formas de conseguir espaço na sociedade, de ser, enfim, reconhecido.

Sem conseguir entrar no mercado de trabalho, recebendo um estímulo forte para o consumo, sem modelos próximos que se contraponham ao que o crime organizado oferece (o apoio, o sentimento de pertencer a um grupo, o poder que uma arma representa, o prestígio) um indivíduo em formação torna-se mais vulnerável.

O crescimento do tráfico de drogas, por si só, é também fator relevante no aumento de crimes violentos. As taxas de homicídio, por exemplo, são elevadas pelos “acertos de conta”, chacinas e outras disputas entre traficantes rivais.

E, ainda, outro fator que infla o número de homicídios no Brasil é a disseminação das armas de fogo, principalmente das armas leves. Discussões banais, como brigas familiares, de bar e de trânsito, terminam em assassinato porque há uma arma de fogo envolvida.

Perfil da vítima e do agressor

O jovem, do sexo masculino, morador de regiões periféricas das grandes cidades, que abandonou a escola cedo e não tem emprego formal, é a maior vítima de homicídio.

Ao mesmo tempo, es se jovem é o maior autor de crimes contra o patrimônio, como assaltos e roubos.

E a maior vítima de crimes contra o patrimônio é também o jovem de ambos os sexos, mas de perfil diferente: tem renda e escolaridade mais elevadas e mora em bairros mais abastados.

Já os crimes sexuais contra mulheres são praticados majoritariamente por homens com quem se relacionam ou se relacionaram. Esse é um fator que inibe ainda mais a denúncia, tanto que crimes como estupro e atentado violento ao pudor são dos mais subnotificados.



Pais, outros parentes e pessoas conhecidas da família são os agressores na maior parte dos crimes de maus-tratos e de abuso sexual contra crianças.

Adaptação do Texto apresentado por Túlio Kohn, Luís A, Souza e Coronel José Vicente Filho

www.serasa.com.br/guia.contraviolencia/index.htm

2.3 Violência Institucional

ATIVIDADE PEDAGÓGICA

Você lembra dos bons atendimentos prestados em instituições que você frequenta?

Lembrou quantas?

Quantas situações de maus atendimentos vivenciadas por você nas instituições?

Lembrou quantas?



Quais foram superior, a de bons atendimentos ou de maus atendimentos?

Será que as de maus atendimentos? Bem, tem dois aspectos a serem analisados, um aspecto é que, no geral, as pessoas tendem a lembrar mais os fatos negativos do que os positivos e, outro, é que de fato ainda existem muitos atendimentos desrespeitosos no cotidiano das instituições.

E quais instituições você tem presenciado maus atendimentos a crianças e adolescentes?

E agora, responda (profissional) como você tem atendido à criança, adolescente e sua família? (estudantes) como você se relaciona com crianças e adolescentes? Respeitam como prioridade absoluta? Pessoas em desenvolvimento? Sujeitos de direitos?

Observe algumas situações de violências institucionais pontuadas no texto seguinte.

Violência Institucional

Violência Institucional é aquela exercida nos/pelos próprios serviços públicos, por ação ou omissão. Pode incluir deste a dimensão mais ampla da falta de acesso à má qualidade dos serviços. Abrange abusos cometidos em virtudes das relações de poder desiguais entre usuários e profissionais dentro das instituições, até por uma noção mais restrita de dano físico intencional. Esta violência pode ser identificada de várias formas:



- Peregrinação por diversos serviços até receber atendimento
- Falta de escuta e tempo para clientela
- Frieza, rispidez, falta de atenção, negligência.

IV - Curso Semente de Girassol



- Maus-tratos dos profissionais para com o usuário, motivados por discriminação, abrangendo questões de raças, idade, opção sexual, gênero, deficiência física, doença mental.
- Violação dos direitos reprodutivos (discriminação das mulheres em processo de abortamento, aceleração do parto para liberar leitos, preconceitos a cerca dos papéis sexuais e em relação às mulheres soropositivos (HIV), quando estão grávidas ou desejam engravidar.
- Desqualificação do saber prático, da experiência de vida, diante do saber científico.
- Violência física (por exemplo, negar acesso à anestesia como forma de punição, uso de medicamentos para adequar o paciente a necessidades do serviço ou do profissional, entre outros)
- Detrimento das necessidades e direito da clientela.
- Proibição de acompanhantes ou visitas com horários rígidos restritos.
- Críticas ou agressões dirigida a que grita ou expressa dor e desespero, ao invés de se promover uma aproximação e escuta atenciosa visando acalmar a pessoa, fornecendo informações e buscando condições que lhe tragam maior segurança do atendimento ou durante a internação.
- Diagnósticos impreciso, acompanhado de prescrição de medicamentos inapropriados ou ineficazes, desprezando ou mascarando os efeitos da violência. Por exemplo, quando uma mulher chega á emergência de um hospital com “crise histérica” e é imediatamente medicada com ansiolíticos ou encaminhada para os setores de psicologia e psiquiatria, sem seque ter sua história e queixas registradas adequadamente. A causa de seus problemas não é investigada e ela perde mais uma chance de falar sobre o que está acontecendo consigo.
- O racismo na escola é visível nos materiais didático-pedagógicos e auxiliares (livros apresenta pessoas brancas como referência positiva e o negro só para ilustrar o período escravista do Brasil; o universo semântico pejorativo, situações nas quais os alunos negros são tratados por seus amigos e/ou professores com termos preconceituosos, negativos ou supostamente positivos, tais como: “neguinho”, “a coisa está preta”, “humor negro”, “carvãozinho” etc.
- Discriminação com crianças pobres que não tem a farda, o tênis ou vão com roupas rasgadas, serve de exemplos negativos em sala de aula ou são excluídos da escola.
- Não tem atendimento de plantão nas delegacias de proteção a criança e ao adolescentes.

Para complementar este capítulo, vamos ler mais um ponto de vista sobre esse fenômeno tão complexo e danoso a nossa existência.

Ler é muito bom...



Violência de quem?

Alberes de S. Cavalcanti

Como uma sombra a acompanhar o cidadão onde quer que ele ande, a violência vem invadindo e minando o convívio social, a ponto de pensarmos mesmo que estamos vivendo o estado de guerra onde o homem é o lobo do homem, descrito pelo filósofo inglês Thomas Hobbes. As ruas, as praças, as escolas e os próprios lares praticamente se transformaram no campo onde ocorre a guerra urbana. Os jornais e a televisão diariamente nos jogam sangue nas faces. São cenas de homicídios, chacinas, massacres, estupros, seqüestros, assaltos... A vida parece ter perdido completamente o seu valor. Por bem pouco (um tênis, uma briguinha no bar, uma discussão no trânsito) mata-se muito.

(...)

Muitas vezes longe de toda a discussão, só aparecendo em cena como personagens do sensacionalismo televisivo e jornalístico, estão às vítimas de toda a violência: os pobres. E entre os pobres, encontram-se as maiores vítimas: as crianças e os adolescentes pobres. Aqui vale lembrar o que o próprio Ministério da Saúde afirma em uma de suas publicações: “O mais freqüente tipo de violência a que estão sujeitas crianças e adolescentes é aquela denominada estrutural. A vivência cotidiana do profissional de saúde está repleta de situações em que constata essa forma de violência, já que a pobreza tem alcançado índices alarmantes” (Violência Contra a Criança e o Adolescente, MS, 97). Falar dos pobres e das crianças e adolescentes pobres como vítimas (assim como dos índios, negros, mulheres, homossexuais) torna-se perigoso, pois pode levar-nos a uma outra forma de violência, àquela de tratar estes segmentos da sociedade como não-sujeitos de sua própria história. Neste sentido eles dependeriam da boa ação dos não-pobres para superar a sua situação de pobreza. Continuariam, portanto, dependentes e submissos à mercê das ações assistenciais e paliativas dos seus supostos benfeitores, que por sua vez podem encostar a cabeça no travesseiro e dormir tranqüilos, como cidadãos de bem com a consciência do dever cumprido. Desta forma, a elite brasileira vai mantendo-se no poder e camuflando a colossal violência que pratica contra os pobres.

“VIOLÊNCIA DA VIDA” - Independente de qualquer controvérsia sobre a questão da violência, seria cinismo não perceber o quanto a pobreza contribui com os índices de violência. Aliás, a própria situação de pobreza já é uma violência, das mais cruéis, por que passa a população. Yves Michaud, em seu livro “A Violência”, fala de uma violência da vida, “... sejam quais forem as melhorias recentes, a vida das classes populares é sempre mais terra a terra que a dos outros grupos sociais: a sujeira onipresente, a promiscuidade, o aperto da moradia já foram suficientemente descritos”. Já foi suficientemente descrita, também, a enorme desigualdade social existente em nosso país.

(...)

Como diz a sabedoria popular violência gera violência. Portanto, vemos que dessa violência estrutural surgem outras formas de violência, muitas vezes manifestas como violações dos direitos fundamentais e humanos. E também nesse caso os direitos infanto-juvenis são os mais violados. Mesmo assim, há quem pense que as crianças e adolescentes estão tendo direitos demais e vêm no Estatuto da Criança e do Adolescente o grande vilão, culpado pela impunidade e incentivador da delinquência infanto-juvenil. Para quem pensa assim, a solução é tratar este segmento social da mesma forma que os adultos. Não é sem motivos que existem no Congresso Nacional doze propostas de lei visando diminuir a idade penal para 16 anos. A cadeia é a solução? Colocar adolescentes nos nossos presídios, que bem sabemos como são, vai resolver? Do que adianta prender cinco se a miséria lança



cinquenta nas ruas e na marginalidade? Quem pede cadeia e punição pela punição, está pensando curto. A proposta do ECA é bem mais ampla e radical. Não é que o ECA veio para “passar a mão na cabeça de menor infrator”. O ECA propõe as chamadas medidas sócio-educativas, que visam a responsabilização de crianças e adolescentes que cometem atos infracionais, porém com um intuito pedagógico e social que vai além da simples punição. O que infelizmente ocorre é uma total desinformação ou má informação sobre o Estatuto.

(...)

A violência estrutural rouba da criança a sua infância. Ela está manifesta nos alarmantes indicadores de exploração sexual infantil, sobretudo em capitais nordestinas; na presença denunciadora dos meninos e meninas que sobrevivem na rua; no vergonhoso índice de analfabetismo e falta de escolas; na brutalidade da violência policial e na tácita violência familiar; no trabalho infantil e escravo; na mortalidade infantil e na falta de saúde; na exploração pelo tráfico de drogas.

(...)

Com que autoridade o Estado e a sociedade podem exigir deveres e responsabilização às crianças e adolescentes pobres, se nem mesmo lhes são dadas condições para um desenvolvimento verdadeiramente humano?

O Brasil, infelizmente, é estruturalmente violento, o mesmo se diga do Maranhão. Sob o mito de sermos um povo pacífico, não violento, não racista e democrático, vamos escamoteando, justificando e tornando natural a violenta desigualdade e injustiça social. Quando se pensa em resolver o problema da violência, entende-se tomar medidas repressivas e punitivas contra os pobres. Por isso, corre pelo imaginário popular que no Brasil só vai para cadeia ladrão de galinha, ou então, os três “pês”: preto, pobre e prostituta. Contudo, esse é o caminho mais cômodo, é uma espécie de “lava mãos coletivo”, culpabilizando o mais “fraco” no jogo social. O outro caminho é assumir que essa realidade não é natural, é histórica e social, criada por homens e estruturas sociais, e que, portanto, é passível de mudança. O Estado brasileiro tem representado ao longo de sua existência o interesse das elites, os governos que se sucedem pouco têm contribuído para solucionar os problemas sociais, atingindo-os na raiz - exemplo típico é a seca do Nordeste.

NAVEGAR É PRECISO - Diante da atual conjuntura de domínio neoliberal, os cidadãos, e mesmos os movimentos sociais e as organizações não-governamentais, vêem-se como que mergulhadas num mar de apatia e anestesia, introjetando o imobilismo e abafando a indignação ética motivadora das ações de transformação social. Mas é exatamente esse o caminho que leva a naturalizar as injustiças, a não se indignar, escandalizar-se mesmo, diante da violência que é a pobreza, sobretudo contrastada com a opulência de uns poucos. Cabe a nós, sociedade civil, conquistar a cidadania que nos é roubada. A desesperança, a apatia, o “sempre foi assim e assim será” não têm espaço para aqueles que lutam por um mundo melhor.

(...)

A violência urbana - que tem sua raiz na violência estrutural e simbólica – não dá trégua. No que pese o sensacionalismo da mídia, não precisamos de muita pesquisa para constatar que a vida nas cidades está cada vez mais perigosa e insegura. As notícias que nos chegam sobre mortes violentas por motivos banais, tráfico de drogas, ação as gangues, abuso de autoridade e violência policial, assaltos... dão a impressão de que já perdemos a batalha contra a violência.

A ORIGEM – Nesse rebuscar no baú, mexendo em coisas já passadas, vem-me à reflexão de que a origem da violência deva ser buscada na nossa origem. Na nossa origem enquanto gente. Na nossa origem enquanto povo. Pode parecer muito abstrato, coisa de filósofo, como se diz. Mas penso



que não teremos a serenidade e a lucidez suficientes para enfrentarmos a violência, sem termos essa compreensão, ou seja, a violência está em nós enquanto seres humanos enquanto brasileiros.

A contraposição à violência é a paz. Mas já foi dito que a paz é filha da justiça. O princípio da justiça é a igualdade de direitos. O exercício dos direitos é a cidadania. A contraposição à violência é a cidadania.

Diante de tantas violências, temos a tendência de encontrar culpados, bodes expiatórios que possamos dizer a culpa é ... dessas “crianças de hoje que são muito rebeldes”, desses “adolescentes revoltados”, dessas “famílias desajustadas”, é do governo ... e assim a lista é grande conforme a situação. Porém, será que isso tem levado a responsabilização justa? Ou será que começar a quebrar com o ciclo da violência fazendo uma leitura crítica mais abrangente do que realmente está originando essa tal ou essas tantas violências, ou ainda quem é a pessoa ou as pessoas que vem perpetuando, dando continuidade as ações danosas a outras pessoas? Com foi ou como é sua história de vida? Será que só identificamos as violência nos outros? O inferno são os outros? ou identificamos comportamentos violentos em nós? Nosso EU? Estamos usando de violência com nós mesmos? São inúmeras as questões, então, vamos continuar o nosso estudo buscando um resgate histórico.

3 Contextualização histórica da Violência

Texto extraído da Apostila ABRAPIA:
Instrumentalizando uma prática



A violência contra crianças e adolescentes acompanha a trajetória da humanidade desde tempos memórias. No processo histórico esse tipo de violência veio se manifestando de diversas formas, de acordo com as características específicas de cada cultura, aliando-se as violências provenientes da estruturas social vigente.

É muito difícil conceituar a violência, principalmente por ser ela, por vezes, uma forma própria de relação pessoal, política, social e cultural, por vezes uma resultante das interações sociais; por vezes a ainda, um componente cultural naturalizado. Muitos estudiosos da temática têm em comum a clareza de que a violência é um problema social e histórico. Está presente a idéia de que não se pode estudar a violência fora da sociedade que a produziu, porque ela se nutre de fatos políticos, econômicos e culturas trazidos nas relações cotidianas que, por serem construídos por determinada sociedade, e sobre determinadas circunstâncias, podem ser por ela desconstruídos e superados.

Uma definição de violência pode ser assim expressa: “é toda ação e/ou omissão que pode cessar, impedir, deter ou retardar o desenvolvimento pleno dos seres humanos. Aparece, em geral, em relações assimétricas e hierarquias de desigualdade e/ou subordinação, onde o violador toma decisões sobre a vida do violado, sem avaliar as necessidades básicas e os desejos deste, levando em conta, unicamente, as suas próprias necessidades e seus desejos (Loll, 1993)”.

O fenômeno da violência contra criança e adolescente ocorreu através da História da humanidade em todas as culturas, sendo que o direito à vida nem sempre lhes foi reconhecido.

Em épocas anteriores a Cristo, crianças eram ofertadas em sacrifícios aos Deuses por praticantes de diversas crenças religiosas. A Bíblia está repleta de passagens onde são descritos inúmeros sacrifícios e grande massacres de crianças como, por exemplo: os dois meninos judeus jogados ao rio,



por ordem do faraó do Egito, quando nasceu Moisés e, mais uma vez, a matança de crianças nascidas em Belém, por ordem de Herodes. O infanticídio foi uma prática que perdurou até quase a entrada do século IV d.C. e podia ter motivações pessoais, familiares ou institucionais.

Relatos de violências contra crianças foram registrados na Babilônia, Grécia, Esparta, Cartago, Egito, Rússia, Índia, China, Roma, inclusive nas casas Reais. As crianças que se afastaram da “normalidade,” que nasciam com defeitos físicos ou as que ficavam cegas ou aleijadas e, até mesmo ao bebês muito chorões, podiam ser sacrificados. Muitos eram os métodos utilizados até os meados do século XVII para executar os infanticídios, tais como: morte por asfixia, afogamentos em latrinas e cisternas, colocação de crianças nas partes cimentadas das edificações durante suas construções, imolação aos deuses na fogueira, execução de “meninas em excesso” ou ainda, nos tempos de César mutilava-se crianças para pedir esmolas. Enfim, a Infância era considerada como um segmento social de segunda categoria, sendo utilizada em proveito dos adultos e da sociedade.

As bases das quais se apoiaria o bem-estar infantil começaram a nascer no século XVIII, porém, até o século XIX não eram permitidas às crianças participarem da vida afetiva dos pais. O direito sempre garantiu o poder absoluto do pai sobre o filho. Só a revolução francesa, em 1789, decide decretar a perda dos direitos do pai ou da mãe que, por causa de sua embriaguez habitual, maus procedimentos notórios e escandalosos, maus-tratos, comprometiam a saúde e a moralidade de seus filhos. Foi a primeira intervenção do Estado na família. Em fins do século XIX, na Inglaterra, os pais pobres já vendiam os filhos. Crianças de quatro anos já trabalhavam em fábricas e desde os oito em minas de carvão.

Nos Estados Unidos, o primeiro processo contra um pai ocorreu em 1871, em Nova York, em defesa da menina Mary Ellen que era espancada pelos pais adotivos. Nessa época não havia leis que pudessem protegê-la. Foi preciso que advogado recorresse à lei de prevenção de crueldade contra animais. A justiça reconheceu que Mary Ellen, como um membro do reino animal, merecia proteção contra maus-tratos. Foi, portanto, no final do século XIX que surgiu a primeira Associação de Apoio à Criança e Contra a Crueldade Infantil (Society for the Prevention of Cruelty to Children – EUA, 1871).

As primeiras incursões da medicina na área da violência de pais contra filhos ocorreram na França, em 1860, quando Ambroise Tardieu publicou seu “Estudo Médico-Legal sobre as Sevícias e os Maus-Tratos exercidos sobre as crianças”. Os primeiros hospitais infantis foram fundados por essa ocasião, em Londres e Paris.

Já no século XX, em 1951, o radiólogo Silverman apresentou casos de lactentes com lesões traumáticas (hematomas sub-dural e fraturas de ossos longos).

Na década de 60, a pediatra americana passa a estudar, diagnosticar e medicar a chamada “Síndrome da Criança Espancada”, mais tarde ampliada para “Síndrome dos Maus-Tratos”, colocando-a como um sério problema para o crescimento e o desenvolvimento infantil. Seus expoentes foram Silverman e Kempe (entre outros), com a publicação de um artigo sobre 302 casos de crianças maltratadas, cujo impacto em nível nacional, desembocou na obrigatoriedade de denunciar qualquer suspeita de maus-tratos contra crianças e adolescentes, medida que, no prazo de cinco anos atingiu a totalidade dos Estados Unidos.

Uma década depois, vários países também reconhecem, formalmente, os maus-tratos como grave problema de saúde pública. Assim, primeiro nos Estados Unidos e no Canadá e depois em outras regiões, na década de 70, são criados programas nacionais de prevenção primária e secundária, além de centrais de denúncia, tornando público e passível de intervenção social um problema tradicionalmente e até então, considerado de foro privado. Para que isso ocorresse, muitos contribuíram como as sociedades de pediatria de várias países, já articuladas com setores da sociedade civil dedicados aos direitos da infância e da adolescência.



Em toda sociedade ocidental, e mais particularmente no Brasil, é na década de 80 que o tema da violência entra em vigor na agenda de debates e no campo programático da saúde, tendendo a se consolidar no final dos anos 90. Em nosso país, tiveram papel fundamental para essa inclusão, os movimentos sociais pela democratização, as instituições de direito, algumas organizações não-governamentais (ONGs) de atenção aos maus-tratos na infância, e as organizações internacionais com poder de influenciar pautas nacionais.

Também na década de 80, alguns pediatras iniciaram atividades assistenciais e de prevenção nos hospitais em que trabalhavam e depois criaram ONGs para ampliação e maior visibilidade de seus trabalhos. Aí se destacam os Centros Regionais de Atenção aos Maus-Tratos na Infância (CRA-MI) em São Paulo; a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (ABRAPIA) no Rio de Janeiro; e a Associação Brasileira de Prevenção aos Abusos e Negligências na Infância (ABPANI) em Minas Gerais.

Na área legislativa, o Código Penal Brasileiro de 1830, não previa pena porque não entendia como crime o castigo excessivo às crianças e o assassinato de uma delas era considerado crime “menos grave” do que matar um adulto. A pena era reduzida de um máximo de 12 para 3 anos. O Código de 1890, também não via crime em tortura e espancamento de criança, a não ser que ela morresse. Foi apenas no Código Penal de 1927, através de Mello Matos, que foi introduzido o crime de negligência, abandono e maus-tratos.

Um salto qualitativo na História se deu através da I Declaração Sobre os Direitos da Criança, em 1923, em Genebra. A partir daí, em passos mais rápidos, historicamente falando, outras Declarações foram somando-se à primeira quando em 1948, promulgada pela ONU, se deu a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Em 1959, aprovada pela Assembleia Geral da ONU, obtivemos a II Declaração dos Direitos da Criança.

Com uma intensa participação e mobilização da sociedade organizada, foi sancionada em outubro de 1988, uma nova Constituição Federal do Brasil, onde está expresso em seu artigo 227: É dever da família, da sociedade e o Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. em seu parágrafo 4 diz: A lei punirá severamente o abuso, a violência, e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Em 1990, o Brasil passa a ser signatário da Convenção de 1989 sobre os Direitos da criança e, em 13 de julho do mesmo ano, promulga o Estatuto da Criança e do Adolescente, lei que dispõe sobre a proteção integral de toda as crianças e adolescentes brasileiros.

Embora o lugar da criança seja na família ou na sociedade, tenha nos dias de hoje, uma melhor posição, o problema da violência contra criança ainda não foi superado. Apesar dos progressos alcançados na luta pela igualdade dos direitos, ainda estamos imersos no regime do patriarcado, que legitima a assimetria de gênero, subordinando a mulher ao homem, deixando a criança, por conseguinte, no lugar mais frágil dessa assimetria de poder.

Preocupa-nos saber que as crianças continuam a ser violentamente maltratada, justamente por aqueles que têm a função de protegê-las, pois têm confiança nos adultos que conhecem, mesmo quando eles não são dignos de confiança. Na realidade não tem outra possibilidade, pois, são seres em desenvolvimentos, são estruturalmente dependentes. As experiências e as pesquisas demonstram que quando esta confiança é traída, a criança pode aprender que não devem confiar no ser humano, deixando vir à tona sentimentos que deveriam conduzi-las, em casos mais graves, aos caminhos da delinquência e do comportamento anti-social.



A violência pode apresentar sob diversas faces. Uma delas é que se esconde sob o véu da instituição familiar enquanto espaços privados, protegidos, criando um certo isolamento que dificulta as tentativas de intervenção.

Gênero, geração são características que se apresentam como desigualdades básicas no exercício da violência na instituição família, além de ser um espaço onde se cultiva o segredo. Estas questões que perpassam a problemática da violência, aprofundaremos posterior.

Compreender o fenômeno da violência, torna-se necessário um estudo sobre nossa história, nossa colonização, nosso país, nosso estado, nossa cidade, nossa família e nossa identidade.

3.1 Histórias das Crianças Brasileiras



ATIVIDADE PEDAGÓGICA

Vamos conhecer algumas particularidades sobre as histórias das crianças no Brasil !!!

Você conhece a realidade de qual criança? A que vive onde? Como?

Na cidade, mora em casas, apartamentos, pequenos barracos, cortiços ou instituições etc.?

Na zona rural, em casa, sítios, fazendas, acampamentos, aldeias indígenas, etc.?

Brincam em shopping, parques, nas ruas, se divertem cinema, teatro, circo, no mar, em piscinas ou rios, sobem em árvores e jogam futebol.

As que convivem com vários animais, com galinhas, cabras, passarinhos, besouros, cavalos, sapos e bois.

Ou as que só conhecem animais domésticos, como cachorro, gato e demais só em livros e televisão?

As que trabalham – capinam a roça, quebram pedras, fazem carvão, embalam compras em supermercados, limpam pára-brisas de automóveis, fazem carreto em feiras, responsáveis por seus irmãos menores ou são babás, preparam a comida e arrumam a casa?

As que possuem uma agenda cheia de atividades culturais e esportivas com aulas de balé, inglês, piano, natação, etc ?

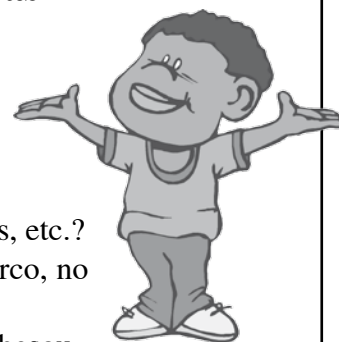
As que perambulam sozinhas ou em turmas pelas ruas das grandes cidades, sem moradia e sem proteção?

As que convivem apenas com o rádio e a televisão.

As que recebem os cuidados das “babás eletrônicas” dos veículos de comunicação, juntamente com o videocassete, o computador e o videogame, entretendo as crianças com jogos e desenhos animados.

Poderíamos lembrar inúmeras vivências que fazem parte do dia-a-dia das crianças brasileiras, mas é difícil dimensionar todas as realidades. Mas podemos começar por conhecer pela nossa, a de nossa família, bairro e cidades.

Com o objetivo de aprofundar o estudo da história da criança no Brasil, podemos conversar um pouco mais sobre os nossos costumes e de outros tempos. É legal entrevistar pais, avós, parentes e amigos da família e pesquisar em fotos antigas, buscando conhecer principalmente sobre você e também o seu entorno.





Onde você nasceu? Maternidade, hospital, posto de saúde ou em casa?
Quem cuidou de você? Como foi cuidado(a)? Como era a convivência entre irmãos e amigos?
Como se davam as relações de afeto e de castigo?
Quais eram as brincadeiras e os brinquedos?
Quais as cantigas de ninar ou de roda?
Como foi sua experiência na escola? Como sua ou seu professor(a) educava? Como era a escola?
Que roupas usavam?
Que dificuldades e que facilidades havia para a sobrevivência?
Como eram as festas familiares, do bairro ou da localidade?
E hoje? Você tem se percebido repetindo algum comportamento da mesma forma que trataram você?
Vocês perceberam alguma violência no modo como foram tratadas?
Compreende o que levou os seus cuidadores a agir dessa forma?
Eles receberam qual educação?

Com estes estudos históricos permitem que vocês dimensionem os costumes e os hábitos em uma perspectiva social e temporal. Favorecem perceber as mudanças ou as repetições culturais, reavaliar as atividades do cotidiano, considerando que fazem parte de situações sociais mais amplas.

Compreender que cada criança recebe um tratamento diferente, conforme o lugar que lhe é dado em nossa sociedade.

Ainda enquanto complemento iremos fazer um recorte na questão de raça/etnia, conforme segue:

3.2 A criança negra no Brasil

Importante ressaltar que a concepção de respeito a infância, também vem sendo discutida aqui no Brasil, porém, cabe lembrar da sua história, de ser o maior território escravo do mundo e o que demorou a aderir a abolição da escravatura negra, sem falar na escravidão do povo indígena.

A Criança Negra no Brasil

Mary Del Priore¹



As crianças brasileiras estão em toda parte. Nas ruas, à saída das escolas, nas praças, nas praias. Sabemos que seu destino é variado. Há aquelas que estudam, as que trabalham, as que cheiram cola, as que brincam, as que roubam. Há aquelas que são amadas e outras, simplesmente usadas. Seus rostinhos mulatos, negros, mestiços, enfim, desfilam na televisão, nos anúncios da mídia, nos rótulos dos mais variados gêneros de consumo. Não é à toa que o comércio e a indústria de produtos infantis vêm aumentando progressivamente sua participação na economia nacional; assim como a educação primária tanto quanto o combate à mortalidade infantil são permanentes temas da política nacional. O bem-estar e o aprimoramento das relações entre pais e filhos são assuntos constantes de psicólogos, sociólogos, psicanalistas, enfim, de especialistas que, além de trazerem uma contribuição inédita para a melhor inserção da criança na sociedade do ano 2000, reproduzem seus conhecimentos em revistas e teses, propondo uma nova ética para a infância.

No mundo atual, essas mesmas crianças passaram de reis a ditadores. Muitas de suas atitudes parecem-nos incompreensíveis. Quase hostis. Uma angústia sincera transborda das interrogações que



muitos de nós nos fazemos sobre o que seja a infância ou a adolescência. É como se as tradicionais cadeias de socialização tivessem, hoje, se rompido. Socialização na qual os laços de obediência, de respeito e de dependência do mundo adulto acabaram sendo trocados por uma barulhenta autonomia. Influência da televisão? Falta de autoridade dos pais? Pobreza e exclusão social de uma imensa parcela de brasileiros? Mais. E se tudo isso secretasse, nas margens da sociedade, uma brutal delinquência juvenil, mesmo entre as famílias mais equilibradas, nas quais a presença dos pais e o excesso de amor substituem a educação, gerando um profundo mal-estar feito de incompreensão e brigas?

Ora, essa quase onipresença infantil nos obriga, pois, a algumas questões. Terá sido sempre assim? O lugar da criança negra na sociedade brasileira terá sido sempre o mesmo? Como terá ela passado do anonimato para a condição de cidadã, com direitos e deveres aparentemente reconhecidos? Numa sociedade desigual e vinculada por transformações culturais, teremos, ao longo dos tempos, recepcionado nossas crianças da mesma forma? Sempre choramos, do mesmo jeito, a sua perda? Que marcas trazem as crianças de hoje daquelas que as antecederam no passado? Mas há, também, questões mais contundentes, tais como: por que somos insensíveis às crianças negras que mendigam nos sinais? Por que as altas taxas de mortalidade infantil, agora começando a decrescer, pouco nos interessam? As respostas, entre tantas outras, só a História pode dar. Não será a primeira vez que o saudável exercício de “olhar para trás” irá ajudar a iluminar os caminhos que agora percorremos, entendendo melhor o porquê de certas escolhas feitas por nossa sociedade.

Para começar, a história sobre a criança, feita no Brasil, assim como no resto do mundo, vem mostrando que existe uma enorme distância entre o mundo infantil descrito pelas organizações internacionais, por ONGs ou autoridades e aquele no qual a criança encontra-se cotidianamente imersa. O mundo do que a “criança deveria ser” ou “ter” é diferente daquele onde ela vive ou, no mais das vezes, sobrevive. O primeiro é feito de expressões como “a criança precisa”, “ela deve”, “seria oportuno que”, “vamos nos engajar em que”, etc., até o irônico “vamos torcer para”. No segundo, as crianças são enfaticamente orientadas para o trabalho, o ensino, o adestramento físico e moral, sobrando-lhes pouco tempo para a imagem que normalmente se lhe está associada: aquela do riso e da brincadeira.

No primeiro, habita a imagem ideal da criança feliz, carregando todos os artefatos possíveis capazes de identificá-la numa sociedade de consumo: brinquedos eletrônicos e passagem para a Disneylândia. No segundo, o real, vemos se acumularem informações sobre a barbárie constantemente perpetrada contra a criança, materializadas nos números sobre o trabalho infantil, naqueles sobre a exploração sexual de crianças de ambos os sexos, no uso imundo que faz o tráfico de drogas de menores carentes, entre outros. Privilégio do Brasil? Não! Na Colômbia, os pequenos trabalham em minas de carvão; na Índia, são vendidos aos cinco ou seis anos para a indústria de tecelagem. Na Tailândia, cerca de 200.000 são roubados anualmente às suas famílias e servem à clientela doentia dos pedófilos. Na Inglaterra, os subúrbios miseráveis de Liverpool produzem os “baby killers”, crianças que matam crianças. Na África, 40% das crianças entre 7 e 14 anos trabalham.

Pensar tais questões, assim como seus antecedentes históricos, vem sendo uma preocupação geral, para especialistas ou não.

Desde o início da colonização, as escolas jesuíticas eram poucas e, sobretudo, para poucos. Se as crianças indígenas tiveram acesso a elas, o mesmo não podemos dizer das crianças negras, embora saibamos que alguns escravos aprendiam a ler e escrever com os padres². O ensino público só foi instalado, e ainda assim mesmo de forma precária, durante o governo do Marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII. Os cuidados com a evasão, com o ensino da religião cristã, das “obrigações civis” ou dos chamados “Estudos Maiores” não cobriam, contudo, as necessidades de



uma parcela importante da população: aquela constituída por filhos de forros³. Nos documentos, nem uma palavra sobre a educação de crianças negras ou de filhos de escravos, salvo a religiosa que, segundo o jesuíta Antonil, era obrigatória. Essa obrigatoriedade acabou empurrando o catolicismo para dentro dos rituais de candomblé afro-banto: “O kêrêkêrê – relampejou! Pelo Cálice e pela Hóstia!(...) Noé, Noé, Sua barca é-vem! É-vem cheia de caboco, completa ou sozinha sem mais ninguém!”⁴.

No século XIX, a saída para os filhos dos pobres não seria a educação, mas a sua transformação em cidadãos úteis e produtivos na lavoura, enquanto os filhos de uma pequena elite eram ensinados por professores particulares. Reclamada desde 1824, e criada em 1856 para atender às necessidades de uma população livre e vacinada, a escola pública proibia seus assentos às crianças escravas. Às pobres, provavelmente mulatas e negras, reservava espaço quando se tratavam daquelas que demonstravam “acentuada distinção e capacidade”. Examinando relatórios de mestres, lecionando em Jacarepaguá, Rio de Janeiro, no final do século XIX, Alessandra Martinez de Schueler demonstra que, segundo esses, uma parcela diminuta de alunos era constituída por libertos “pretos”, além de um “número pequeno de cor parda”. A desigualdade social e racial inscrevia-se, portanto, nas origens do ensino público que não era para todos. Mas para alguns.

Para as crianças libertas com a Lei do Ventre Livre (28/09/1871), sobrou a perspectiva do ensino profissionalizante. Institutos privados, na sua maior parte de origem religiosa, como o do Sagrado Coração de Jesus ou o abrigo Santa Maria em São Paulo, recolhiam crianças pobres e davam-lhes um mínimo de preparo prático para ofícios manuais⁵. Schueler lembra ainda, num dos seus artigos, que a mesma lei previa que a educação dos “ingênuos” (termo que designava crianças de até 5 anos) fosse entregue ao governo pelos senhores. A instrução primária e o encaminhamento dos filhos livres das escravas para os ofícios manuais foram projetados no texto legal. Quando das grandes reformas urbanas que atingiram as capitais dos Estados, no final do século XIX, vozes como as de Cândido Motta, Moncorvo Filho e Bush Varela, juristas e médicos, imprecavam contra a presença crescente de crianças nas ruas – as negras eram maioria –, exigindo solução para estancar a circulação desses “desgraçados, sem teto, sem lar, sem educação, sem instrução e sem ordem”. Na República, recém-proclamada e que ostentava na bandeira o lema “Ordem e Progresso”, a infância negra prometia desordem e atraso. Na capital, Rio de Janeiro, pequenos mendigos, indigentes e vadios faziam da Praça XV, do Arco do Telles e das portas de igrejas o seu ponto de apoio⁶. Quarenta anos depois, o Estado Novo criava, em 1941, o Serviço de Atendimento ao Menor (SAM), sistema que ajudou a criminalizar definitivamente o menor de rua⁷. No primeiro quartel do século XX, a população de crianças carentes tinha que defrontar-se com um binômio imposto pela sociedade burguesa: lazer versus trabalho e honestidade versus crime. Normalmente foram associadas ao trabalho e, na ausência deste, ao crime. Os rostos de crianças negras são os mais frequentes nas imagens mostradas sobre a Febem.

No final aquele mesmo século, o trabalho infantil continua, contudo, sendo visto, pelas camadas subalternas, como “a melhor escola”. Pais pobres, com renda inferior a meio salário mínimo, exigem que seus filhos trabalhem para incrementar os rendimentos do grupo familiar. “O trabalho – explica uma mãe pobre – é uma distração para a criança. Se não estiverem trabalhando, vão inventar moda, fazer o que não presta. A criança deve trabalhar cedo.” E, pior, hoje, afogados pelo trabalho, quase 60% desses pequenos trabalhadores, no Nordeste, são analfabetos e entre eles a taxa de evasão escolar chega a 24%. No sul do País o cenário não é muito diferente. Trabalhando em lavouras domésticas ou na monocultura, as crianças interrompem seus estudos na época da colheita, demonstrando que estar inscrito numa escola primária não significa poder frequentá-la plenamente. Assim,



o trabalho, como forma de complementação salarial para famílias pobres ou miseráveis, sempre foi priorizado em detrimento da formação escolar. Nesse quadro, a criança negra e analfabeta tornava-se uma espécie de testemunha muda, silenciosa, de seu tempo⁸.

Quanto à evolução da intimidade, sabemos o quanto ela sempre foi precária entre nós. Os lares mono-parentais; a mestiçagem; a pobreza material e arquitetônica, que traduzia-se em espaços onde misturavam-se, indistintamente, crianças e adultos de todas as condições; a presença de escravos, forros e libertos; a forte migração interna, capaz de alterar os equilíbrios familiares; a proliferação de cortiços, no século XIX, e de favelas, no XX, são fatores que alteravam a noção de que se pudesse ter no Brasil, até bem recentemente, privacidade, tal como ela foi concebida pela Europa urbana, burguesa e iluminista. A noção de privacidade para escravos é ainda mais complexa de ser pensada. Ela não passa pela constituição de espaços de intimidade. Passa, sim, por seu corpo. Seu território privado é o “eu”, espécie de bolha irregular e protetora, mais ou menos desenvolvida de acordo com a sua condição na sociedade. Na busca de interação ou em atitudes de rejeição, o território do eu permitia marcar um certo espaço ou violar o dos outros. A intimidade de mães e filhos, por exemplo, elaborava-se não em casa, mas na rua. Nos relatos de viajantes, demonstra Kátia Q. Mattoso, crioulinhos e pardinhos acompanham suas mães nas tarefas do cotidiano. Quando, muito novos para correrem pelos caminhos e pelas vias públicas, iam arrimados nas costas de suas mães, envolvidos por panos coloridos. A proximidade do seio materno, do dialeto no qual as mulheres se comunicavam, os adornos de coral e os balangandãs que usavam contra forças maléficas e até a forma como penteavam seus cabelos e o de suas crias faziam parte desse território do eu, dividido, no aconchego do colo, entre mãe e filho. A passagem da alimentação mista para a semi-sólida operava-se com infinita precaução, não percebida, todavia, pelos viajantes estrangeiros. A técnica de pré-digestão de alimentos embebidos na saliva materna significava muito mais um cuidado do que falta de higiene. Na tradição africana, era comum a mastigação de sólidos e a passagem destes, em forma de bolo cremoso, para a boquinha dos pequenos. Era habitual, também, dar de comer aos pequenos pirão de leite ou farinha seca com açúcar bruto, de manhã, leite com jerimum ou escaldado de carne no almoço. O prato de resistência era o feijão cozido, servido com farinha ou machucado à mão. Leite de cabra era considerado fortificante. Para se comunicar, as mães negras criaram uma linguagem que em muito colaborou para enternecer as relações entre o mundo infantil e o mundo adulto. Reduplicando as sílabas tônicas, pronunciavam com especial encanto: dodói, cacá, pipi, bumbum, tentém, dindinho, bimbina. Para adormecê-los, contavam-lhes histórias de negros velhos africanos, papa-figos, boitatás e cabras-cabriolas. A cultura africana inundou o imaginário infantil com assombrações como o mão-de-cabelo, o quibungo, o xibamba, criaturas que, segundo Gilberto Freyre, rondavam casas-grandes e senzalas, aterrorizando criança malcriada.

Não poderíamos, tampouco, incorporar as teses de um epígono americano de Ariès, Lloyd de Mause, para quem a história dos pequenos seria apenas um catálogo de barbáries, maus-tratos e horrores. No que diz respeito à História do Brasil, encontramos, de fato, passagens de terrível sofrimento e violência. Mas não só. Os testamentos feitos por jovens mães, negras livres, escravas ou forras, no século XVIII, não escondem a preocupação com o destino de seus “filhinhos do coração”. Os viajantes estrangeiros não cessaram de descrever o demasiado zelo com que, numa sociedade pobre e escravista, os adultos tratavam as crianças.

Nos dias de hoje, educadores e psicólogos perguntam-se, atônitos, de onde vêm o excesso de mimos e a “falta de limites” da criança brasileira, já definida, segundo os resmungos de um europeu



de passagem pelo Brasil em 1886, como “pior do que um mosquito hostil”. O excesso de mimos não era fortuito. Sabemos, graças aos estudos de antropólogos, que a recepção de uma criança na sociedade africana era fonte de imensa satisfação. Muitos dos ritos que cercavam o nascimento foram transpostos para o Brasil. Ao nascer, os pequenos de origem nagô eram untados com óleos e imersos em banhos de folhas com a finalidade de proteção. Entre os cassanjes, toda a comunidade participava do parto, não trabalhando no campo, nem tocando em instrumentos cortantes.

Tão logo a criança nascia, tinha o narizinho apertado e a cabeça massageada para adquirir uma forma que parecia, às mães de origem africana, mais estética. Os umbigos eram curados com pimenta-do-reino em pó⁹. Em fins do século XVIII, o médico francês Jean Marie Imbert¹⁰ registrou, entre atônito e chocado, a bulha festiva de comadres, parteiras e amigas em torno da africana que estivesse dando à luz. Nenhum gesto era destituído do mais profundo simbolismo.

O batismo, obrigatório nas senzalas, consistia num rito de purificação e de promessa de fidelidade ao credo católico, mas significava também uma forma de dar solenidade à entrada das crianças nas estruturas familiares e sociais. No caso dos filhos de escravos e libertos, os laços estabelecidos graças ao sacramento do batismo eram também étnicos e culturais.

A amamentação durava dois anos e a dentição era acompanhada com cuidado. O primeiro dentinho era festejado com farinha e caulim, símbolo da prosperidade. O lugar, mesmo dos pequenos, dentro da sociedade era de ordem ontológica. A criança era uma porta entre o presente e o passado personificado nos ancestrais. Muitas recebiam, para além de um nome cristão, aquele de um animal e de um orixá. Ao nascer, seus pais plantavam uma árvore, símbolo de seu futuro vigor e força. A passagem para o mundo adulto realizava-se através da circuncisão de meninos aos 12 ou 13 anos. No Brasil, tais ritos eram festejados nas festas de Quicumbi, nas quais os “mometos”, circuncidados com taquaras, bailavam e dançavam antes de passar, com os convivas, a um banquete¹¹. Se morriam pequenas, as crianças negras eram carregadas num tabuleiro recoberto por uma toalha de renda, e suas mães alugavam flores artificiais e coroas para cumprir o dever de enterrar condignamente seus rebentos¹².

Os historiadores brasileiros têm que partir de constatações bem concretas, tiradas, na maior parte das vezes, das fontes documentais com as quais trabalham e da sua observação crítica da realidade para contar sua própria história.

A primeira dessas constatações aponta para uma sociedade certamente injusta na distribuição de suas riquezas, avara no que diz respeito ao acesso à educação para todos, vincada pelas marcas do escravismo. Como fazer uma criança obedecer a um adulto, como queria a professora alemã que vai, na segunda metade do século XIX, às fazendas do Vale do Paraíba ensinar os filhos dos fazendeiros de café, quando estes distribuem ordens e gritos entre os seus escravos? E não são apenas as crianças brancas que possuem escravos. As mulatas ou negras forras, uma vez seus pais integrados ao movimento de mobilidade social que teve lugar em Minas Gerais, na primeira metade do século XVIII, tiveram elas também seus escravos. Muitas vezes, seus próprios parentes ou até meios-irmãos! Na sociedade escravista, ao contrário do que supunha a professora alemã, criança, branca ou negra, mandava e o adulto escravo obedecia. Por vezes, em circunstâncias dramáticas.

A dicotomia dessa sociedade, dividida entre senhores e escravos, gerou outras impressionantes distorções, até hoje presentes. Tomemos o tão discutido exemplo do trabalho infantil. Dos



escravos desembarcados no mercado do Valongo, no Rio de Janeiro do início do século XIX, 4% eram crianças. Destas, apenas 1/3 sobreviviam até os 10 anos. A partir dos 4 anos, muitas delas já trabalhavam com os pais ou sozinhas, pois perder-se de seus genitores era coisa comum. Aos 12 anos, o valor de mercado das crianças já tinha dobrado. E por quê? Pois considerava-se que seu adestramento já estava concluído e nas listas dos inventários já aparecem com sua designação estabelecida: Chico “roça”, João “pastor”, Ana “mucama”, transformados em pequenas e precoces máquinas de trabalho¹³. Tais máquinas compravam-se a preço baixo e tinham a vantagem de prometer vida longa em funcionamento.

Trabalho ao longo da infância, sem tempo para a idéia que comumente associamos à infância, a da brincadeira e do riso, era o lema perverso da escravidão. Contudo, a mesma resistência que se lhe opunham os adultos foi transmitida à criança. Não foram poucas as que contrariaram, pela fuga, a obrigação do eito e a exploração. Freyre os acompanhou através de anúncios publicados em jornais pernambucanos e cariocas no século XIX. Eram procurados e caçados, como seus ancestrais.

Quando da abolição da escravidão, as crianças e os adolescentes moradores de antigas senzalas continuaram a trabalhar nas fazendas de cana de Pernambuco. Tinham a mesma idade de seus avós, quando estes começaram: entre 7 e 14 anos e, até hoje, ainda cortando cana, continuam despossuídas das condições básicas de alimentação, moradia, saúde, educação e garantias trabalhistas. Como no passado, o trabalho doméstico entre as meninas também é constante, constituindo-se num “outro” turno, suplementar ao que se realiza no campo. Como se não bastasse a ação de fatores econômicos a interferir na situação da criança, a ausência de uma política do Estado voltada para a formação escolar da criança pobre e desvalida só acentuou seu miserabilismo. Ora, ao longo de todo esse período, a República seguiu empurrando a criança para fora da escola, na direção do trabalho na lavoura, alegando que ela era “o melhor imigrante”.

No início do século, com a explosão do crescimento urbano em cidades como São Paulo, esses jovens detritos do que fora o fim do escravismo encheram as ruas. Passaram a ser denominados “vagabundos”. Novidade? Mais uma vez, não. A História do Brasil tem fenômenos de longa duração. Os primeiros “vagabundos” conhecidos eram crianças brancas, recrutadas pelos portos de Portugal para trabalhar como intermediárias entre os jesuítas e as crianças indígenas ou como grumetes nas embarcações que cruzavam o Atlântico. No século XVIII, terminada a euforia da mineração, crianças vindas de lares mantidos por mulheres livres e forras perambulavam pelas ruas, vivendo de expedientes muitas vezes escusos – os nossos atuais “bicos” – e de esmolas. As primeiras estatísticas criminais elaboradas em 1900 já revelam que esses filhos da rua, chamados durante a Belle Époque de “pivettes”, eram responsáveis por furtos, “gatunagem”, vadiagem e ferimentos, tendo, na malícia e na esperteza, as principais armas de sobrevivência. Hoje, quando interrogados pelo serviço social do Estado, dizem, com suas palavras, o que já sabemos desde o início do século: a rua é um meio de vida!

A divisão da sociedade, velha divisão dos tempos da escravidão entre os que possuem e os que nada têm, só fez agravar a situação dos nossos pequenos.

Outra característica desse trabalho é que, diferentemente da história da criança, feita no estrangeiro, a nossa não se distingue daquela dos adultos. Ela é feita, pelo contrário, à sombra daquela dos adultos. No Brasil, foi entre pais, mestres, senhores e patrões que pequenos corpos tanto dobraram-se à violência, às humilhações, à força quanto foram amparados pela ternura dos sentimentos familiares os mais afetuosos. Instituições como as escolas, a Igreja, os asilos e posteriores Febens e Funabens, a legislação ou o próprio sistema econômico fizeram com que milhares de crianças se transformassem,



precocemente, em gente grande. Mas não só. Foi a voz dos adultos que registrou, ou calou, sobre a existência dos pequenos, possibilitando ao historiador escutar esse passado através de seus registros e entonações: seja através das cartas jesuíticas, relatando o esforço de catequese e normalização de crianças indígenas, ou a correspondência das autoridades coloniais sobre a vida nas ruas, pano de fundo para as crianças mulatas e escravas. Seja através das narrativas dos viajantes estrangeiros, dos textos de sanitaristas e de educadores, dos Códigos de Menores, dos jornais anarquistas, dos censos do IBGE, etc.

O que restou da voz dos pequenos? O desenho das fardas com que lutaram contra o inimigo, carregando pólvora para as canhoneiras brasileiras, na Guerra do Paraguai; as fotografias tiradas por um “photographo” como Christiano Jr., que os capturou nas costas de suas mães, envoltos em panos da Costa, ajudando-as com seus tabuleiros de frutas, aprendendo a jogar capoeira, as fugas da Febem. Não há, contudo, dúvida de que foi, muitas vezes, o “não registrado” mal-estar das crianças frente aos adultos que obrigou os últimos a repensarem suas relações de responsabilidade para com a infância, dando origem à uma nova consciência frente aos pequenos, que, se não é, hoje, generalizada, já mobiliza grandes parcelas da população brasileira.

Resgatar esse passado significa, primeiramente, dar voz aos documentos históricos, perquirindo-os nas suas menores marcas, exumando-os nas suas informações mais concretas ou mais modestas, iluminando as lembranças mais apagadas. É pela voz de médicos, professores, padres, educadores, legisladores que obtemos informações sobre a infância no passado; essa fala obriga, contudo, o historiador a uma crítica e a uma interpretação de como o adulto retrata o estereótipo da criança ideal, aquela saudável, obediente, sem vícios, a criança que é uma promessa de virtudes. Mas, face a essas vozes adultas, é preciso colocar-se algumas questões: será que, numa sociedade historicamente pobre e vinculada tanto pela mestiçagem quanto pela mobilidade social, conseguimos construir tal modelo de criança? Médicos e legisladores do início do século acreditavam que sim. Eis por que acabaram por criar, a fim de transformá-la, instituições de confinamento onde, ao invés de encontrar mecanismos de integração, a criança “não ideal” achou os estigmas definitivos de sua exclusão. Ela passou de “menor da rua” para “menor de rua”, com todas as consequências nefastas implícitas nesse rótulo.

Assim, os cuidados com o corpo, a alimentação, o brincar, as formas de religiosidade, os laços familiares se constituem em grandes linhas de pesquisa que atravessariam, de um lado a outro, a sociedade brasileira, guardadas, certamente, as proporções e as especificidades dos diferentes grupos raciais, sociais e regionais. Através de temas presentes na memória e na recordação, associados à coleta de documentos capazes de nos aproximar da vida da criança no passado, podemos tentar reconstituir o seu cotidiano. Da técnica de pré-digestão de alimentos, embebidos na saliva dos adultos, à tradição da culinária africana, do pirão de leite com farinha seca e açúcar bruto; das brincadeiras entre os pés de cana e de café, a chupar fruta sob as árvores; do simbolismo dos ritos de batismo, primeiro entre escravos e livres, aos atuais “ungimentos” ou batismos em casa; também de outros simbolismos, aqueles em torno dos enterros: os nas biqueiras da casa, para criança pagã, ou o cortejo dos anjos carregando pequenos caixões ataviados de papel prateado até as fotografias dos mortos nos colos de suas mães; dos banhos de rio, no Recife, aos banhos de mar, no Rio de Janeiro; de um mundo entrelaçado ao dos adultos e aos familiares, onde desfilavam os rostos dos avós, de tios e primos, de vizinhos e onde o levar e trazer recados, bem como a conversa, eram, nas recordações de um memorialista, “imprescindíveis como a água, a farinha e o amor”.



Por fim, parece-nos evidente que querer conhecer mais sobre a trajetória histórica dos comportamentos, das formas de ser e de pensar em relação às nossas crianças negras é também uma forma de amá-las, todas e indistintamente, melhor.

1 Professora do Departamento de História da FFLCH/USP.

mas, por ocasião deste artigo, lecionando como professora convidada no Departamento de História da PUC/RJ. Agradeço à Faperj a bolsa de estudos que permitiu esse intercâmbio.

2 Ver, por exemplo, meu artigo “Ritos da Vida Privada” in História da vida privada no Brasil, cotidiano e vida privada na América portuguesa, (dir.) Fernando Novais, (org.) Laura de Mello e Souza, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol.1-pp. 276-330.

3 Ver Marco Antônio Cabral dos Santos et alli. Luzes e sombras sobre a Colônia – educação e casamento na São Paulo do século XVIII. São Paulo: Humanitas/Edusp, 1998. O início da reforma. pp. 50-78.

4 Edison Carneiro. Religiões negras – negros bantos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. pp. 193-194.

5 Ver Marco Antônio Cabral dos Santos. Criança e criminalidade no início do século. In História das crianças no Brasil, (org.) Mary Del Priore. São Paulo: Contexto, 1999. pp. 210-230.

6 Ver Schueler, op. cit, idem, ibidem.

7 Edson Passeti, Crianças carentes e políticas públicas. In História das crianças no Brasil. op. cit., pp. 345/375.

8 Ver o artigo de Irma Rizzini, Pequenos trabalhadores do Brasil. In História das crianças no Brasil, op. cit., pp. 376-406.

9 Mary Del Priore. A maternidade da mulher escrava. In Cadernos do Cedhal, Cedhal/USP, n. 4, 1989.

10 Imbert, J. B. A. Manual do fazendeiro ou tratado doméstico para curar as enfermidades dos negros. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1839.

11 Ver o meu Festas e utopias no Brasil colonial. São Paulo: Brasiliense, 1994. Onde há um capítulo sobre crianças na festa.

12 Ver meu artigo já mencionado, O cotidiano da criança livre..., op. cit., p. 93.

13 Apud José Roberto Góes e Manolo Florentino. Crianças escravas, crianças dos escravos. História das crianças no Brasil, op. cit., pp. 177-191.

Livros de Mary Del Priore

Histórias do Cotidiano

Editora Contexto

História das Crianças no Brasil

Editora Contexto

ATIVIDADE PEDAGÓGICA

Diante dos textos lidos anteriormente, faça uma relação das violências sofridas pelas crianças e adolescentes da época e as vividas hoje.

O que mudou e o que permaneceu no percurso da história?

Comentem sobre a realidade da criança no seu município, como ela é cuidada.

No percurso da história da criança brasileira, cabe o reconhecimento de um grande marco conforme segue texto.



3.4 Marco Legal de Proteção à Criança e ao Adolescente



Extraído do texto Para conhecer a trajetória dos pequenos excluídos de Leandra Rajczuk.

ATIVIDADE PEDAGÓGICA

Você já observou bem estas imagens?
O que elas retratam para você?
Quais instrumentos temos para intervir nesta realidade?





O ECA COMO NOVO PARADIGMA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Alberes de Siqueira Cavalcanti

Parto da compreensão de que existe um consenso no movimento infanto-juvenil de que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é a expressão de um novo paradigma dos direitos infanto-juvenis. Mas o que é um paradigma? Diz o nosso “pai dos burros” que paradigma é um modelo, um padrão. Contudo, o paradigma não é um modelo qualquer, ele compreende tanto o pensar como o agir, tanto a maneira de se compreender determinada coisa como a maneira de se fazer determinada coisa.

Assim, quando afirmamos que o ECA representa um novo paradigma dos direitos infanto-juvenis, estamos afirmando que o ECA representa um novo modelo, um novo modo de pensar e agir, de compreender e fazer as coisas que dizem respeito à realidade da criança e do adolescente. Ou seja, o ECA como novo paradigma dos direitos infanto-juvenis representa um novo olhar para a criança e o adolescente e um novo agir no campo infanto-juvenil.

Contudo, resta saber em que consiste o “novo” do ECA. Para compreendermos o novo é necessário conhecermos o antigo. Ou seja, é preciso que recorramos à história, retornar um pouquinho no tempo, para vermos como era tratada a questão da criança e do adolescente antes do ECA.



1º CÓDIGO DE MENORES

Com a autoria do juiz de menores Mello Mattos, o país ganhou em 1927 o seu primeiro Código de Menores, cujo objetivo principal é cuidar das questões de higiene da infância e da delinquência. O Código de Menores de 27 estabelecia a vigilância pública sobre a infância e a vigilância sobre a amamentação, os expostos, os abandonados, os maltratados (podendo, inclusive, retirar o Pátrio Poder). Se a criança fosse maior de 16 anos e menor de 18 anos, caso cometesse algum crime iria para uma prisão de adultos. Caberia ao juiz buscar a regeneração.

DITADURA MILITAR

Em 1964, ocorre o golpe de Estado e os militares assumem o poder implantando um regime ditatorial que duraria até 1980. De acordo com Antônio Carlos Gomes da Costa, no campo do atendimento aos direitos das crianças e jovens em circunstâncias especialmente difíceis, a atuação do Estado neste período foi presidida por dois diplomas legais da maior importância: a Lei 4513/64 que estabelecia a Política Nacional de Bem-Estar do Menor e a Lei 6697/79 (Código de Menores) que tratava da proteção e vigilância aos menores em situação irregular.

“Estas duas leis não se dirigem ao conjunto da população infanto-juvenil brasileira. Seus destinatários eram apenas as crianças e jovens considerados em situação irregular. Entre as situações



tipificadas como irregular encontrava-se a dos menores em estado de necessidade”em razão da manifesta incapacidade dos pais para mantê-los”. Desta forma as crianças e adolescentes pobres passavam a ser objeto potencial de intervenção do sistema de administração da Justiça de Menores¹.

Além do mais, havia um único conjunto de medidas aplicáveis o qual se destinava, indiferentemente, ao menor carente, ao abandonado e ao infrator” .

Ainda segundo Costa, a Política Nacional de Bem-Estar do Menor estabelecia para todo o país uma gestão centralizadora e vertical, baseada em padrões uniformes de atenção direta implementados por órgãos executores inteiramente uniformes em termos de conteúdo, método e gestão. Sendo o seu órgão nacional de execução a FUNABEM (Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor) e no plano estadual as ainda hoje famosas FEBEMs (Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor).

Fica claro, portanto, que o Código de Menores compreende a exclusão social da criança e do adolescente do ponto de vista da doutrina da situação irregular*.

¹ COSTA. **De menor a cidadão.**

* Segundo José Ricardo Cunha, num artigo bastante esclarecedor (“A Nova Política de Atendimento no Estatuto da Criança e do Adolescente”), três doutrinas inspiraram o Estado e a sociedade no tratamento dispensado à crianças e adolescentes: Doutrina do Direito Penal do Menor; Doutrina da Situação Irregular e Doutrina da Proteção Integral. Penso que seja importante relacionar neste momento a primeira doutrina de acordo com o autor citado: “Doutrina do Direito Penal do Menor - Essa Doutrina, sob inspiração do Código Criminal de 1830, marca uma postura oficial do atendimento à infanto-adolescência brasileira, especialmente nas últimas décadas do século XIX até a primeira década do século XX. De acordo com essa acepção, o chamado “menor” se constitui como responsabilidade do Estado em duas situações: 1) como vítima de algum tipo de delito penal; 2) como agente de algum tipo de delito penal. Ou seja, o atendimento do Estado se volta, apenas, para o “menor” que sofreu ou que cometeu algum tipo de crime. Fora dessas condições, é a família e a sociedade que devem prestar qualquer apoio ou auxílio. É de se notar como o atendimento à criança e ao adolescente, desde a virada do século (XIX - XX), já acontece estigmatizado pelo viés jurídico-penal, provocando graves seqüelas até os dias de hoje, quando o senso comum confunde “menor” com “trombadinha”. Outro fato marcante na Doutrina do Direito Penal do Menor é a introdução da palavra “menor” no vocabulário do atendimento, surgindo sob a alegação de ser um termo técnico para designar o grau e o tipo de tutela do Estado sobre alguns indivíduos”.



“A identificação da chamada situação irregular era feita através do binômio abandono-delinquência. Em outras palavras, aquele “menor” considerado em abandono ou na prática de delinquência era tido como em situação irregular, ou seja, incapaz de se adaptar à vida da cidade. Notemos bem que a cidade incorpora e simboliza a ordem do progresso e, se algo vai mal, a responsabilidade é sempre jogada para os indivíduos. Preserva-se o modelo de desenvolvimento, mesmo que esteja absolutamente distante do ideal, e acusa-se os pequenos. Esta é a conhecida técnica de individualizar os conflitos para melhor ocultá-los e dispersá-los”.

Nesse momento, ocorre um fenômeno extremamente importante: os “menores” considerados em situação irregular passam a ser identificados por um rosto muito concreto; são os filhos das famílias empobrecidas, geralmente negros ou mulatos, vindos do interior e das periferias. Assim, a palavra “menor” deixa de ser um termo técnico e transforma-se numa expressão social, utilizada para fazer menção a um segmento da população infanto-juvenil, que atende às características já mencionadas”².

Pelo Código, caberia ao Juiz de Menores, enquanto autoridade máxima nesta área, decidir os interesses do “menor”, o destino da criança, adoção, internação, punição dos pais. O juiz tinha uma ação policalesca de por tudo em ordem. No Código de Menores, criança só tinha direito quando era julgada em risco ou em situação de doença social.

O Código de Menores legalizou a discriminação social ao tratar a criança pobre, abandonada ou em conflito com a lei de forma genérica com o termo menor. Assim, os filhos dos pobres são menores, os filhos dos ricos são crianças. O Código de Menores é destinado exclusivamente para os primeiros. O ECA romperá com esta visão. Isto fica bastante claro quando, por exemplo, pode-se analisar as matérias publicadas em jornais. A partir do ECA não mais se concebe manchetes de jornal do tipo “menor assalta criança”, de manifesto conteúdo discriminatório, onde a “criança” era o filho “bem nascido”, e o “menor”, o infrator. Tal noticiário se constituía em legítimo produto de uma cultura excludente que norteava o anterior sistema*.

Abertura democrática

Com o final da ditadura militar, o Brasil entra numa fase de redemocratização. Os movimentos sociais em geral ganham força. Surge o movimento pelas “Diretas Já” e em 1988 o país conquista a sua nova Constituição Federal, mas tarde denominada de a constituição cidadã. Nesse contexto de redemocratização e mobilização social da década de 80, também se encontra o movimento em defesa dos direitos da criança e adolescente.

²CUNHA, J.R. In Visualizando a Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente”. p. 38-39.

* Cf. VOLPI, M.; SARAIVA, J.B.C. Os Adolescente e a Lei.



Se em vários segmentos da sociedade brasileira reivindicava-se mudanças, também no segmento infanto-juvenil sentia-se a necessidade de mudar, e mudar para melhor.

“Era preciso aprender a olhar aqueles meninos a olho nu, com o olhar desarmado das categorias estigmatizantes do Código de Menores (Situação Irregular) e da PNBEM (Política Nacional de Bem-Estar do Menor). Chamá-los de menores era enquadrá-los nas categorias inscritas nas leis de controle social da infância e da juventude que, só agora, nos espíritos mais críticos, começavam a ser percebidas como parte do entulho autoritário que a reconstrução democrática da vida nacional, um dia, haveria de banir do panorama legal brasileiro”

Portanto, o movimento infanto-juvenil exigia o sepultamento do Código de Menores e da PNBEM. Era necessário elaborar uma nova lei para este segmento social. Já na etapa da Constituinte, quando os deputados preparavam a futura Constituição de 88, duas emendas de iniciativa popular, perfazendo mais de duzentas mil assinaturas de eleitores, foram apresentadas à Assembleia Nacional Constituinte: ‘Criança e Constituinte’ e ‘Criança - Prioridade Nacional. Estas emendas do movimento infanto-juvenil foram agrupadas, sendo consolidadas na Constituição Federal de 1988, através do seu Artigo 227, com a seguinte redação:

“É dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão”.

O Artigo 227 funda-se na doutrina da proteção integral*. Será esta doutrina que também perpassará o ECA. Com isso, abandona-se a antiga doutrina da situação irregular do Código de Menores.

“Em primeiro lugar, abandona-se a preconceituosa visão menorista para se admitir que o atendimento deve ser voltado à toda criança e adolescente, sem discriminações econômicas, sociais, étnicas ou de qualquer outra ordem. Alguns autores fazem menção a uma espécie de “revolução copernicana”, afirmando, corretamente, que a Doutrina da Proteção Integral fez com que a sociedade passasse a girar em torno de suas crianças, o que é certo. Em outras palavras, antes (na Doutrina da Situação Irregular) se considerava a sociedade sempre correta e as crianças/adolescentes como incapazes, agora (na Doutrina da Proteção Integral) entende-se que se uma criança/adolescente não conseguiu se adaptar à cidade, o problema é da própria sociedade que não criou condições para que suas crianças/adolescentes se desenvolvessem plenamente” .

³COSTA, A.C.G. O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Trabalho Infantil no Brasil. p. 16.

* “A inspiração de reconhecer proteção especial para a criança e o adolescente não é nova. Já a Declaração de Genebra de 1924 determinava “a necessidade de proporcionar à criança uma proteção especial” - da mesma forma que a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas (Paris, 1948) apelava ao “direito a cuidados e assistência especiais”; na mesma orientação, a Convenção Americana sobre os Direitos Humanos (Pacto de São José, 1969) alinhava, em seu art. 19: “Toda criança tem direito às medidas de proteção que sua condição de menor requer, por parte da família, da sociedade e do Estado”.

(...) A proteção integral dispensada à criança e ao adolescente encontra suas raízes mais próximas na Convenção sobre o Direito da Criança, aprovada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 20.11.89 e pelo Congresso nacional brasileiro em 14.9.90, através do Dec. Legislativo 28. A ratificação ocorreu com a publicação do Dec. 99.710, e, 21.11.90, através do qual o Presidente da República promulgou a Convenção, transformando-a em lei interna”. (CURYM. Amaral e SILVA, A. Mendes, apud Volpi e Saraiva, op. cit.



O Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado no dia 13 de julho de 1990, ao contrário do Código de Menores, é uma lei elaborada através de um processo de participação social. Essa presença efetiva do movimento infanto-juvenil no processo de elaboração do ECA, contribuiu sem dúvida para que esta lei se constituísse realmente como um novo paradigma dos direitos da criança e adolescente. Com base na doutrina da proteção integral, o ECA passa a tratar a temática infanto-juvenil sob vários aspectos, o que não existia no Código de Menores. Assim, o ECA vai contemplar:

- Políticas sociais básicas;
- Políticas de assistência;
- Proteção especial;
- Garantia e defesa de direitos.

Portanto, o ECA acrescentou novos conteúdos ao conjunto de direitos da infância e adolescência, no campo dos direitos coletivos, sociais, econômicos e culturais; busca a superação do assistencialismo e clientelismo; reconhece a situação do adolescente em conflito com a lei - definindo medidas que deverão ser adotadas, e quais as garantias individuais e coletivas para esse problema, impondo inclusive os deveres.

NOVO PARADIGMA

Seguindo o argumento de Antônio C. G. da Costa, relaciono as três categorias principais que nos faz compreender a novidade e atualidade do ECA para a luta em favor da infância e da adolescência no Brasil. Segundo Costa, o ECA inovou ao considerar crianças e adolescentes como sujeitos de direitos; ao considerá-las como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento; ao afirmar a sua prioridade absoluta.

Sujeitos de Direitos

Isto significa que a criança e o adolescente já não poderão mais ser tratados como objetos passivos da intervenção da família, da sociedade e do estado. A criança tem direito ao respeito, à dignidade e à liberdade, e este é um dado novo que em nenhum momento ou circunstância poderá deixar de ser levado em conta.

Pessoas em Condição Peculiar de Desenvolvimento

Serem consideradas pessoas em condição peculiar de desenvolvimento foi uma das principais conquistas. Isso significa que, além de todos os direitos de que desfrutavam os adultos e que sejam aplicáveis à sua idade, a criança e o adolescente têm ainda direitos especiais decorrentes do fato de que:

- ainda não têm acesso ao conhecimento pleno de seus direitos;
- ainda não atingiram condições de defender seus direitos frente às omissões e transgressões capazes de violá-los;
- não contam com meios próprios para arcar com a situação de suas necessidades básicas;
- por se tratar de seres em pleno desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e sociocultural, a criança e o adolescente não podem responder pelo cumprimento das leis e demais deveres e obrigações inerentes à cidadania da mesma forma que os adultos.

PRIORIDADE ABSOLUTA

A prioridade absoluta da criança e do adolescente entendida como:

- primazia em receber proteção e socorro em qualquer circunstância;



- precedência no atendimento por serviço ou órgão público de qualquer Poder;
- preferência na formação e execução das políticas sociais públicas;
- destinação privilegiada de recursos públicos às áreas relacionadas com a proteção da infância e da juventude.

SEM MÁGICAS

Podemos, portanto, concluir que o Estatuto da Criança e do Adolescente tem elementos suficientes que o faz ser considerado mundialmente uma das leis mais modernas e avançadas. Num país que tem fama de querer copiar tudo de fora, importar modelos que não nos servem, o ECA é um exemplo de que é possível se pensar algo diferente e melhor para o Brasil. Muitas pessoas e movimentos organizados, no entanto, vêm se mobilizando em vários espaços da sociedade exigindo modificações no ECA, culpabilizando-o inclusive por uma série de situações complexas que não podem ser explicadas por uma única variável (como é o caso da violência urbana; da criminalidade; da relação conflituosa entre pais e filhos). No entanto, é preciso ter claro que uma lei não é uma vara de condão, ela por si só não tem o poder de mudar a realidade. Será a sua correta aplicação um fator relevante para que, somando-se a outras ações, intervenha na realidade a fim de transformá-la.

Resta-nos lembrar que não é possível reduzir a análise que se faz do ECA, enfocando apenas o seu aspecto relacionado ao ato infacional. O ECA regulamente os direitos fundamentais das crianças e adolescentes: direito à vida e à saúde; direito à liberdade, ao respeito e a dignidade; direito à convivência familiar e comunitária; direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; direito à profissionalização e à proteção no trabalho. Portanto, não tem sentido a crítica feita ao ECA de que o mesmo dá direitos de mais as crianças e adolescentes. O que o ECA faz é garantir legalmente os direitos fundamentais acima mencionados para todas as crianças e adolescentes, sem nenhum tipo de discriminação. O problema é que ainda não vencemos na prática o antigo paradigma do Código de Menores. Na análise feita pelos grupos que se posicionam contra o ECA, subjaz a idéia de que a sociedade esta bem organizada e todos gozam com a mesma igualdade do Estado de Direito constituído, o que não é verdadeiro dado o fato da maioria das crianças e adolescentes, bem como da população em geral, não têm os seus direitos fundamentais efetivamente respeitados. Nesse sentido, o ECA é de fato um novo paradigma que inaugura uma agenda positiva e propositiva para uma sociedade marcada histórica e culturalmente pela desigualdade sócio-econômica e o autoritarismo.

Referências

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. De Menor a Cidadão: notas para uma história do novo direito da infância e da juventude no Brasil. Ministério da Ação Social, Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência.

_____. O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Trabalho Infantil no Brasil.

DINIZ, Andréa; CUNHA, José Ricardo (org.). Visualizando a política de atendimento à criança e ao adolescente. Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião/Kroart.

Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Nº 8069/90.

SÊDA, Edson. O Novo Direito da Criança e do Adolescente. Ministério da Ação Social/Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência.

VOLPI, Mário; SARAIVA, João Batista Costa. Os adolescentes e a lei: o direito dos adolescentes, a prática de atos infracionais e a sua responsabilização. ILANUD.



4. Categorias importantes na compreensão do fenômeno da violência

O enfrentamento do fenômeno da violência doméstica praticada contra criança e adolescente tem se constituído, ao longo da história, em algo bastante desafiador, quanto à sua intervenção. Entendemos que esta se insere no contexto sócio - econômico, político, cultural, étnico e geracional. Em função da sua complexidade, elegemos algumas categorias teóricas que compreendemos poder ajudar vocês nas discussões e nas atividades previstas durante todo o curso, e no desenvolvimento dos seus trabalhos junto a crianças e adolescentes, conforme se segue:

“Há tantos diálogos; diálogos com ser amado, o semelhante, o diferente, o indiferente o oposto, o adversário, ... diálogo consigo mesmo....as idéias, o sonho, o passado, o mais que futuro...escolha o teu diálogo...”

Carlos Drummond Andrade

4.1 Infância e Adolescência

A concepção de infância e adolescência nem sempre foi essa que temos hoje, conforme observamos nos textos contidos nesta apostila. Ela varia conforme a história, cultura tempo, lugar, espaço. O seu marco foi no final da Idade Média, em que as pessoas começaram a ter um outro olhar em relação a criança.



Texto extraído da publicação DIREITOS SEXUAIS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UMA VISÃO INTERDISCIPLINAR PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

TXAI -Movimento República de Emaús Marcel Hazeu



Na discussão sobre exploração sexual infanto-juvenil depara-se ainda com a ausência de uma diferenciação entre os conceitos “infantil” e “juvenil”, dificultando uma abordagem que responda às necessidades de cada sujeito na sua específica fase de vida na sociedade brasileira contemporânea. A compreensão e vivência do que é ser criança e ser adolescente depende de tempo em tempo, de sociedade em sociedade. Crianças e adolescentes são seres biológicos, sociais, políticos e culturais e, portanto, o entendimento e estruturação dessas fases da vida não são só naturais, pois são moldadas na relação de forças existentes na sociedade. A história social da criança no Brasil mostra os diversos significados e papéis que crianças e adolescentes têm assumido. Ser criança é parcialmente responder pela expectativa do que é considerado criança pelos adultos de quem ela depende biologicamente na lógica da organização da sociedade.

A psicologia e a pedagogia trouxeram algumas contribuições sobre o desenvolvimento infanto-juvenil que dentro do contexto social têm importância para enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes. As crianças e adolescentes têm estruturas mentais diferentes das dos adultos. Não são adultos em miniatura, como há tempo se pensou. O Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe uma nova visão, em que a criança e o adolescente são reconhecidos como sujeitos de direito. Inicialmente se interpretou o ser sujeito principalmente como sujeito social, com direito a educação, saúde, profissionalização, moradia etc. Com o avanço da preocupação com a violência sexual, voltou-se o olhar para o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, integrando o entendimento da criança e do adolescente, também, como sujeitos psicológicos, com vontades, desejos e o processo particular de desenvolvimento.

A fase da infância pode, brevemente, ser caracterizada por um período em que a criança é reconhecida como pessoa em condição peculiar de desenvolvimento. Ela precisa de estimulação afetiva, depende de outrem, genitores ou mais velhos para poder sobreviver, pois seu organismo é muito jovem. É neste organismo em processo de amadurecimento que ocorre a plasticidade, ou seja, a capacidade para aprender. A infância tem uma importância crucial para o desenvolvimento de toda a personalidade.

Segundo Piaget, aproximadamente aos 6 anos de idade já encontram-se 90% a 95% do desenvolvimento físico do cérebro e da coordenação motora. As crianças têm seus próprios caminhos para determinar a realidade e ver o mundo.

Para o autor o desenvolvimento mental humano é influenciado por quatro fatores inter-relacionados e abaixo enumerados:

1. Maturação: amadurecimento físico, especialmente do sistema nervoso central;
2. Experiência: manipulação de objetos, movimentos corporais e pensamentos sobre os objetos concretos que os envolvem;
3. Interação social, jogos, conversas e trabalho com outros indivíduos, especialmente outras crianças;
4. Equilibração: o processo de reunir maturação, experiência e socialização, de modo a construir e reconstruir estruturas mentais.



Na fase que Piaget denominou sensório-motor (nascimento até dois anos), o bebê diferencia entre si e os objetos que existem em seu ambiente, aprendendo aos poucos sobre as suas ações e seus efeitos no ambiente, podendo agir intencionalmente.

Durante o pré-operacional (dois a sete anos) a criança usa também a linguagem verbal e pode representar objetos com imagens e palavras, apresentando dificuldade em entender a perspectiva do outro (egocentrismo).

No período denominado operacional concreto (sete às doze anos), a criança se torna capaz do raciocínio lógico, conseguindo classificar objetos numa dimensão, além de adquirir conceitos de conservação.

O pensamento abstrato é uma característica do período chamado por Piaget de operacional formal, que compreende dos doze anos em diante, em que se consegue pensar em termos abstratos, racionar por hipóteses, isolando elementos de um problema.

Na literatura, encontram-se diferentes concepções a respeito da adolescência, nas quais alguns autores enfatizam mais os aspectos biológicos como desencadeadores de mudanças a nível psicológico e social (Blos, 1985). Outros destacam aspectos sociais, culturais e psicológicos (Becker, 1993 e Castellar e Freitas, 1989).

É importante ressaltar que não existe adolescência e sim adolescências diferentes em contextos sócio-político-culturais distintos. Segundo Becker (1993), “o próprio conceito de que a adolescência é um fenômeno universal é muito duvidoso”. O autor alega que existem sociedades, por exemplo, que estipulam rituais de passagem que depois de cumpridos fornecem à pessoa todos os direitos e deveres de um indivíduo adulto. O fato de inexistir o “período da adolescência” em algumas sociedades dá a dimensão desta categoria construída historicamente na sociedade ocidental. Não existe uma idade definida de quando começa e termina a adolescência. “Há muitas maneiras de completar com sucesso o progresso adolescente, alcançando a estabilidade do ego. Além disso, o período de tempo deste desenvolvimento é tão relativo quanto são complexos os processos adaptativos envolvidos na realização da maturidade”. (Blos, 1985).

É interessante perceber as nuances dessa maturidade, pois não há um desenvolvimento maturacional uniforme, podendo às vezes o adolescente ter adquirido maior estabilidade em um dado aspecto e em outros não. (Silva, 1997)

A fase da adolescência pode ser caracterizada por um período de transição durante o qual o jovem busca uma identidade ao mesmo tempo em que se adentra para o exercício de funções adultas (Castellar & Freitas, 1989). Nesta fase, o indivíduo elabora seu luto pela perda do seu corpo infantil, de sua identidade infantil e de seus pais infantis (Abeastury & Knobel, 1981). Knobel (1981) denominou algumas características da adolescência como Síndrome Normal da Adolescência, sendo:

- Busca de si mesmo e da identidade;
- Tendência a agrupar-se;



- Necessidade de intelectualizar e fantasiar;
- Crise religiosa que pode ir do ateísmo intransigente ao misticismo fervoroso;
- Desorientação temporal, o pensamento adquire as características do pensamento primário;
- Manifestação de evolução sexual que irá do auto-erotismo até a sexualidade genital adulta;
- Atitude anti-social ou associal de diferentes intensidades;
- Contradições sucessivas em todas as manifestações da conduta dominada pela ação, e que constituem numa forma de expressão;
- Separação progressiva dos pais;
- Constantes flutuações do humor e do estado de ânimo;

Antônio Carlos Gomes da Costa descreve no seu texto intitulado “Da Heteronomia à Autonomia” o processo necessário durante a adolescência que antecede a possibilidade da auto-realização. A construção de cada qualidade ou característica depende daquela construída anteriormente:

1. Identidade: compreender e aceitar-se;
2. Auto-estima: ter em relação a si mesmo um sentimento positivo;
3. Autoconceito positivo: idéia positiva que cada um faz de si mesmo;
4. Autoconfiança: olhar o futuro sem medo;
5. Projeto de vida: sonho com etapas que devem ser vencidas para se atingir o fim almejado;
6. Sentido da vida: linha que une o ser ao querer ser;
7. Autodeterminação: busca de autonomia;
8. Auto-realização: desenvolver plenamente o seu potencial.

O desenvolvimento pessoal do adolescente tem sua base na identidade. De fato, se ele não for capaz de compreender-se e aceitar-se, todo o curso de amadurecimento de sua personalidade estará comprometido por uma distorção de base. Isto ocorre porque tal distorção impede o desenvolvimento da auto-estima. Ter auto-estima ou, como se dizia antigamente, amor próprio, é ter em relação a si mesmo um sentimento positivo. É a pessoa gostar de si, querer-se bem. Como alguém pode gostar de si mesmo, se não se compreende e não se aceita? Além do mais, sem auto-estima, torna-se impossível o desenvolvimento de um bom autoconceito. O autoconceito é a idéia que cada um faz de si mesmo. Ele é, pode-se dizer, a versão racional da auto-estima. Quando o bom sentimento da pessoa em relação a si própria é apreendido no plano da razão, ele assume a forma de um autoconceito positivo que, por sua vez, torna-se a base da autoconfiança. A autoconfiança só é autêntica quando se apóia numa identidade bem definida, ou seja, quando o adolescente se compreende e se aceita em suas forças e debilidades, sendo, portanto, capaz de desenvolver uma auto-estima e um autoconceito positivos. Sem autoconfiança, o jovem torna-se literalmente incapaz de olhar o futuro sem medo.

A visão destemida do futuro é condição primeira na construção do projeto de vida. Antes que o projeto de vida se delineie, é necessário que, em nível mais profundo que o racional, surja no jovem um desejo profundo em relação ao futuro. Quando o desejo de “querer ser” passa pelo crivo da razão, ele se transforma num projeto de vida. O projeto freqüentemente se transforma numa visão de futuro. É neste momento que a vida do jovem passa a ser revestida de sentido. O sentido da vida é aquela linha que une o ser ao querer ser. A beleza do sentido da vida reside no fato de ele constituir-se no fundamento da autodeterminação do jovem, da sua busca de autonomia. Agora já não serão os seus familiares, os seus amigos ou seus educadores, os que decidirão o seu rumo, mas ele próprio se incumbirá de fazê-lo.



A auto-realização não é a resultante de um objetivo atingido, de fim alcançado, de uma meta superada. O fato de o jovem seguir uma direção e manter-se ativo é forte indicativo de que ele está se realizando. Auto-realizar-se é a pessoa desenvolver plenamente o seu potencial. É dar vida aos sonhos que cada pessoa nutre dia a dia. Empenhar-se nesse sentido é lutar pela felicidade. Freud afirmou que o homem se realiza no amor e no trabalho, ou seja, na vida afetiva e na vida produtiva. Cénise Monte Vicente acrescenta um terceiro aspecto. O homem realiza-se através da solidariedade para com os outros homens, ou seja, na ação em favor do bem comum, na esfera da cidadania.

4.2 Sexualidade e Gênero

ATIVIDADE PEDAGÓGICA

Vamos conversar um pouco sobre sexualidade, para tanto, é importante que você responda algumas questões.

O que é sexualidade?

Que tal avaliar suas Crenças e Atitudes sobre Sexualidade?



Questionário

Instruções

Assinale V (verdadeiro) ou F (falso) diante das afirmações a seguir. Após o Questionário está a chave de correção. Confronte e corrija suas respostas.

AFIRMAÇÕES PARTE I - FUNÇÃO E FISIOLOGIA SEXUAL

- () As emissões noturnas (“Sonhos úmidos”) são sintomas de distúrbios sexuais.
- () As mulheres não experimentam orgasmo noturnos.
- () As mulheres ejaculam como os homens.
- () Os orgasmos simultâneos são mais satisfatórios que os experimentados separadamente e, além disso, são necessários a compatibilidade sexual no casamento.
- () As mulheres são incapazes de múltiplos orgasmos.
- () Há uma diferença entre o orgasmo vaginal e o do clitóris.
- () É perigoso manter relação durante a menstruação.
- () A menstruação começa mais cedo nas jovens que vivem nos trópicos e mais tarde nas que vivem em climas mais frios.
- () Os animais inferiores têm menstruações como os humanos.
- () Durante a menstruação as mulheres não devem praticar esportes; não devem tomar banho, ducha ou lavar a cabeça.
- () A ausência do hímen prova que uma jovem não é virgem.
- () Aqueles que se absterem de sexo gozam de melhor saúde.



- () A atuação esportiva é prejudicada pela relação sexual ocorrida na noite anterior.
- () A redução funcional das glândulas sexuais assinala o fim da vida sexual do homem e da mulher.
- () Todos os casais consumam sua união na noite de núpcias, e o ato sexual é sempre uma parte do casamento.
- () Um pênis grande é importante para a gratificação sexual da mulher, e o homem que tem, é sexualmente mais potente que outro de pênis menor.
- () Deve-se evitar relações sexuais durante a gravidez.
- () Os velhos não levam vantagem sobre os jovens quanto a atividade sexual.
- () O útero “Suga” o fluido seminal ejaculado na vagina.
- () As várias experiências sexual de uma mulher com um homem deixarão uma marca no filho dessa mulher gerado por outro homem.
- () Os homens podem ficar “presos” (isto é, experimentar o pênis captivus) durante a relação sexual.

PARTE II – IMPULSO SEXUAL

- () A cada indivíduo cabe apenas um grande número de experiências sexuais e, ao esgotar-se a quota, encerra-se a atividade sexual dessa pessoa.
- () Os velhos não devem esperar permanecer sexualmente ativos; mas, se ainda são potentes, limitam-se ao coito marital.
- () Os negros têm maior impulso sexual que os brancos; o pênis do homem negro é maior que o do branco.
- () O álcool é um estimulante sexual.
- () Algumas substâncias são valiosas como afrodisíacos.
- () Se um homem ou uma mulher é esterilizado, o impulso sexual diminui.
- () A castração destrói completamente o impulso sexual.
- () A menopausa ou a histerectomia determinam o fim da vida sexual de uma mulher.
- () O desejo e a habilidade sexual decrescem sensivelmente entre os quarenta e os cinquenta anos.
- () A necessidade psicológica da expressão sexual é de menor importância nos últimos anos que durante os anteriores.

PARTE III – REPRODUÇÃO E CONTROLE DA NATALIDADE

- () Há um período absolutamente “seguro” para intercursos sexual, durante o qual o engravidamento é impossível.
- () São necessários orgasmos simultâneos para que ocorra a fecundação.
- () Se uma mulher urina em pé após o coito, evitará ficar grávida.
- () O aborto é sempre um procedimento perigoso.
- () As mulheres frígidas, as prostitutas e as promíscuas não têm tantas possibilidades de conceber como aquelas cuja atividade sexual é mais normal.
- () Deve haver dois atos sexuais para produzir gêmeos, três para trigêmeos etc.
- () O espermatozóide de um testículo geram uma menina e o do outro, um menino; ou o óvulo de um ovário geram um menino e do outro, uma menina.
- () A mulher determina o sexo da criança.
- () A dieta da mulher ajudará a determinar o sexo de uma criança.



- () Nada pode ser feito para aumentar a possibilidade de predeterminar o sexo de um bebê.
- () Um feto dorme durante o dia e desperta durante a noite (e dá pontapés).
- () Um bebê setemesinho tem melhor chance de sobreviver do que um octomesinho
- () Uma criança pode ser “marcada” antes de nascer.
- () Os “nascimentos virginais” (partenogênese) não ocorrem nos seres humanos ou animais.
- () A pílula anticoncepcional pode causar uma grande variedade de doenças em qualquer mulher que tomá-la por qualquer período de tempo.
- () O uso da pílula retarda a menopausa das mulheres.

PARTE IV – HOMOSSEXUALIDADE

- () Delinquentes homossexuais são uma ameaça para a sociedade.
- () As pessoas são ou totalmente homossexuais ou totalmente heterossexuais.
- () Os homens (e as mulheres) são homossexuais porque “nascem assim.”
- () Os homossexuais são mais criativos que os heterossexuais.
- () Os contatos orais-genitais entre um homem e uma mulher indicam tendências homossexuais.
- () O homem que sente prazer na estimulação de seus mamilos reprimiu seus desejos homossexuais.
- () Uma criança concebida de um coito em que o homem possuiu a mulher por trás será homossexuais.
- () Qualquer lésbica preferiria um homem, se fosse um “homem de verdade” e usasse a técnica correta.
- () A maioria das prostitutas são lésbicas.
- () A típica mulher profissional é uma lésbica reprimida.

PARTE V – DISTÚRBIOS E ANORMALIDADES SEXUAIS, REAIS E IMAGINÁRIOS.

- () A masturbação provoca demência, espinhas e vários outros problemas físicos e psicológicos.
- () Práticas sexuais excessivas ou fora do comum podem causar colapsos mentais.
- () O intercuro vagina-pênis é o único método normal de relação sexuais.
- () As mulheres como fortes impulsos sexuais, que facilmente atingem o orgasmo e que são capazes de múltiplos orgasmos, são ninfomaníacas.
- () As ninfomaníacas e os satiromaníacos abundam em nossa sociedade.
- () Se um parceiro deseja relações mais freqüentes que o outro, nada poderá ser feito no sentido de maior compatibilidade sexual do casal.
- () As pessoas que sofrem de desajustes sexuais pouco conseguem com o tratamento de seus problemas.
- () A ejaculação prematura deve-se a circunstâncias, tais como um pênis anormalmente sensível graças a circuncisão.
- () A remoção da próstata assinalada o fim da atividade sexual do homem.
- () Um travesti e um homossexual são a mesma coisa, e ambos são homossexuais.
- () Hermafroditismo e transexualismo são a mesma coisa, e ambos exigem o mesmo tratamento.



PARTE VI – DELITO SEXUAL

- () Um delinqüente sexual não pode ser curado e tende a conseguir em seu comportamento inaceitável pelo resto da vida.
- () O delito sexual ocorre porque o delinqüente é hiperassexuado.
- () O delinqüente sexual típico, em particular o que age contra criança, é agressivo e potencialmente homicida.
- () Os delinqüente sexuais em geral não têm religião.
- () Os que molestam sexualmente criança em geral têm mais de sessenta e cinco anos.
- () A pornografia não tem um efeito corrosivo sobre a mente e o comportamento das pessoas, inclusive crianças.

PARTE VII – OUTRAS

- () O médico comum está capacitado e emocionalmente preparado para lidar com os problemas sexuais de seus pacientes.
- () A virgindade é um fator importante para o êxito de casamento.
- () A natureza compensa o número de homens mortos durante a guerra.
- () Se uma mulher branca recebe sangue de um doador negro, a criança que nasça depois pode ser negra.
- () Os pacientes cardíacos não precisam se preocupar com o prejuízo, para a saúde de sua atividade sexual, desde que permaneçam fisicamente inativos e quietos durante o coito.
- () Os jovens de hoje estão se formando sexualmente “depravados”.
- () A educação sexual não tem lugar em nossas escolas porque é uma arma comunista para destruir o país, a parte de dentro, e porque provoca:
 1. Comportamento sexual inadequada;
 2. Um aumento da promiscuidade;
 3. Um aumento do número de mães solteiras;
 4. Etc. etc.

QUESTIONÁRIO

CRENÇAS E ATITUDES SOBRE SEXUALIDADE

Todas as afirmações são Falsas.

Se você assinalou mais de 50% como verdadeiras (V), sua atitude frente à Sexualidade parece ser ainda um quanto preconceituosa.

SEXUALIDADE



Texto extraído do livro “Situações de Riscos à Saúde de Crianças e Adolescentes-Coordenação Evelyn Einstein e Ronald Pagnoncelli de Souza-CE-CIP/CENESPA/UERJ.

Falar em sexualidade para muitos é uma tarefa difícil. O fato de sentir-se à vontade ou não em relação a este tema tem origem em nossa história pessoal (desenvolvimento, estrutura familiar, companheiros, códigos culturais e religiosos).



Sabendo-se que o desenvolvimento da sexualidade está intimamente ligado ao desenvolvimento integral do indivíduo e representa uma parcela muito importante na estruturação da personalidade, torna-se necessário discutir este tema com profundidade, e, para isto, é preciso instrumentar-nos, o que se consegue com a leitura, a discussão e a aplicação prática dos conceitos no convívio com os pais, com os educadores e com os jovens.

No Brasil, cada vez mais, crianças e adolescentes sobrevivem nas ruas. Alguns meninos não vivem somente nas ruas, mas é nela que passam a maior parte do tempo. Estas crianças e estes adolescentes estão em constante situação de risco físico, social e emocional.

Os cidadãos ou educadores sociais, que prestam atendimento a estes meninos que vivem nas ruas, são os únicos modelos positivos de identificação e são aqueles nos quais depositam algum crédito de confiança.

1. “Falar em sexualidade não é só referir-se à genitalidade. Esta é uma das expressões da sexualidade, que tem uma dimensão muito maior”.

- A sexualidade humana é um processo evolutivo que se inicia ao nascer e se estende por toda a vida. Implica amor, afeto, erotismo, satisfação de necessidades instintivas, tais como o contato, o calor, o afago, os beijos, as carícias, e tem incluído, também, aspectos estéticos. Inclui, ainda, traços genéticos, identificação através da cópia de modelos e desempenho de papéis sociais.
 - Genitalidade diz respeito a órgãos da reprodução, localização genital da libido (energia que alimenta a conduta sexual). Serve como finalização e complementação de um movimento afetivo mais amplo, que é a sexualidade.
 - Sexualidade tem relação com aspectos físicos, tais como órgãos genitais, características definidas na puberdade, processos fisiológicos tais como menstruação, ovulação, fecundação, ejaculação, mas incluir afeto, prazer, carícias, erotismo e orgasmo.
 - Fala-se muito nos aspectos físicos e fisiológicos, mas costuma-se sonegar os aspectos comportamentais.
- 2. “A sexualidade humana deve ser preparada desde o nascimento e depende muito das ligações afetivas, que se iniciam nos primeiros contatos com a mãe”.*
- O desenvolvimento da sexualidade do ser humano desenvolve-se desde o nascimento ou mesmo antes de nascer, passa por diferentes etapas evolutivas, aperfeiçoa-se na adolescência com o estímulo dos fatores determinantes da puberdade. Nesta fase, há uma busca de satisfação através da genitalidade, há uma tentativa de definição de identidade sexual e uma busca de posicionamento no meio social.
 - A família, especialmente a figura dos pais, tem fundamental importância no desenvolvimento da sexualidade humana, desde os primórdios da vida e na estruturação da personalidade.
 - A libido, no início do desenvolvimento da criança, não está diretamente direcionada à área genital, mas ligada a outras regiões como a boca e a pele, confundindo-se com as necessidades básicas de manutenção da vida como a amamentação, o calor e o afago.

IV - Curso Semente de Girassol



O erotismo confunde-se com a efetividade; por isso a libido também pode ser considerada como uma energia ligada à origem do amor.

- A necessidade básica do acalento é traduzida por leve embalo do bebê junto ao corpo da mãe ou substituto. Como necessidade de calor humano, cheiro da pele, vibração, afeto. Tudo isso querendo significar amor.
- Acalento, quando recebido desde os primeiros dias de vida, tende a garantir um apego, um aprendizado de amor.
- Perturbações afetivas podem ter origem na carência amorosa: falta de contato precoce mãe-filho, pai-filho. Falta de colo, embalo, contato corpo a corpo (pele a pele), falta de conversa suave com o bebê, amamentação ausente, difícil ou muito breve, choro sem consolo, sensação de fome insatisfeita...
- A ternura que cada indivíduo carrega dentro de si é seu potencial para o amor e tem origem na escolha primária, feita pela criança (amor pela pessoa que dela cuidou, ensinou, preservou de agressões do meio exterior).

A sexualidade saudável e satisfeita está inserida neste amor cuidadoso, que tem componentes libidinosos e estão relacionados às funções básicas corporais.

3. “O perfil dos meninos que vivem na rua mostra suas carências, evidenciando o passado de abandono, desamor e solidão. Faltam-lhes os modelos de identificação positiva”.

- A maioria dos meninos que vivem na rua vem de famílias numerosas (geralmente 5 ou mais filhos). Muitos têm pai ausente, falecido ou desconhecido. Outros têm pai alcoolista ou drogado, marginalizado e agressivo.
- Estes meninos, em geral, não frequentam a escola e quando o fazem abandonam precocemente (1ª série do 1º grau).
- As condições físicas são precárias. A maioria está abaixo da média para peso e estatura – em relação à idade, evidenciando suas condições de abandono e miséria.
- Quase todos têm história pregressa e atual de violência que se inicia em suas casas e continua nas ruas.
- A conduta desde a infância se caracteriza, na maioria, como de risco; abuso de drogas, furtos e roubos e experiências sexuais precoces e traumáticas.
- Embora sobrevivam nas ruas sozinhos, como se fosse maduros e seguros, estes meninos, aos 15 anos por exemplo, costumam chupar dedo ou chupeta, ficam acordados à noite, por medo do escuro, ou para prevenir agressões. Muitos têm enurese noturna, outros pensam em suicídio.



- Para os que estão nas ruas, faltam modelos de identificação positivos, como bons pais, e as boas influências da escola, dos livros e de bons amigos. As informações e o aprendizado são obtidos entre os companheiros de rua, na maioria das vezes com conduta ““ora de controle””.
- O processo de identificação e conseqüente formação de uma identidade pessoal e sexual é a principal matéria na qual se formará a consciência ética, política, moral e social do adolescente, como base para sua vida adulta.
- Sexualidade tem a ver com identificação, e o que mais preocupa é a chamada “identificação negativa”, onde predominam condutas indesejáveis. “Para alguns indivíduos é preferível uma identificação em tais padrões do que sentir-se um nada”.

4. “A difícil sobrevivência nas ruas predispõe a comportamentos de risco, tais como, promiscuidade, agressão sexual, prostituição, homossexualismo, doenças sexualmente transmissíveis e gravidez indesejada...”.

- Os meninos de rua têm experiência sexual precoce, ocorrendo antes mesmo do desenvolvimento puberal.
- É importante lembrar que a estimulação precoce e excessiva é tão traumática quanto a negação de sua existência.
- Entre os meninos de rua não há somente jogos homossexuais ou heterossexuais, como forma de aprendizado e satisfação de curiosidades. Na rua, há predomínio de promiscuidade, jogo de poder – dominação x submissão – escondido pelo silêncio.
- Uma expressão extrema da carência de atenção e proteção, do desequilíbrio da relação mãe-filha, pode ser traduzida na conduta muito promíscua das adolescentes.
- Muitas gestações são indesejadas e concebidas em situações traumáticas e causam grande impacto e prejuízos para o presente e para o futuro dessas adolescentes.
- Os meninos de rua prostituem-se ou se deixam “prostituir” para sobreviver. Eles são vítimas de agressões sexuais, têm alta incidência de doenças sexualmente transmissíveis, são portanto de alto risco para contrair AIDS, como também envolvem-se em furtos e roubos e são vítimas em potencial ou acabam envolvidos em outras infrações mais graves, chegando, por vezes, ao extremo do homicídio.

5. “Os profissionais que trabalham com meninos na rua podem ajudá-los, promovendo um sentido natural de respeito e de confiança em relação a seu próprio corpo e dando algum sentido de afeto no exercício d sexualidade”.

- Os adolescentes que vivem imersos na pobreza, especialmente os alienados da sociedade, dão-se conta de suas carências e por isso, para eles, só existe o já e o agora. Não há perspectivas, nem projetos para o futuro.



Uma importante tarefa do agente de saúde e do educador, portanto, é ajudar o menino de rua a criar um projeto de vida e acreditar nas suas potencialidades, para pensar num futuro promissor.

- O profissional de saúde e o educador devem ajudar a criança e o jovem a aprender a gostar de si mesmo, lembrando-se que todos os cuidados com a criança estimulam, indiretamente, a auto-estima e a auto-valorização, verdadeiros antídotos contra os riscos da promiscuidade.
- O agente de saúde e o educador precisam, baseados na confiança neles depositada, passar informações corretas e positivas sobre sexualidade e preservação d vida.

PARA PENSAR SOBRE SEXUALIDADE

Ana Lúcia Nunes/Lúcia Regina de Azevedo/Marta Maria
Andrade-Educadoras Sociais.

A nossa sexualidade é um processo que se inicia ao nascermos e se estende por toda a nossa vida, através das nossas primeiras experiências afetivas com nossa mãe, com nosso pai, ou com quem cuida da gente. Será desenvolvida a partir de valores que adquirirmos, de nossas possibilidades individuais e de nossa inter-relação com o meio, a cultura, como nosso mundo.

A construção da sexualidade de cada pessoa passa pelos mais diversos caminhos de sua vida, onde são envolvidos os aspectos fisiológicos (capacidade do ser humano se reproduzir), biológicos (ato sexual), psicológicos (capacidade de expressar sentimentos e emoções), culturais (desempenho de papéis sexuais, enquanto homens e mulheres), sociológicos (padrões e valores morais socialmente construídos, acesso às informações).

A nossa sexualidade percorre caminhos que são traçados através de nossos impulsos, desejos e instintos, na busca inconsciente de prazer e realizações. É tudo que se quer, prazer na cama, realização e sucesso profissional, prazer nas nossas relações afetivas, realização de sonhos. Vêm a tona sentimentos e emoções que “costuram” nossa sexualidade e exercitam a nossa afetividade, valores construídos ao longo de nossa história de vida. Uma história de vida própria, muito nossa, singular.

Nossa sexualidade também constitui-se num campo minado de preconceitos, tabus, dúvidas, medos e culpas, tornando-a distante, como se não fizesse parte de nós. Nos impossibilita de vivê-la de maneira positiva, de conhecer seus cantos mais obscuros, seus dramas e conflitos e conseqüentemente conhecer a nós mesmos.

Assim, estar aberto para destrinchar as “minhocas” que cercam a nossa velha e esquecida amiga sexualidade, é o início de um mergulho em busca de nós mesmos, na tentativa de expressão da fala de nosso corpo. E nosso corpo, para quem não percebeu ainda, fala, mas se cala diante das couraças que teimamos em carregar.

Depois da revolução sexual, a gente acha que sabe tudo sobre sexo. Não, a gente não sabe. Na última década vivemos outra revolução, a revolução nos costumes. Esta, mais silenciosa, que trouxe de volta valores tradicionais do casamento, da família, da monogamia, da fidelidade, da heterossexualidade.



As relações sexuais também passaram a ser vistas sob outra ótica. Deixou de ser tão fácil ir para a cama no primeiro encontro, dar uma “pulada de cerca” numa relação estável, ter vários namorados (as), um (a) atrás do (a) outro (a).

Mas é preciso ir mais além, ser mais inteligente e mais ousado (a), estar sempre “ligado (a)” para repensar o que é certo e o que é melhor e como ser fiel a si mesmo (a), sem imposições. Conhecer melhor a única coisa que é totalmente a sua(eu), SEU CORPO. Trate-o como algo divino, como um templo onde esconde-se um deus, uma deusa. É uma das formas de ser feliz, não a única, mas ajuda a ter mais prazer na cama e na vida, preserva sua saúde, afasta o fantasma das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's) e AIDS, faz você se sentir mais sexy.

Viver e aprender a mudar é a nossa mola propulsora.

Nosso tema é a sexualidade, que está nos nossos cantos, encantos e desencantos. Não há o que concluir, há o que construir. Nossa sexualidade impulsiona nossos desejos, desejo de transformar, de aprender, de revolucionar. Desejo de amar e de viver.

É preciso encarar de frente o que se quer. Nossos sonhos, nossas fantasias (são só o que elas são), nossa busca incessante de dar e receber prazer. É preciso também, não dissimular, mudar é preciso, mesmo que seja só um pouquinho. Nada de querer mudar o mundo.

É preciso **incomodar, perguntar, compreender, questionar, expressar, intervir, exercer, usufruir, escolher, conhecer, valorizar, prevenir, agir, evitar, realizar, vencer, perder, adiar, rejeitar, defender, encontrar, cantar, fantasiar, apaixonar, decidir, construir, sonhar, desejar e amar.**

4.2.1 Gênero

QUESTÃO DE GÊNERO

Viva a diferença!

**Texto extraído da Revista Viver Psicologia
nº121-ano XI fev.2003.**

Maurício de Araújo Zomignani- assistente social e trabalhou em diversos programas municipais e federais de apoio à família na secretaria de Ação Comunitária e Cidadania da Prefeitura Municipal de Santos

Notificamos o fortalecimento do antigo macho. Nasce um novo homem, bem diferente e à custa de muita dor. A crise da masculinidade está no centro da maior parte dos conflitos e da violência da vida moderna.

Homens e mulheres pensam e agem de forma diferente, demonstram capacidades, habilidades, interesses e perspectivas de mundo distintos. Este é um fato que ninguém pode negar, nem o machis-



mo, que por séculos impôs e ainda impõe uma ampla dominação sobre o feminino, nem o feminismo, que equivocadamente atrelou ao masculino as características do machismo, nem a resultante guerra dos sexos, a síndrome de transformar diferença em superioridade.

Nos círculos civilizados, não se pode negar a importância, a justiça e a necessidade da igualdade de direitos e oportunidades, a qual buscamos, mas ainda lutamos para conquistar.

A diferença existe, viva a diferença! Mas para homens e mulheres viverem-na inteiramente, sem preconceitos, precisamos investigá-la de forma aprofundada. Já se vem tateando nisso, mas muito mais no pólo biológico do que no cultural.

É possível construir uma nova diferença. Mas, para tanto, é preciso apropriar-se dela, abandonando tanto a antiga proposta de denominação quanto a moderna proposta de competição.

Para esse necessário entendimento, é fundamental considerar os recentes avanços obtidos nas pesquisas sobre a influência do gene produtor da diferença sexual no comportamento, particularmente da testosterona, hormônio cuja presença no sangue masculino é dez vezes maior do que no feminino. Ao hormônio tem sido atribuída a maior ou menor estimulação da autoconfiança, da agressividade, da libido, a propensão ao uso do fumo e do álcool, a tendência em tomar decisões rápidas, com maior definição e estreiteza no foco, maior força e massa muscular.

Teríamos, assim, para a gênese da masculinidade, resolvido o antigo dilema entre qual fator determina o comportamento humano - a natureza ou a cultura, a biologia ou o meio? Para abordar tal dicotomia e aprofundar o exame desse tema, proponho uma viagem através da história e por dentro de nós mesmos. O fio condutor será a reflexão sobre duas funções atribuídas ao homem repetidas em praticamente todas as culturas primitivas e por milênios: a caça e a guerra.

Caçadores Poderosos

Nos primórdios da humanidade, a caça ou a ameaça de ser caçado e, posteriormente, quando já se pensava assegurada a sobrevivência, a guerra pela hegemonia ou a necessidade de outros grupos foram fatores que determinaram, além da vida e da morte, o tipo de habitação, os locais de moradia, as roupas, as pinturas, os rituais, em suma, toda a cultura dos povos.

Ocorre que caça e guerra são atividades muito similares, eventos geradores de morte, são vividas situações-limite, implicando um altíssimo grau de tensão e de responsabilidade. Quando as sociedades ainda não haviam conseguido dominar a natureza, dispor de meios de sobrevivência, de defesa e de ataque exíguos, o êxito em tais atividades baseava-se unicamente em habilidades e características idênticas àsquelas listadas anteriormente como masculinas, estimuladas pela ação da testosterona.

Quase universalmente, são homens que caçam e guerreiam. E a relevância de tais atividades tornou seus agentes reconhecidos socialmente e poderosos. A própria natureza das ações relativas à caça e à guerra exige uma acentuada concentração de poder, e o conjunto desses fatores tem levado seus responsáveis a assumir as decisões fundamentais nas coletividades, tais como: a escolha de locais para a mudança de uma população (para onde tenha mais caça, menos ameaças, mais proteção), a determinação de prioridades para o investimento de tempo e de riquezas, o que evoluiu para uma concentração também de poder modernamente político. Além disso, é evidente que a concentração



dos meios para matar é o mais forte trunfo que um grupo social pode deter na luta pela hegemonia de uma da sociedade, especialmente se ela for muito primitiva.

Não é por acaso que caça e guerra são temas dos mais antigos registros humanos que se tem notícia, as pinturas rupestres. É muito provável que tais atividades, além da própria reprodução, tenham promovido uma espécie de seleção natural entre os homens, fazendo sobreviver aqueles mais fortes, mais agressivos, mais concentrados e com mais libido. Do mesmo modo, a capacidade para reprodução e resistência ao parto podem ter selecionado as mulheres.

Decorrente da produção de homens cada vez mais másculos e de mulheres cada vez mais femininas, e como a necessidade de sobreviver da caça e de garantir espaço com a guerra permaneceram por milênios desde então, só diminuindo e modificando-se muito recentemente na história da humanidade, tal divisão primordial dos papéis sexuais influenciou toda a produção cultural posterior. A masculinidade exacerbada passou a ser uma preocupação central das sociedades, exemplificada pela mitologia e sua extraordinária capacidade de transmitir modelos e padrões comportamentais, além dos resistentes e disseminados rituais de iniciação masculina.

Dentro da grande diversidade de tais ritos de passagem, a exposição à dor, o teste de habilidades guerreiras, o confronto com a morte e com a espiritualidade são praticamente unânimes, como aponta a terapeuta Robert Bly em seu livro *João de Ferro*, justamente uma história recolhida da memória oral pelos irmãos Grimm. Constituem a institucionalização da negação da dor, do corpo, do medo, de si mesmo, do belo, a interdição a quase todas as formas de manifestação do sentimento. São características que, historicamente cultuadas, acabaram por compor o herói, arquétipo óbvio da masculinidade a dominar a caça e guerra, uma forte influência para todos os homens até hoje.

Por tudo isso, tal masculinidade precisará sempre ser checada e provada, pois, afinal de contas, além da proteção à vida, a reprodução sexual e a continuidade de famílias e dinastias dependerão do homem. Isso contextualizaria a intolerância ao homossexualismo que marca o imaginário de muitos povos no mundo e constitui um valor – ou um antivalor, um fantasma onipresente – terrível, ameaçador, de enorme influência e poder em relação à masculinidade.

Também as relações com a mulher seriam determinadas pela lógica da caça e guerra. Com altíssimo grau de tensão, estresse e sofrimento e com o correspondente conhecimento atribuído às tarefas tornadas masculinas, o homem aprendeu a requerer da mulher cuidados constantes para o provimento de seu bem-estar, pois, em seu descanso, o herói precisa ser servido.

Estabeleceu-se, assim, uma troca na relação entre os sexos. O homem foi levado a abrir mão de sua emoção, acabando por arriscar sua vida pela coletividade. Recebeu em troca o poder de tornar as principais decisões e o reconhecimento da superioridade de seu ponto de vista. Hierarquia e disciplina são, até hoje, os pilares das relações estabelecidas em qualquer instituição militar, marcada por atitudes, uniformes, normas que negam a individualidade, a emoção e a dor. E essa negação é dada como essencial para o enfrentamento da morte.

A mulher foi levada a abrir mão de sua capacidade de co-determinar o futuro da coletividade e viu restringir-se seu papel à subalternidade e à abnegação, recebendo em troca a proteção e a segurança física e alimentar. E as ameaças externas eram tão evidentes e agudas que sobrava pouquíssimo espaço para tal divisão questionada.



Mudança dos Tempos

O desenvolvimento tecnológico simbolizado pela Revolução Industrial tornou-se marco para a construção de novas formas de produção para o mercado e de destruição para a guerra. Estabeleceu-se uma mediação entre o homem e o produto ou a destruição gerados por ele, de forma que, para tais funções, foram sendo exigidas habilidades cada vez menos ligadas à masculinidade. Desaparece, gradativamente, a necessidade de exposição da vida a riscos agudos, do uso da força física e, inclusive, de contato direto.

É claro que esse processo de mudança não alcançou, num primeiro momento, alterações significativas na divisão de papéis de gênero, dado o enorme poder que as funções e as características masculinas concentraram, e da subjetividade, a imagem de si mesmo e do outro, que tal divisão engendrou e perpetuou por meio de mecanismos de transmissão de valores e idéias, como a família, a religião, a escola, a literatura.

Essa divisão só viria a ser questionada pelas mulheres (a mudança sempre vem dos setores oprimidos, como dizia Karl Marx) num movimento gradual que veio a ser chamado feminismo.

É difícil mudar um sistema para quem é colocado como dominante, tido como modelo a ser seguido e ideal a ser alcançado. Mesmo fazendo sofrer, o indivíduo ou segmento social tende a incorporar tal hierarquia à sua auto-imagem, defendendo – conscientemente ou não – os valores nele contidos.

Se a mulher vem corroendo suas máscaras e personagens compostos para ela, como a santa ou a devassa, o homem e seu herói atravessam séculos, fronteiras e culturas mantendo-se basicamente inalterados. A mulher foi percebendo, em seu movimento de tomada de consciência da cultura machista, a subalternidade a ela atribuída, expressa os mais variados e disseminados aspectos que, diretamente ou indiretamente, a desvalorizam.

A opressão do homem, ao contrário, dá-se preponderantemente por meio de elogio. Difícil é perceber que atrás do durão, do frio, do forte e do inatingível está a criminoso intenção ao sentimento e à sensibilidade. O personagem difícil, mais cedo ou mais tarde, explode sofre e faz sofrer.

Não são de agora as agressões domésticas a crianças e mulheres, e os agressores são, quase na totalidade, homens. Não é de hoje que homens são a ampla maioria dos consumidores de drogas, tantas lícitas quanto ilícitas, destacada maioria entre os suicidas, entre a população de rua ou carcerária e principais vítimas do trânsito e da violência em geral. Mas o mundo moderno acirrou muito esses sintomas.

Em um espaço de tempo extremamente curto, o mundo do trabalho e a preparação para o trabalho nas faculdades – a caça – primeiro deixaram de ser exclusivamente masculinos e hoje já deixaram de ser preponderantemente masculinos para, em alguns setores de ponta, serem majoritariamente femininos. Na indústria e na agricultura, muitas das atividades que exigiram habilidades masculinas foram mecanizadas. A área de prestação de serviços tem sido a única a crescer e a demandar mais trabalho. Num movimento muito menos objetivo, ao lado de todas as profundas transformações trazidas pelo feminismo, as ciências sociais promoveram, nas últimas décadas, a descoberta da criança.



A criança deixou de ser encarada como o adulto em miniatura, passando a ser vista em suas fases, com sensibilidade e necessidades próprias a serem atendidas e preservadas. Ambos os movimentos restringiram drasticamente o espaço público e privado do poder masculino.

Também no campo da guerra, além da redução de sua ocorrência no mundo, hoje forte questionamento do heroísmo e do patriotismo e até o sentido da guerra, especialmente a partir da Guerra do Vietnã. A outra guerra que vivemos, a da segurança pública, um dos últimos campos de trabalho preponderantemente masculinos, possui características diferentes da guerra tradicional, mas também importantes para o estudo da masculinidade.

Essa guerra não delimita espaços seguros, mas dissemina-se por todos os lados. É uma guerra entre iguais, no qual não se sabe que lado está certo e sequer de qual lado cada um está. Policiais e bandidos, muitas vezes vizinhos em comunidades socialmente excluídas, anseiam igualmente por poder, riqueza e reconhecimento. Por tudo isso, para quem trabalha na prevenção, na repressão ou na investigação, essa guerra é um grande mercado de trabalho que requer de quem pretende nele atuar: informações, relacionamentos, flexibilidade, capacidade de trabalhar em grupos, de adaptação, de aprendizado. São habilidades estranhas ao antigo modelo de masculinidade.

Mas é preciso pensar naqueles que vivem na ponta do iceberg da segurança. Para quem atua no confronto direto com os bandidos, basicamente em situações-limite, a masculinidade de caça e guerra ainda é importante. Da mesma forma ocorre com os autores de diversos outros tipos de ocorrências violentas, tais como brigas no trânsito, guerra entre torcidas de futebol, brigas de gangues, conflitos em bares – vítimas das chamadas causas externas, na codificação existente sobre as causas de morte.

Dessa forma, deixando de lado as balas perdidas e as vítimas do terrorismo, praticamente todas as outras mortes por violência urbana envolvem hábitos e atitudes semelhantes, tais como: utilização de drogas, fascínio pela adrenalina, pela vitória sobre um grupo rival, por estratégias de autoafirmação em sociedade. Se nossa atual forma de vida estiver realmente proporcionando mais capacidade de sobrevivência no trabalho, na violência urbana e mesmo relacional, será prioritariamente aos novos homens ou, pelo menos, àqueles suscetíveis à transição, e vitimando mais os homens ligados ao antigo modelo de masculinidade. É uma inversão da antiga seleção natural, uma radical mudança no mundo da masculinidade.

Os homens estão mudando, com certeza. Como todo processo de transição exige muito de seus agentes, no entanto, o período em que vivemos gera para a masculinidade uma carga ainda maior de pressão, e ainda não está pronta a invenção social da válvula de escape, o rompimento total com a interdição masculina ao sentimento e à sensibilidade. Dessa forma, o homem, que dava evidentes sinais de não suportar as exigências da tradicional masculinidade, vê, acrescidas àquelas, as exigências da masculinidade de transição. Em suma, procura-se um homem decidido, forte, firme, que seja sensível, amoroso, aberto para todas as formas de expressão.

Há um novo homem nascendo, mas com muita dor. Como vitimizador ou vitimizado, o homem e a crise da masculinidade estão no centro da maior parte dos conflitos e da violência da vida moderna. Atentar para o fenômeno, trabalhá-lo, ajudará a criança a nascer e não sacrificará tanto a mãe. A nova masculinidade é uma construção que exigirá de todos muita dedicação e atenção, sem que isso represente um retorno a modelos de dominação.



Gênero

Recorte sobre Gênero do texto extraído do Caderno de Atenção Básica n.º 08- Ministério da Saúde. Violência Intrafamiliar orientações para a prática em serviço.

É a construção cultural coletiva dos atributos da masculinidade e feminilidade. Esse conceito foi proposto para distinguir-se do conceito de sexo, que define as características biológicas de cada indivíduo.

Para torna-se homem ou mulher é preciso submeter-se a um processo que chamamos de socialização de gênero, baseado nas expectativas que a cultura tem em relação a cada sexo. Dessa forma, a identidade sexual é algo construído, que transcende o biológico.

O sistema de gênero ordena a vida nas sociedades contemporâneas a partir da linguagem, dos símbolos, das instituições e hierarquias da organização social, da representação política e do poder. Com base na interação desses elementos e de suas formas de expressão, distinguem-se os papéis do homem e da mulher na família, na divisão do trabalho, na oferta de bens e serviços e até na instituição e aplicação das normas legais.

A estrutura de gêneros delimita também o poder entre os sexos. Mesmo quando a norma legal é de igualdade, na vida cotidiana encontramos a desigualdade e a iniquidade na distribuição do poder e da riqueza entre os homens e mulheres.

Durante séculos, as mulheres foram educadas para submeterem-se aos homens. A “domesticação” da mulher foi consequência da necessidade dos homens assegurarem a posse de sua descendência. O fato de que a maternidade é certa e a paternidade apenas presumível (ou incerta) sempre foi um fantasma para a organização da cultura patriarcal. O controle da sexualidade e da vida reprodutiva da mulher garante a imposição das regras de descendência e patrimônio e, posteriormente um sistema rígido de divisão sexual do trabalho. Assim, a passa a ser tutelada por algum homem, seja pai, tio ou marido.

Este sistema de divisão sexual do trabalho, cuja finalidade primeira foi a de regulamentar a reprodução e organizar as famílias, acabou por dar aos homens e mulheres uma carga simbólica de atributos, gerando uma correlação entre sexo e personalidade que foi interpretada como característica inerente aos sexos. Atribuiu-se à natureza de homens e mulheres aquilo que era da cultura. Pensar que a mulher é frágil e dependente do homem ou que o homem é o chefe do grupo familiar pode levar as pessoas a concluir que é natural que os homens tenham mais poderes que as mulheres e os meninos mais poderes que as meninas.

Este tipo de pensamento sempre justificou o autoritarismo masculino, interpretando a violência do homem contra a mulher como algo natural. Isso impregnou de tal forma nossa cultura que, assim como muitos homens assumem que estão sendo violentas, muitas mulheres também não reconhecem a violência que estão sofrendo.



IGUAIS OU DIFERENTES?

Que diferença da mulher o homem tem ?

(...)

Mulher tem duas pernas

Tem dois braços, duas coxas

Um nariz e uma boca

E tem muita inteligência

O bicho homem também tem do mesmo jeito

Se for reparar direito tem pouquinha diferença.

Durval Vieira

A resposta para as dúvidas de hoje sobre a questão do feminino e do masculino não é simples como pode parecer. Não se resolve com garotos usando brinco na orelha e garotas tomando a iniciativa na cantada, coisas impensáveis no tempo de nossos pais e avós. A diferenciação entre masculino e feminino já deixou de ser feita pelas aparências. Um avanço na liberdade de comportamento que não pode ser interpretado como o fim das diferenças.

A questão fundamental hoje é saber no que os dois são iguais e no que são diferentes. Quais papéis cada um deve ter na sociedade a partir das igualdades e das diferenças. Como viver as diferenças para que elas não signifiquem superioridade de um e inferioridade de outro, para que um não se sinta no direito de mandar no outro.

A geração dos anos 80 nasceu sob o furacão da revolução sexual e do movimento de libertação das mulheres desencadeado nas décadas de 60 e 70. Cresceu ouvindo as feministas dizerem que mulheres e homens são iguais em tudo. Entrou na adolescência com meninos e meninas vivendo cada vez mais o mesmo tipo de vida, praticando esportes sem atentar para a condição de fragilidade ou força, que no passado separava meninos e meninas na hora da aula de educação física.

Garotas e garotos têm o mesmo horror pela matemática e se esforçam para aprender juntos a calcular uma equação de 2º grau ou a área do triângulo. Divertem-se juntos nas aulas de desenho. Os meninos não riem maliciosamente nem as meninas ficam ruborizadas quando se fala de reprodução nas aulas de biologia. Eles assistem juntos às palestras sobre educação sexual.

Mas tanto os ensinamentos da biologia como a educação sexual ainda não incorporaram as descobertas mais recentes da Ciência sobre o comportamento dos homens e das mulheres. Igualdade e diferença são temas que vêm queimando os neurônios dos cientistas há muitos anos. No início dos anos 90, as universidades americanas publicaram resultados de estudos que podem servir de grande ajuda ao se decidir qual operação deve ser realizada quando se tem como fatores para cálculo “homem” e “mulher”. Vamos somar, subtrair, dividir ou multiplicar.

A nova luz vem da neurologia, especialidade médica e científica que estuda o funcionamento do cérebro. Para horror das feministas radicais, as descobertas indicam que homens e mulheres não são tão iguais quanto elas pretendem. A neurologia confirma como características de uns e de outros



muitos dos chavões que volta e meia se ouve. Mulher é chorona, homem tem mais pontaria... Mas para terror dos machistas, o funcionamento do cérebro desvendado agora não indica, em nenhum momento, que as características masculinas são melhores e as femininas piores. Eles têm habilidades diversas. Diversos quer dizer apenas diferente. No cérebro não há hierarquia, nem superior nem inferior.

4.2.2 Poder

AS ORIGENS DE PODER MASCULINO

Texto extraído de Livro “Todo Poder às Mulheres- esperança de equilíbrio para o mundo” de Marco Aurélio Dias da Silva págs 50a53.

O surgimento do patriarcado trouxe a noção de poder, de propriedade e, relacionado a esta última, o aparecimento da monogamia e as necessidades, por parte do homem, de controlar e apropriar-se das mulheres e da sexualidade delas. A noção de poder era, até então, algo inédito. O que havia antes entre nossos ancestrais, como há ainda hoje entre os animais, era dominância, não dominação. A diferença como assinalara Muraro, é crucial. Dominância, ou predominância, é a capacidade, inata ou adquirida, de um membro do grupo sobressair-se, liderar ou conduzir. Mas é este o ponto importante, “não inclui a repressão e a coerção de vontade dos outros membros”. O poder, entendido como a capacidade ou habilidade de obrigar outras pessoas a agir/fazer como/o que queremos, é uma criação exclusivamente humana e que surgiu com o patriarcado.

Umbilicalmente vinculado ao aparecimento do poder, na verdade faces de uma moeda, está a noção de propriedade, em especial a propriedade da terra. Supõe-se que a agricultura – não a horticultura, mais simples e mais antiga – tenha surgido entre três e cinco mil anos antes de Cristo, em decorrência de explosão populacional e da conseqüente escassez de alimentos. A desproporção entre a quantidade de bocas a alimentar e o alimento disponível na natureza gerou a necessidade de uma cultura mais extensa e intensa de terra. Deu-se então o aparecimento de instrumentos agrícolas, entre eles o arado, com duas conseqüências: o alijamento de mulher desse tipo de trabalho, a conseqüente perda do seu poder produtivo, a necessidade de mais terra para cultivar e de ter a posse da terra.

Com o aprimoramento das técnicas de agricultura, foi possível obter mais alimentos de que seria possível consumir pelos que cultivavam. Surgiram então a guarda, ou estocagem, e algo que até então não existia: o excedente ou não utilizável de imediato. Houve, em decorrência, o aparecimento de duas categorias de homem- os que possuíam a terra e os alimentos e os despossuídos. As mulheres alijadas da agricultura, enquadravam-se neste segundo grupo. Com o passar do tempo, o crescimento da propriedade de terra e de alimentos passou a ser fim em si mesmo, e um instrumento de poder. O proprietário desejava a possuir cada vez mais e começou a explorar e a oprimir, de maneira crescente, os que não tinham. O afã de possuir por possuir passou provavelmente a revestir-se do mesmo grau de irracionalidade que perdura, com a mesma ou com maior intensidade, na sociedade dos nossos dias. O proprietário tanto ontem como hoje, “aliena sua existência na propriedade; a este se apega mais do que a própria vida”. A dura consciência de finitude da vida exigia desse proprietário alguma garantia de que sua propriedade, tão arduamente conquistada e razão de ser de sua vida, sobrevivesse à sua morte. Havia somente um meio de conseguir isso: transferi-la aos filhos.



Admite-se que no início da existência, e possivelmente até o surgimento das sociedades agropastoris, os seres humanos vivessem em um estado de promiscuidade sexual, do matrimônio grupal ou sindiástico, como diz Engels. Em uma organização desse tipo, todas as mulheres pertenciam a todos os homens do grupo, e vice-versa. Implicava, tal tipo de organização, três consequências de suma importância para o que aqui se discute. Primeiro, não havia espaço para ciúme. Por conseguinte, era necessário haver elevado grau de tolerância recíproca e ausência de competição entre os machos. Segundo, não havia como estabelecer quem era pai de quem, saber-se com absoluta certeza quem era mãe de determinado filho. Em terceiro lugar, e em decorrência, as mulheres teriam gozado, nesse tipo de sociedade, de grande apreço e respeito, como únicos progenitores conhecidos. Segundo Bachofen, esse fato teria elevado à existência de sociedades matrilineares, em que prevalecia o direito materno, ou seja, a filiação e a herança passavam pela linha feminina. Teria havido, então, um domínio absoluto das mulheres, suposição nunca comprovada e que, a meu ver, parece exagerada e improvável, pelas inúmeras razões ligadas à vertente biológica da supremacia masculina.

Com o advento da propriedade, e da necessidade que os homens passam a ter de assegurar a transmissão de posse ao filho, a situação de domínio das mulheres foi modificada. A figura de provedor e protetor que já se esboçava no estágio anterior, o da sociedade da caça, tornou-se de fato o dono da mulher, e passou a exigir que ela somente mantivesse intercuro sexual com ele. Surgiu então a monogamia, embora uma monogamia de mão única: a mulher era permitido ter apenas um homem, mas a este era dado possuir várias mulheres.

O advento da monogamia e sua vinculação com a propriedade trouxe, por sua vez, outras e importantes consequências. Surgiu a estrutura familiar patriarcal, tal como hoje, embora agonizante, ainda a conhecemos. Com ela, instituiu-se uma dupla moral sexual, aparece a figura do adultério (gravíssimo e passível de morte se cometido por mulheres) e surgiram ainda, como diz Engels, “duas figuras sociais constantes e características, até então desconhecidas: o amante da mulher casada e marido corneado”.

As consequências nocivas de estrutura patriarcal não esgotaram o seu potencial nocivo com a dominação da mulher pelos homens e pela apropriação que este fez da sexualidade, e da vida, daquela. Surgiu também a dominação de alguns homens sobre outros homens; surgiu o sentido de poder como hoje conhecemos. A cooperação entre eles passou a ser, como ainda é hoje, a exceção, e a competição a regra. Com a competição veio a guerra e, obviamente, o homem guerreiro. Apareceu, também, e infelizmente, a doentia necessidade masculina de deter o poder.

4.3 Agressividade

Fonte: Bock et al. Psicologias: uma introdução ao estudo da Psicologia. Ed. Saraiva: São Paulo. 2007. p. 255 a

Agressividade e violência: o enfoque psicológico

O ser humano é agressivo.

Essa afirmação pode causar estranheza porque sempre conhecemos alguém que é muito “bonzinho”, “incapaz de fazer mal a uma mosca”. Nesse caso, avalia-se a agressividade exclusivamente por suas manifestações: o comportamento. E a pessoa “incapaz de fazer mal a uma mosca” é considerada como não-agressiva, como não tendo nenhuma hostilidade dentro de si, nenhum impulso destrutivo na sua relação com as coisas e com os outros.



Para superarmos a estranheza que a afirmação inicial nos causa, é necessário compreender que a agressividade é impulso que pode voltar-se para fora (heteroagressão) ou para dentro do próprio indivíduo (auto-agressão). Mas ela sempre constitui a vida psíquica, enquanto fazendo parte do binômio amor/ódio, pulsão de vida/pulsão de morte.

A agressividade sempre está relacionada com as atividades de pensamento, imaginação ou de ação verbal e não-verbal. Portanto, alguém muito “bonzinho” pode ter fantasias altamente destrutivas, ou sua agressividade pode manifestar-se pela ironia, pela omissão de ajuda, ou seja, a agressividade não se caracteriza exclusivamente pela humilhação, constrangimento ou destruição do outro, isto é, pela ação verbal ou física sobre o mundo.

A educação e os mecanismos sociais da lei e da tradição buscam a subordinação e o controle dessa agressividade. Assim, desde criança o ser humano aprende a reprimir e a não expressá-la de modo descontrolado, ao mesmo tempo em que o mundo da cultura cria condições para o indivíduo possa canalizar, levar esses impulsos para produções consideradas positivas, como a produção intelectual, a produção artística, o desempenho esportivo etc.

Nesse enfoque, cuja referência é a Psicanálise, afirma-se que a agressividade é constitutiva do ser humano, e ao mesmo tempo, afirma-se a importância da cultura, da vida social, como reguladoras dos impulsos destrutivos. Essa função controladora ocorre no processo de socialização, no qual, espera-se que, a partir de vínculos significativos que o indivíduo estabelece com os outros, ele passe a internalizar os controles. Então, deixa de ser necessário o controle externo, pois os controles já estão dentro do indivíduo. Mas, mesmo assim, em todos os grupos sociais existem mecanismos de controle e/ou punição dos comportamentos agressivos não valorizados pelo grupo. A sociedade também tem seus mecanismos, que se concretizam na ordem jurídica: as leis.

Esse modo de compreender a agressividade humana coloca em questão se a sociedade está conseguindo ou não criar condições adequadas para a canalização desses impulsos destrutivos e para a não-manifestação da violência.

A violência é o uso desejado da agressividade, com fins destrutivos. Esse desejo pode ser:

- Voluntário (intencional), racional (premeditado e com objeto “adequado” da agressividade) e consciente, ou
- Involuntário, irracional (a violência destina-se a um objeto substituto, por exemplo, por ódio ao chefe, o indivíduo bate no filho) e inconsciente.

A agressividade está na constituição da violência, mas não é o único fator que a explica. É necessário compreender como a organização social estimula, legitima e mantém diferentes modalidades de violência. O estímulo pode ser tanto no incentivo à competição escolar e no mercado de trabalho, como no incentivo a que cada um dos cidadãos dê conta de sua própria segurança pessoal. A legitimação pode ocorrer na guerra, no combate ao inimigo religioso, ao inimigo político. A manutenção da violência ocorre quando se conservam milhões de cidadãos em condições subumanas de existência, o que acaba por desencadear ou determinar a prática de delitos associados à sobrevivência (roubar para comer, a prostituição precoce de crianças e jovens).



A violência está presente também quando as condições de vida social são pouco propícias ao desenvolvimento e realização pessoal e levam o indivíduo a mecanismo de autodestruição, como o uso de drogas, o alcoolismo, o suicídio.

Jurandir F. Costa, em seu livro *Violência e Psicanálise*, afirma que podemos entender como violência aquela situação em que o indivíduo “foi submetido a uma coerção e a um desprazer absolutamente desnecessário ao crescimento, desenvolvimento e manutenção de seu bem-estar enquanto ser psíquico”.

Isso significa que é necessário deixar de considerar como violência exclusivamente a prática de delitos, a criminalidade. Essa é uma associação feita, por exemplo, pelos meios de comunicação de massa (rádio, televisão) e que acabamos por reproduzir. Mas existem outras formas que não reconhecemos como práticas de violência e que estão diluídas no cotidiano, as quais, muitas vezes, já nos acostumamos. A violência no interior da família, na escola, no trabalho, da polícia, das ruas, do atendimento precário à saúde etc.

4.4 Família

Texto Extraído do Caderno de Atenção Básica
N.º 08 – Ministério da Saúde. Violência
intrafamiliar orientações para a prática em serviço.

Chama-se família ao grupo de pessoas com vínculos afetivos, de consangüinidade ou de convivência.

A família é o primeiro núcleo de socialização dos indivíduos; quem primeiro transmite os valores, usos e costumes que irão formar as personalidades e a bagagem emocional das pessoas. A dinâmica e a organização da família baseiam-se na distribuição dos afetos, criando, no espaço doméstico, um complexo dinamismo de competições. Essas disputas são orientadas pelas diferenças de poder entre os sexos e, no contexto afetivo, motivadas pelas conquistas de espaços que garantem o amor, o reconhecimento e a proteção, necessidades básicas da condição humana. Trata-se, dessa forma, de disputas que estimulam sentimentos ambíguos de amor/ódio, aliança/competição/domínio entre seus membros. Famílias despreparadas para compreender, administrar e tolerar seus próprios conflitos tendem a se tornar violentas.

Por outro lado, é preciso compreender a família como uma estrutura que se modifica segundo contextos sociais, culturas e históricos. É importante considerar o papel da família nuclear, baseada em poucos indivíduos e adscrita à convivência nos limites do espaço doméstico compartilhado, que vem a substituir as famílias extensas, baseadas em uma rede ampla de parentesco e que entrelaçava sua funcionalidade à da produção rural e comércio de mercadorias. A família contemporânea fundamenta-se na privacidade-espaço restrito de relações pessoais afetivas, onde o número de integrantes e seus laços foram restringidos.

Hoje, existem várias formas de organização familiar - as famílias monoparentais, as reconstruídas, as uniões estáveis, os casais do mesmo sexo, as famílias tradicionais. Uma criança pode ter um pai biológico e pais sociais (que se integram ao grupo familiar, assumindo papéis paternos). Essas mudanças geram um novo contexto de relações de poder e inter-relações, um universo diferente de expectativas e de representações subjetivas no âmbito da família, com dificuldades próprias, envolvendo todos os seus membros: pais, mães e filhos.



Família⁸

Andréa Fernandes Coutinho - Psicóloga

Texto extraído do Trabalho Monográfico de Conclusão de Curso – Departamento de Psicologia da UFMA (Título: Abuso Sexual contra Crianças e Adolescente – Estratégias de Prevenção para Famílias).

Como característica inerente ao ser humano, o homem vive em grupos, a criança necessita de uma figura materna capaz de alimentá-la, protegê-la e ensiná-la. Constituindo o núcleo primário de convivência social, a família é um sistema estruturado de relações que ganha contornos específicos através do tempo.

A família assume ou negligencia as funções de proteção e socialização de seus membros de acordo com as necessidades da cultura. Assim a família atende a dois diferentes objetivos: o interno, na proteção psicossocial de seus membros e o externo, no registro de uma cultura e sua transmissão. É dentro da família que surge o sentido de identidade da criança. Nesse processo inicial de socialização é modelado e programado o comportamento e a individualização da criança. E essa unidade muda e se adapta às circunstâncias históricas.

Dentre as várias funções da família, eis algumas que assumem caráter exclusivo, como a reprodução, que é uma característica de animais e entre os humanos há a constituição de núcleos familiares de forma regulamentada para este fim; a identificação social, de caráter essencial para a inserção social do indivíduo; e a socialização, que é a transmissão de valores, crenças e costumes entre as gerações, como explica Camargo (1998).

Medina (2002) conceitua dois modelos de estruturação familiar, a TRADICIONAL com raízes no passado e a de TRANSIÇÃO, resultado de intensas transformações.

A família tradicional era construída a partir da união de duas famílias, em etapas progressivas de formalização: namoro, noivado, casamento e lua de mel, onde a mulher devia vir pura e o homem com uma longa experiência sexual. O papel do homem era ser ativo, forte, cabendo a função de prover à família, enquanto que à mulher frágil e passiva caberia criar e proteger os filhos.

Com a definição dos comportamentos, essa família se articula com a segregação do masculino e do feminino, assim também entre os adultos e as crianças. Ao homem, a expressão de racional e calculista e à mulher o mundo sentimental e afetivo. Como um sistema fechado em si, os problemas familiares deveriam ser mantidos dentro do lar, evitando a dissolução do casamento.

⁸Nesse trabalho optou-se por tratar do tema infância e adolescência na sociedade contemporânea através de suas inserções na instituição familiar e a partir das categorias gênero e sexualidade. Fez-se essa opção levando-se em conta o tema central de discussão desse estudo: abusos sexuais contra crianças e adolescentes – estratégias de prevenção para a família.

IV - Curso Semente de Girassol



A mudança que registra o modelo de transição da família é a alteração da posição da mulher que antes era bastante desfavorável. Neste modelo não há um ritual de cerimônias para o casamento e a decisão é exclusiva do casal, na busca de uma relação afetiva. A vida familiar corresponde a um equilíbrio de funções, apesar da instabilidade sócio-econômica, entre homem e mulher tanto no âmbito doméstico, quanto no trabalho. Medina (p. 20) diz que a “igualdade é um dos objetivos do modelo, embora ainda sofra muito em sua satisfação pela permanência de aspectos do modelo tradicional no cotidiano das famílias”.

A segregação está entre o mundo do casal e o mundo doméstico, que inclui filhos e parentes, mas, ainda de acordo com Medina (p. 20), pode-se afirmar que:

Neste modelo, os papéis exercidos, não são mais distintos por sexo, porque na sociedade de hoje, não se distingue mais aqueles por gênero masculino e feminino, como ocorria no passado. O homem, hoje, tem de saber participar das atividades domésticas, como a educação dos filhos. A mulher, hoje, tem de saber exercer uma profissão.

Desde a Antiguidade, a família era comandada única e exclusivamente pelo pai, que possuía poder sobre a mulher e os filhos, possuindo todos os direitos sobre eles. Neste sentido, o dever superava o sentimento de amor e prevalecia o medo à desobedecer, podendo o pai recorrer à violência.

No processo de organização da família, a singularidade dá-se pela dinâmica de relacionamento entre as duas pessoas que formam o casal. Surgem vários conflitos a serem superados na constituição das relações familiares, podendo desenvolver experiências de realização ou fracasso, e o envolvimento pode levar as pessoas a um crescimento e maior integração ou, ao contrário, a uma desintegração que inclui a violência na sua dinâmica.

Assim Scodelario (2002, p.97) coloca que:

Nesse processo, se cada membro do grupo familiar tiver suas necessidades físicas, emocionais e intelectuais satisfeitas, e puder experimentar, conter e utilizar adequadamente os conteúdos – amor, raiva, medo, alegria, agressividade, sexualidade etc -, normalmente disponíveis nas interações, poderemos ter como resultado uma família mais integrada com grau de organização e discriminação que possibilite a seus membros estabelecer relações criativas que levam ao crescimento. (...) Porém, quando as relações se desorganizam, o potencial destrutivo é enorme, ocorrendo nas pessoas uma falta de contenção que ocasiona enorme prejuízo na circulação dos conteúdos pertinentes a esse grupo familiar.

No percurso das transformações, é constituído um novo método de criação dos filhos, a autoridade sobre as relações de pais e filhos diminui. O sentimento de afeto conduz as famílias, mas mantém-se a fronteira família/sociedade, ou seja, no âmbito familiar transcorre o processo de transição mas, perante a sociedade ainda se reconhece o padrão de comportamento tradicional.

IV - Curso Semente de Girassol



A família brasileira foi uma das instituições mais importantes na constituição da nossa sociedade, com suas características de família patriarcal, extensiva e fechada como parte da classe dominante.

Os anos 90, no Brasil, começaram com um agravamento da situação econômica, refletindo-se em mudanças aceleradas na organização familiar, o que propiciou que muitas crianças e adolescentes ficassem desamparadas na forma da Lei, da assistência e da educação. De acordo com Silva (2000, p. 68):

Até algumas décadas atrás, a família era a unidade básica de produção, consumo, direito de propriedade, socialização, apoio moral e assistência mútua. Considerada a mais essencial e durável instituição social, ela fornecia um denominador comum para o conjunto da cultura, um espelho em que a sociedade se apresentava, um instrumento de sua compreensão.

Diante de todos os conflitos, é a família que possui um papel importante na sociabilidade, na afetividade e no bem-estar físico dos indivíduos. E assegurando seus direitos em forma de Lei, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) expressa no artigo 19:

Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

Mas nem sempre a família consegue realizar com êxito seus propósitos. E quando ela não é capaz de permitir condições adequadas ao desenvolvimento da criança e do adolescente, cabe aos profissionais que zelam pelos direitos da criança e adolescente criar estratégias capazes de viabilizar a superação dessa situação.

As famílias, hoje, costumam estar constituídas apenas por um(a) progenitor(a), e as crianças estão sob cuidados de terceiros, babás, avós ou tias. Na contemporaneidade, o núcleo familiar passou por mudanças decorrentes de alterações culturais, científicas e de gênero. A mulher passou a trabalhar, sair de casa, ter sua independência, e exigir mais de seu parceiro.

A família contemporânea não deve ser analisada olhando-se onde vive, nem pela profissão ou pelo número de componentes, mas sim através do tipo de relação que as pessoas estabelecem, através do que é proposto na relação entre as pessoas (MARODIN, 2002, p.1).

A relação familiar é fundamental para a construção de uma identidade e uma consciência moral. A família deve fornecer à criança um meio ambiente capaz de atender às necessidades físicas e mentais durante o seu processo de maturação. Deve conduzir, alimentar, cuidar e proteger o corpo frágil da criança. Precisa estimular o interesse sobre o mundo ao seu redor. Entender e organizar suas sensações e percepções. Enfim, a criança precisa de pessoas para amar, receber afeto e mantê-la segura da raiva e da agressividade. Assim como traz Goldstein (1987 p. 11):

IV - Curso Semente de Girassol



Quando a família exerce sua influência com benevolência, consideração, compreensão e compaixão para cada um de seus membros infantis, as oportunidades de equilíbrio para um desenvolvimento ideal e para adaptação social são muitas. Em tais famílias – tenham elas laços biológicos, adotivos, de criação ou adoção segundo o direito consuetudinário – os adultos são pais psicológicos e as crianças são desejadas.

A sociedade a que a família pertence influi diretamente em suas funções, seja no âmbito econômico, social ou político. Dependente desse mundo exterior, a família reflete na sua dinâmica os pontos positivos e negativos absorvidos nessa relação. A estrutura familiar da pós-modernidade recebe os reflexos do avanço tecnológico, científico e cultural, exigindo de seus membros uma melhor comunicação afetiva para assegurar um relacionamento harmônico.

Abandona-se o casamento como ponto referencial necessário, para buscar a proteção e o desenvolvimento da personalidade do homem. É a busca da dignidade humana, sobrepujando os valores meramente patrimoniais (FARIAS, 2002, p. 5).

O grande desafio da época contemporânea, quanto ao núcleo familiar, é garantir a realização e o desenvolvimento da personalidade humana, a partir da proteção e da construção de novos valores como a solidariedade, o respeito e a dignidade. E o Brasil está deixando a desejar quanto ao provento de condições básicas para o sustento econômico e, conseqüentemente, psicológicas da instituição familiar. Podendo surgir conflitos graves e o fortalecimento da expressão da violência intrafamiliar. Quando a família não consegue se estruturar, de modo a manter um equilíbrio emocional, seus membros tendem a se tornar violentos, manifestando formas distintas de violência, do tipo: agressões físicas, psicológicas, negligência e violência sexual.

A idéia de família, com padrão de comportamento exemplar, tornou-se sinônimo de civilização e bons costumes, característica que levou à repressão da sexualidade, e era relacionado a uma transgressão social. E, de acordo com Camargo (1999, p. 32) as relações de poder instituíram um modelo de estrutura como: “a liberdade sexual para o homem e a submissão para as mulheres, sendo a maternidade sua função mais significativa”.

A vivência satisfatória da sexualidade de um casal favorece um autoconhecimento; a capacidade de adaptação a novas circunstâncias, em sua forma de expressar, confiar e se comprometer na relação; bem como manter um certo grau de liberdade e responsabilidade para cada membro do casal. Como constata Lopez (1992, p. 129) ao se referir às disfunções sexuais considerando a inibição dos desejos ou impulsos sexuais: “as atitudes e crenças negativas referentes à sexualidade podem também desempenhar um papel importante no desenvolvimento das disfunções sexuais”.

A incapacidade do casal em lidar com seus conflitos emocionais e sexuais e a introdução de um tabu contra o reconhecimento dessas tensões na família favorecem o surgimento do abuso sexual intrafamiliar.

IV - Curso Semente de Girassol



A ABRAPIA (2001) propõe, como uma visão psicológica, “que a relação de incesto compreende qualquer contato abertamente sexual entre pessoas que tenham um grau de parentesco, por consanguinidade ou por afinidade, ou que acreditem tê-lo”. Esta definição inclui padrasto, madrasta, sogro, sogra, meio-irmãos, avós por afinidades e até companheiro (a) do pai ou da mãe, caso eles assumam o papel de pais.

As principais vítimas do abuso sexual incestuoso são as crianças e/ou adolescentes, provocando uma perturbação grave e muitas vezes irreversível no seu desenvolvimento afetivo e moral. O abuso é caracterizado pela dominação que o adulto exerce sobre elas, e que atinge seu ápice quando a criança e/ou adolescente é visto como objeto de manipulação, e não como um ser humano que possui desejos e sentimentos.

Geralmente a família incestuosa tem caráter patriarcal, em que o pai domina pela força e pela coerção. É uma estrutura disfuncional, onde o papel de cada um é indefinido em virtude de problemas emocionais pessoais. Constitui-se numa relação rígidas e fechadas, permitindo a manutenção do segredo por anos. Há uma dificuldade de comunicação entre seus membros – o agressor faz uso de palavras carinhosas, confundindo as vítimas. Além do que, essas famílias têm dificuldades e pode-se perceber resistências em socializar e inserir culturalmente seus filhos. “Esse relacionamento incestuoso, é muitas vezes, a única expressão de afeto e intimidade para a criança” (GAUDERER apud RIBEIRO, 1999, p.55).

A criança e o adolescente não conseguem distinguir afeto de sexualidade e conclui que para obter afeto precisa se dar sexualmente o que leva alguma à prostituição. O abuso sexual incestuoso é um crime contra a criança e o adolescente praticado, principalmente, pelo próprio pai, padrasto, tios ou irmãos mais velhos (e em menor número praticado por mães, madrastas, tias...) que se serve da sua posição afetiva para manipular a vítima, violando o direito da criança e do adolescente a uma sexualidade responsável e protegida. Esta vitimização causa sérios problemas psicológicos, como traumas, fobias e medos, desvirtuando a função da família, que deve ser um espaço de segurança, identidade e amor.

Hoje, no contexto jurídico, a criança e o adolescente são considerados sujeitos de direitos e deveres com liberdade de ir e vir e a sua proteção é dever da família, da sociedade e do Estado. A Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente percebem a criança e o adolescente como seres em processo de amadurecimento de sua cidadania, à medida que vão se desenvolvendo, construindo sua vontade e expressando livremente suas opiniões acerca dos mais diversos assuntos. Vale ressaltar, ainda, que a violência doméstica é também provocada pelo caráter perverso do sujeito, seja pela reprodução de experiências vividas no passado, seja pela transformação de sua personalidade, possibilitando a vivência da violência intrafamiliar.

Módulo II

Identificação do Fenômeno da Violência no contexto da atuação prática





Sumário

1 - Apresentação.....	73
2 - Identificando a violência contra criança e adolescente.....	75
2.1 - Violência contra crianças e adolescentes: quem responde por isso?	77
2.2 - População residente de crianças e adolescentes – maranhão - 2007	93
3 - Violência Intrafamiliar.....	108
3.1 - Violência sexual contra crianças e adolescentes.....	113
3.2 - Violência sexual: a categoria chave na compreensão do abuso sexual contra crianças e adolescentes	115
3.3 - Violência sexual contra meninos e meninas – abuso intrafamiliar e exploração sexual comercial.....	117
3.4 - Violência Sexual: Perigo na Internet	124
3.5 - Tráfico de Pessoas.....	126
4 - Violência Física.....	127
5 - Violência Psicológica.....	135
6 - Violência Negligência.....	137
7 - Formas de abordagens às situações de violência contra crianças e adolescentes.....	140



1 Apresentação

Caros/as Cursistas,

Nesta apostila estamos trazendo para vocês, conteúdos relacionados à identificação e formas de enfrentamento da violência doméstica contra criança e adolescente.

A escolha de cada texto foi baseada nas reflexões e práticas que profissionais da área têm feito acerca deste fenômeno tão avassalador na vida de crianças e adolescentes, assim como, da realidade do nosso Estado.

Buscamos o que de melhor tem sido sistematizado, para que todos e todas tenham a oportunidade de repensar sua atuação e contribuir com vidas de crianças adolescentes e famílias envolvidas na violência doméstica.

Esperamos que aproveitem de todos os textos, através dos estudos coletivos e individuais previstos na Agenda Semente de Girassol.

Aproveitamos para agradecer a todos e todas que participam deste curso pela ousadia em querer fazer a diferença.

Um forte abraço,

**Nelma Silva
Nádia Guterres
Margareth de Jesus**



Identificação do fenômeno da violência doméstica contra criança e adolescente



O QUE É?



COMO?



QUANDO?

ONDE?

QUEM?



2 Identificando a Violência contra criança e adolescente

ATIVIDADE PEDAGÓGICA



Bem, vamos iniciar este módulo cantando!!!

Dizem que, “quem canta seus males espanta”.

Uma música que consideramos interessante de ser ouvida por você pai, mãe, responsável, profissional, estudante.

Permita-se escutar a música abaixo, se colocando no lugar da pessoa que cuida de uma criança e ou adolescente.



Sozinho

Composição: Peninha

Interpretação: Caetano Velloso

Às vezes, no silêncio da noite
Eu fico imaginando nós dois
Eu fico ali sonhando acordado, juntando
o antes, o agora e o depois
por que você me deixa tão solto?
por que você não cola em mim?
Tô me sentindo muito sozinho!

Não sou nem quero ser o seu dono
É que um carinho às vezes cai bem
Eu tenho meus segredos e planos secretos
só abro pra você mais ninguém
por que você me esquece e some?
e se eu me interessar por alguém?
e se ela, de repente, me ganha?

Quando a gente gosta
é claro que a gente cuida
fala que me ama
só que é da boca pra fora
ou você me engana
ou não está madura
onde está você agora?

Quando a gente gosta
é claro que a gente cuida
fala que me ama
só que é da boca pra fora
ou você me engana
ou não está madura
onde está você agora?



cante
pense
comente
a
música
“Sozinho”



2.1 - VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: QUEM RESPONDE POR ISSO?

Nelma Pereira da Silva¹

1. Introdução

A presente pesquisa diz respeito à caracterização da violência praticada contra crianças e adolescentes, bem como da política de atendimento especificando o quadro de violência encontrado, no período de 2003 a 2005, tanto sobre a vítima quanto sobre os agressores, seguido da intervenção dos órgãos junto aos casos.

Teve como metodologia a coleta de dados junto aos órgãos oficiais de defesa e responsabilização, bem como junto à rede de atendimento às pessoas vitimizadas. As fontes pesquisadas foram: Disque Denúncia Nacional; Conselhos Tutelares; Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente - DPCA (capital); Centro de Perícias Técnicas para Crianças e Adolescentes; 2ª Vara Criminal²; Fundação Municipal da Criança e Assistência Social - FUMCAS e Secretaria Municipal de Saúde.

Os dados foram extraídos dos relatórios fornecidos pelas fontes pesquisadas, com exceção dos Conselhos Tutelares cujas informações foram coletadas nas fichas de cada atendimento.

De modo geral, ressalta-se a dificuldade com a obtenção dos dados pela falta de sistematização das informações dos atendimentos feitos pelos órgãos. Logo, há um prejuízo na produção de conhecimento a respeito da realidade de violência contra crianças e adolescentes, tanto na caracterização do problema que as envolvem, quanto dos atendimentos e encaminhamentos feitos pelas instituições na busca de solução dos mesmos.

2. Caracterização da Violência contra Crianças e Adolescentes

É considerada violência contra crianças e adolescentes toda ação ou omissão contra a sua integridade física e ou psicológica. Alguns autores têm classificado-a como sendo: física, psicológica, sexual e negligência. Tendo como agente o indivíduo ou o Estado (em todas as suas representações: municipal, estadual, federal).

¹Psicóloga, Coordenadora do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Pe. Marcos Passerini. Foram responsáveis pela coleta dos dados, enquanto pesquisadoras de campo: XXXXX

²Neste período era a Vara designada para estes casos. Em 2006, foi criada a 11ª Vara Especializada em Crimes contra crianças e adolescentes, compondo o complexo de proteção à criança e ao adolescente, juntamente com a DPCA, CPO, Promotoria de Crimes contra Crianças e Adolescentes.



A violência física se caracteriza por atos como dar tapa, beliscão, soco, pontapé, surra, tortura³ propriamente dita, causando diversos hematomas, fraturas ou até mesmo a morte. Estas práticas de violência, ao longo da história brasileira, têm sido muito comuns. É adotada como disciplina educacional pelos pais ou responsáveis ou ainda por algumas instituições.

A violência psicológica é tudo que possa provocar sofrimento psicológico, emocional, ético e moral. Pela sua sutil marca, esta modalidade de violência é uma das mais difíceis de ser comprovada e, logo, a mais difícil de ser combatida. Diz respeito ao tratamento desumano, humilhante/intimidatório, preconceituoso, vexatório, autoritário/arrogante, discriminatório (por raça/etnia, classe social, gênero, geração ou ainda, por laço afetivo). Se expressa também pelos xingamentos, ameaças, provocação de medo, pela depreciação da imagem da pessoa, no caso, da criança e do adolescente, bloqueando seus esforços de desempenho e de auto-estima.

A violência sexual é a submissão de crianças e adolescentes a atos sexuais com contato físico ou não, geralmente demonstrando forte relação de poder. Esta se caracteriza como: carícias, masturbação, sexo oral, anal, vaginal (estupro ou não, atentado violento ao pudor), palavras obscenas, voyeurismo, exibicionismo, pornografia, tráfico para fins sexuais. Relação hetero ou homossexual, com a finalidade de estimular sexualmente a criança e o adolescente - havendo sempre uma forte relação de poder. Podendo ser remunerado (exploração comercial) ou não (abuso sexual).

A negligência diz respeito à falta de provimento às necessidades básicas da criança e do adolescente, assim como a não efetivação da sua defesa e proteção. Esta falta é caracterizada como negligência quando as condições para tal lhes é negada ou substituída. Pode ser cometida pela família ou pelo Estado.

Todas essas situações de violência ou violação de direitos são objetos de denúncias. São violências devidamente qualificadas na Constituição Federal, Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do adolescente, Estatuto da Criança e do Adolescente e Legislação Penal.

A violência contra crianças e adolescentes é crime e está qualificada no artigo 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente, que diz: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”.

É responsabilidade de todos garantirem a proteção aos direitos da criança e do adolescente, formando uma ação sistêmica capaz de protegê-las de forma integral. Assim, explicitamos a seguir em que consiste o sistema de garantia de direitos.

³ Espancar a pessoa reiteradamente por horas e horas, dias e dias (com intervalo ou não).



3. Do Sistema de Atendimento aos Casos de Violência contra Crianças e Adolescentes

O sistema de atendimento a casos de violência contra crianças e adolescente trata da atuação interligada dos diversos profissionais e diversos órgãos na defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente. Esta interligação potencializa um atendimento integral à pessoa onde as práticas são complementares entre si. Tendo cada profissional e cada órgão a clareza da sua intervenção e da intervenção do outro no momento certo de agir e repassar às instâncias competentes. Estamos falando de um fluxo ágil de atendimento institucional e uma perfeita comunicação entre os mesmos, tendo por objetivo apurar as denúncias, responsabilizar os agressores e proteger a criança e o adolescente de toda e qualquer forma de violência.

No âmbito da violência sexual, e que também se aplica para outras situações de violências, Eduardo Borges⁴ conceitua Sistema como sendo “um complexo integrado de ações, onde atuam todos os agentes sociais envolvidos no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual, que se inicia com recebimento potencializado da denúncia e se desenvolve de forma a interligar racionalmente a ação estatal, de tal maneira que a criança e o(a) adolescente, segundo o caso concreto, transite nas esferas médica, psicossocial e jurídica, propiciando a que todos os segmentos envolvidos enfrentem uma mesma denúncia, pontualmente, que analisada assim, pela ótica interdisciplinar, findando com o atual momento de dispersão e de falta de comunicação e ação conjunta” (COSTA, 1997, p.193).

Partindo deste princípio, os dados a seguir refletem a situação da violência contra crianças e adolescentes no Estado do Maranhão e também dimensionam a atuação dos órgãos na defesa e garantia dos direitos humanos deste segmento.

3.1 Da Notificação e Apuração dos Casos de Violência

Apresentamos de forma específica cada fonte pesquisada por demonstrarem semelhanças e diferenças ao mesmo tempo. Semelhança porque o mesmo caso pode ter sido notificado tanto no disque denúncia⁵, Conselho Tutelar e DPCA, e diferença pela forma como os dados são registrados por cada instituição.

Os dados registrados de violência contra crianças e adolescentes no período 2003 a 2005 explicitam uma realidade bastante preocupante. Em comparação com a pesquisa anterior, vê-se que houve um aumento significativo do número de denúncias, representando uma escala crescente a cada ano, que se confirmam nas três fontes pesquisadas.

⁴Promotor de Justiça, com atuação na área da infância.

⁵O Disque Denúncia é um sistema nacional de notificação que recebe denúncias através do telefone gratuito de todo o território nacional. É gerenciado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, ligada à Presidência da República.



Conforme a Tabela 01, foram registrados 451 casos de violência no período de 3 anos. Este dado é significativo no cenário nacional, no qual o Maranhão representa um dos Estados com maiores índices de denúncia através do disque 100⁶. Anualmente, é feita uma intensa campanha de divulgação do disque denúncia nos meios de comunicação e junto a rede municipal de ensino público. Além disso, foram produzidos materiais informativos com distribuição na semana nacional de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes, realizada em todo o país, no mês de maio. Dos 451 casos, 41% foram de violência sexual (entre exploração, abuso e pornografia), 36% de violência física, 11% de negligência, 5% de violência psicológica e 7% não informados.

Tabela 01 – Denúncias feitas aos Disque denúncia Nacional

Tipo de Violência	Total
Violência física	163
Violência Psicológica	22
Exploração sexual comercial/Prostituição	68
Exploração sexual comercial/Atividade autônoma	2
Abuso Sexual	116
Pornografia/Ao vivo	1
Negligência	49
Em branco	30
Total Geral	451

Fonte: Relatório do Disque denúncia 2004-2005/CAOP

Com relação ao Conselho Tutelar, no mesmo período foram notificados 2.391 casos, com relativo crescimento a cada ano. O maior número de casos diz respeito à negligência, seguido de violência física, sexual e por último a violência psicológica, conforme consta da tabela 02. Estes dados representam o universo de apenas 09 conselhos Tutelares, 7 da ilha e 02 do interior do Estado. Portanto não abrange a realidade estadual, tão pouco dimensiona a problemática como um todo. Além disso, as notificações ainda são bem inferiores ao número de casos praticados.

Comparativo ao período de 1998 a 2002 (Observatório Criança, vol. 1), houve um crescimento de 101,43% do número de notificação. Este fato atribui-se a vastas campanhas em busca da quebra do silêncio diante dos casos de violência praticada contra crianças e adolescentes. Assim sendo, não podemos dizer que a violência cresceu, mas sim, que os casos de denúncias cresceram de forma significativa.

Diante deste cenário, chama a atenção o número de casos de negligência, que são notificados aos Conselhos Tutelares. Refere-se à falta de cuidado por parte dos pais ou responsáveis. Isso é preocupante, pois a família representa o habitat protetivo da criança, no entanto em nossa realidade os

⁶O Disque 100 é uma política pública nacional, que disponibiliza a toda a nação brasileira um número de telefone gratuito para recebimento de denúncias de violência contra crianças e adolescentes. Está em funcionamento desde 1996 e é gerenciado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos.



dados parecem demonstrar o contrário, um ambiente desprotegido e ameaçador à sua segurança.

Tabela 02 – Notificações feitas aos Conselhos Tutelares

Tipo de Violência	2003	2004	2005	Total
Violência sexual	84	73	103	260
Violência Física	204	166	280	650
Violência Psicológica	142	134	181	457
Negligência	221	335	468	1.024
Total	651	708	1.032	2.391

Fonte: Conselhos Tutelares

A terceira fonte pesquisada foi a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente – DPCA. A Delegacia foi inaugurada no segundo semestre de 2003, fruto de lutas do movimento da infância junto à Secretaria de Segurança Pública, que diante da realidade, almejava um serviço especializado para a defesa e proteção da criança e do adolescente, desde 1999.

Tal foi sua relevância que, em 2 anos e meio, recebeu 3.822 denúncias de crimes contra crianças e adolescentes, superando inclusive os indicadores até então apresentados.

A Delegacia representa o passo inicial rumo à defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente. Por sua missão investigativa e, neste caso, com propósito de proteger este segmento, é o órgão com primazia para apurar todas as denúncias, inclusive aquelas feitas através do disque denúncia nacional e dos Conselhos Tutelares.

Neste sentido, reúne o maior número de casos, contemplando as notificações encaminhadas pelos Conselhos Tutelares, Dique Denúncias e as demandas espontâneas da comunidade.

De acordo com a tabela 03 a situação mais recorrente diz respeito à violência física, criminalmente definida como crimes contra a pessoa, sendo 33,80% dos casos denunciados e destes 61% são de lesão corporal. A situação seguinte mostra os crimes contra a liberdade individual, com 17,37% e 14,99% contra os costumes, ou seja, os crimes de natureza sexual e, destes, 59,16% relativos a estupro, atentado ao pudor e tentativa de estupro.

Tabela 03 – Denúncias registradas junto à DPCA

Crimes cometidos contra criança e adolescentes	2003/2 ⁷	2004	2005	Total
Dos Crimes contra a pessoa	262	510	520	1.292
Dos crimes contra a honra	39	136	160	335
Dos crimes contra a liberdade individual	107	279	278	664
Dos crimes contra o patrimônio	-	4	5	9
Do estelionato e outras fraudes	1	3	2	6
Dos crimes contra o costume	130	249	194	573
Dos crimes contra família	35	48	54	137
Dos crimes contra a administração da justiça	2		4	6
Dos crimes e das infrações administrativas	17	29	42	88
Outros ⁸	85	300	327	712
Total	678	1.558	1.586	3.822

Fonte: Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente

⁷Referente ao segundo semestre de 2003.

⁸Abandono de Lar, Achado de cadáver, Desaparecimento, Desobediência, Desacato, Descumprimento de dever e responsabilidade, Perturbação da tranquilidade, Racismo, Tortura, Vias de fato, Violação de domicílio.



Destes casos, foram gerados 3.577 Boletins de Ocorrências, 1.253 Termos Circunstanciados, de Ocorrência (TCO) e 298 Inquéritos Policiais (IP). Isto significa que do total de casos registrados apenas 43,36% se converteram em procedimentos de investigação, quais sejam o TCO e o IP. É ainda um percentual baixo e, além disso, dentro deste procedimento alguns casos não chegam à responsabilização do autor mediante falta de provas ou outros fatores que dificultam o processo judicial.

Neste âmbito, vale ressaltar a necessidade de produção de provas qualificadas e irrefutáveis. Algo que tem sido foco de grandes preocupações diante da natureza dos crimes, principalmente os crimes sexuais. Legalmente são instituídos os exames de conjunção carnal e de corpo de delito para situações como as acima relatadas. Contudo, não tem sido possível abarcar as marcas psicológicas e emocionais que a violência provoca. Através de decreto, no âmbito de São Luís, existe a ampliação deste serviço com a inclusão da perícia psicológica e social, para as crianças e adolescentes vítimas, instituído no ano de 2004, no âmbito da Secretaria de Segurança Pública, com vinculação ao Instituto Médico Legal.

Este procedimento foi requisitado pela autoridade policial para 219 crianças/adolescentes nos anos de 2004 e 2005. Destes 165 suspeitos de violência sexual, 5 de violência psicológica e 54 para outras situações. Os exames periciais chegaram a confirmar 86 casos, 28 não confirmados e os demais tiveram interrupção no atendimento, não chegaram à conclusão da perícia (ver tabela 05). Tal fato se deu pela pouca estrutura do Centro de Perícia, à época, sendo que na atual conjuntura a desistência é praticamente nula.

Tabela 04 – Casos periciados no CPO

	2004	2005	Total
Atentado violento ao pudor	25	60	85
Suspeita de atentado violento ao pudor		1	1
Estupro	10	48	58
Maus tratos	4	8	12
Maus tratos e suspeita de abuso		1	1
Ameaça		1	1
Violência Física	1		1
Agressão física	1		1
Lesão corporal	1	4	5
Estupro /desaparecimento		1	1
Estupro presumido		1	1
Tentativa de estupro	1	2	3
Tentativa de Homicídio	1		1
Importunação ofensiva ao pudor		5	5
Corrupção de menor		1	1
Ato Obsceno		1	1
Abuso sexual	1		1
Assédio sexual		3	3
Abuso de Incapaz		2	2
Violência psicológica		5	5
Constrangimento ilegal		5	5
Violação de domicílio		1	1
Exploração Sexual		11	11
Sem Informação	1	12	13
Total	46	173	219

Fonte: Centro de Perícias Oficiais

**Tabela 05 – Resultados nos casos periciados**

	2004	2005	Total
Confirmado	29	57	86
Não Confirmado	12	16	28
Sem Continuidade	4	72	76
Sem Dados	1	28	29
Total	46	173	219

Fonte: Centro de Perícias Oficiais

3.1.1 Caracterização do perfil das vítimas

De acordo com as fontes pesquisadas as meninas são as maiores vítimas da violência. Aparece no dique denúncia 522 crianças e adolescentes vitimizados (vide tabela 06); destas, 61,30% são do sexo feminino contra 34,70% do sexo masculino e 4% cujo sexo não foi identificado.

Estas informações são corroboradas pelos dados coletados junto aos Conselhos Tutelares. Dos casos recebidos, constam 2.391 vítimas, sendo 51,73% de meninas contra 47,80% de meninos e 0,47% que não foi informado o sexo. Apenas no ano de 2004, o número de meninos foi superior ao número de meninas.

Igual quadro é constatado pela DPCA. O número de vítimas foi de 4.395 pessoas, no período em referência, sendo 58,24% do sexo feminino e 41,75% do sexo masculino.

Tabela 06 – Dados por Sexo conforme o Dique Denúncia

Feminino	320
Masculino	181
Em branco	21
Total	522

Fonte: Relatório do Disque denúncia/CAOP

Tabela 07 – Dados por Sexo conforme CT

	2003	2004	2005	Total
Feminino	353	345	539	1.237
Masculino	297	361	485	1.143
Sem Dados	1	2	8	11
Total	651	708	1.032	2.391

Fonte: Conselhos Tutelares

Tabela 08 – Dados por Sexo conforme a DPCA

SEXO DA VÍTIMA	2003	2004	2005	Total
Masculino	301	740	794	1.835
Feminino	485	1.039	1.036	2.560
TOTAL	786	1.779	1.830	4.395

Fonte: Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente

IV - Curso Semente de Girassol



No que diz respeito à idade, em todas as faixas etárias os dados são alarmantes. A violência atinge desde crianças com menos de 01 ano até os adolescentes entre 14 e 18 anos. Conforme os dados dos CT's, a maior incidência está entre os dois e quinze anos de idade, e mesmo assim, não há grande disparidade (ver tabela 10). Igual tendência é apresentada nos dados coletados junto à DPCA, conforme detalhado na tabela 11.

Tabela 09 – Dados por Faixa etária – Disque Denúncia

Menos de 01 ano	8
De 01 a 06 anos	137
De 07 a 12 anos	146
De 13 a 18 anos	223
Não Identificado	8
Total	522

Fonte: Relatório do Disque denúncia/CAOP

Tabela 10 – Dados por Faixa etária - CT

	2003	2004	2005	Total
0-1 anos	69	84	83	236
2-5 anos	167	196	230	593
6-11 anos	207	231	348	786
12-15anos	127	132	167	426
16-18 anos	51	28	107	186
Não Informado	30	37	97	164
Total	651	708	1.032	2.391

Fonte: Conselhos Tutelares

Tabela 11 – Dados por Faixa Etária - DPCA

FAIXA ETÁRIA	INCIDÊNCIA			Total
	2003/2	2004	2005	
0 a 5 anos	167	356	253	776
6 a 11 anos	163	395	517	1.075
12 a 17 anos	456	1.028	1.060	2.544
Total	786	1.779	1.830	4.395

Fonte: Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente

Concernente a raça e etnia, as fontes têm dado pouca importância para sua especificação. A maioria aparece como não informado. E dos especificados, tem destaque a cor parda e morena, seguida de branco. Foram registrados também alguns casos de etnia indígena.

Tabela 12 – Dados por Etnia – Disque Denúncia

Branco	84
Negro	47
Pardo	171
Índio	2
Não Identificado	218
Total	522

Fonte: Relatório do Disque denúncia/CAOP

**Tabela 13 – Dados por Etnia da vítima - CT**

	2003	2004	2005	Total
Negro	36	54	57	147
Branco	50	71	82	203
Pardo	148	208	207	563
Índio		3	19	22
Moreno	40	53	55	148
Não Informado	377	319	612	1.308
Total	651	708	1.032	2.391

Fonte: Conselhos Tutelares

3.1.2 Caracterização do agressor

A discussão a respeito da violência contra crianças e adolescentes, tem adquirido, de certa forma, espaço na pauta da mídia e também de instituições públicas e privadas. Contudo, pouco tem se falado a respeito dos agressores. Os números de responsabilização não são significativos e, além disso, não há registros quanto da existência de política de ressocialização dos mesmos.

No âmbito do atendimento, as informações sobre os agressores também são inexpressivas, isto tem dificultado quanto à caracterização do perfil destas pessoas e, conseqüentemente, a destinação de políticas de prevenção à violência e ao atendimento a estes sujeitos.

No período de 2003 a 2005, obtivemos as informações mais gerais, quanto a gênero, idade, ocupação, instrução, etc. Não representam ainda a caracterização de um grande perfil, mas demarcam aspectos relevantes para a discussão a esse respeito.

Com relação ao gênero os casos notificados no disque denúncia tiveram uma ligeira diferença, com predominância do sexo masculino, sendo 52% contra 44% do sexo feminino e 7% de não identificados.

Com relação aos casos notificados junto aos Conselhos Tutelares, o número de homens teve maior destaque: são 53% do sexo masculino, contra 38% do sexo feminino e 8% sem definição. Este dado não foi apresentado pela DPCA, razão pela qual não faremos menção neste item. Contudo, segue praticamente a mesma lógica.

Vale ressaltar que os casos de violência física têm maior destaque para as mulheres como agressoras e no caso da violência sexual este dado se inverte, os homens são os maiores agressores e com expressiva diferença.

Ainda é bastante preocupante a atuação e o grau de resposta que o Estado tem dado diante destes problemas, tanto no que se refere à apuração dos crimes, responsabilização penal dos agressores, quanto do tratamento para os casos de natureza patológica ou disfuncional. Não tem havido além da privação de liberdade a disponibilização de tratamento psicossocial e/ou psiquiátrico para as demandas apresentadas por estas pessoas.



No Brasil, esta experiência é desenvolvida por poucos Estados, a exemplo de Goiânia, pela Universidade Católica, através do projeto Invertendo a Rota, no Rio de Janeiro, pela instituição NOOS. Enquanto serviço público, não encontramos registros de experiência nesta área a respeito de agressores de crianças e adolescentes.

Em Brasília, há uma experiência ligada ao combate à violência contra a mulher que tem dado resultados plausíveis, minimizando os casos de reincidência de violência doméstica. O atendimento é no âmbito psicológico através de núcleos de atendimento especializado a homens agressores.

Em São Luís, encontram-se registros de discussões feitas pelo projeto Rompendo o Silêncio a respeito da necessidade de criação deste serviço. Além disso, alguns casos encaminhados pela justiça são atendidos por clínicas e consultórios particulares de psicoterapeutas.

Tabela 14 – Dado por Sexo - Disque denúncia

Feminino	182
Masculino	215
Não Identificado	15
Total	412

Fonte: Relatório do Disque denúncia/CAOP

Tabela 15 – Dados por Sexo - CT

	2003	2004	2005	Total
Feminino	178	188	375	741
Masculino	303	343	396	1.042
Sem Dados	76	38	38	152
Total	557	569	809	1.935

Fonte: Conselhos Tutelares

Tabela 16 – Dados por Etnia - Disque Denúncia

Branco	83
Índio	1
Negro	44
Pardo	114
Não Identificado	170
Total	412

Fonte: Relatório do Disque denúncia/CAOP

Tabela 17 – Dados por Faixa etária - disque denúncia

Menos de 18 anos	14
De 18 a 20 anos	3
De 20 a 30 anos	154
De 31 a 40 anos	96
De 41 a 50 anos	77
Mais de 50 anos	40
Em branco	28
Total	412

Fonte: Relatório do Disque denúncia/CAOP

Concernente à profissão ou ocupação destas pessoas, tivemos informação apenas junto ao Disque Denúncia. Sendo que o perfil foi bastante variado: pessoas desempregadas, comerciantes, professores, pessoas com ocupação de cargos políticos (prefeito, vereador), servidores públicos de modo



geral, advogado, babá, religioso, agricultor, entre outros. Como pode se ver não há determinação de classe e nem raça, tampouco de grau de instrução, nesta questão.

Quanto à idade os dados disponíveis são bastante incipientes ainda. Só conseguimos estas informações junto ao CT e dos 1.935 agressores, 1.316 não tem a idade especificada e dos demais tem casos de todas as idades: menos de 18 anos até acima de 55.

Relação agressores com a vítima

O vínculo do agressor com a vítima é algo que chama a atenção na pesquisa. De acordo com o disque denúncia 49% são pais/padristos e mães/madrastas, 22,4% por outros familiares ou por conhecidos. Isto representa um universo de quase oitenta por cento. Apenas 28,6% são pessoas desconhecidas.

Das informações coletadas junto à DPCA 24% dos agressores são pais/padastro/madrasta, 6% por outros parentes, 12% por pessoas conhecidas, 50% por outros e 8% cujo agente agressor não foi informado.

Importa ressaltar que, de acordo com os dados anteriores, parte das agressões são praticadas por pessoas que detêm o papel primordial da proteção à criança e ao adolescente, ou seja, aquele que deveria protegê-la de toda e qualquer forma de violência. Estas pessoas são vitimizadas dentro da sua própria casa, tanto quanto fora dela. Há que se refletir a respeito destas questões. O lar, a escola, a igreja, deveriam representar a segurança maior à integridade física, moral, psicológica e sexual da infância. No entanto os dados demonstram uma realidade cruel e preocupante a todos. Não há dúvida de que os adultos, estranhos, parentes ou conhecidos se prevalecem da condição indefesa e inocente de muitas crianças e adolescentes e da confiança de que gozam junto a elas.

Tabela 18 – Situação do Vínculo do agressor com a vítima – disque denúncia

Pai	51
Mãe	118
Pai/Mãe	3
Pai/Mãe adotivo	6
Padrasto	17
Madrasta	7
Familiar	7
Irmão	7
Avós	14
Tio(a)	12
Namorado(a)	10
Motorista de ônibus	1
Babá	2
Amigo	8
Vizinho	5
Professor(a)	19
Chefe trabalho/emprego	3
Turista italiano	2
Diretor(a) de escola	2
Desconhecido	98
Em branco	20
Total	412

Fonte: Relatório do Disque denúncia/CAOP



Tabela 19 – Situação do Vínculo do agressor com a vítima - DPCA

	Agressor			
	2003	2004	2005	Total
Pai	78	154	150	382
Mãe	84	155	158	397
Padrasto	23	46	52	121
Madrasta	11	13	21	45
Avô(ó)	1	17	13	31
Irmão(ã)	4	7	9	20
Tio(a)	13	41	35	89
Primo(a)	4	3	7	14
Companheiro(a)	13	27	31	71
Namorado(a)	28	55	32	115
Vizinho	41	87	180	308
Professor(a)		3	28	31
Médico(a)		1	1	2
Policial		5	51	56
Outro	312	786	828	1.926
Não informado	70	181	52	303
Total	682	1.581	1.648	3.911

Fonte: Delegacia de Proteção à Criança e o Adolescente

No que tange à raça e etnia não podemos apresentar este perfil por falta de informação nos registros pesquisados.

3.2 Responsabilização

Os dados discriminados abaixo foram fornecidos através de certidão (nº 628), pela Secretaria da 2ª Vara. Esta vara foi designada para responder pelos crimes praticados contra crianças e adolescentes, no período de setembro de 2004 a 2006. Anterior a este período, os casos eram distribuídos aleatoriamente para qualquer vara criminal.

No ano de 2004, a partir de setembro, foram distribuídos 348 processos e no ano de 2005, 231 processos, perfazendo um total de 579 processos em que constam como vítimas crianças e adolescentes.

Destes, apenas 534 foram denunciados, pois 19 inquéritos foram devolvidos às delegacias de origem para procedimento de novas diligências e 26 inquéritos foram arquivados sem terem sido denunciados. Segundo a secretária, a maioria dos inquéritos arquivados se referia a crimes contra o costume com autoria desconhecida. Nesta vara também eram recebidos inquéritos de todos os 18 distritos policiais existentes em São Luís.

Dos processos distribuídos, 579 tratavam dos seguintes delitos: 171 processos de atentado violento ao pudor, 228 de estupro, 166 de lesão corporal, 08 de maus-tratos e 06 de ameaça. Os dados não foram especificados por ano em razão da falta de informação prestada pela fonte.

Com relação aos 534 processos denunciados, foram promulgadas 172 sentenças condenatórias e 03 sentenças absolutórias. Destes, 68 foram remetidos ao Tribunal de Justiça para apreciação de recursos.



Ressalta-se que o número de processos aqui apresentados diz respeito à sua tramitação na justiça. Alguns processos foram iniciados em anos anteriores.

Tabela 20 - Processos Distribuídos na 2ª Vara Criminal

Números de Processos	TOTAL
Nº de denúncias	534
Nº de inquéritos policiais devolvidos à delegacia de origem para procedimento de novas diligências	19
Nº de inquéritos policiais arquivados	26
Total	579

Fonte: 2ª Vara Criminal (2004/2005)

Tabela 21 - Números de Processos Distribuídos x Número de Delitos

Tipo Penal	TOTAL
Estupro	228
Atentado violento ao pudor	171
Lesão corporal	166
Maus-tratos	08
Ameaça	06
Total	579

Fonte: 2ª Vara Criminal (2004/2005)

Tabela 22 – Número de Sentenças

SENTENÇAS	TOTAL
Condenatórias	172
Absolutórias	03
Total	175

Fonte: 2ª Vara Criminal (2004/2005)

Não obstante tantas dificuldades a designação desta vara para concentrar os processos de crimes contra crianças e adolescentes já se constituiu num grande avanço na luta pela defesa dos direitos humanos deste segmento.

Maior avanço, ainda, é a criação da 11ª Vara Especializada em crimes contra crianças e adolescentes, com funcionamento a partir de 2006. Há anos que os movimentos sociais reivindicavam a criação deste serviço que finalmente se concretizou e agora faz parte do Complexo de Proteção à Criança ao Adolescente, juntamente com a DPCA, CPO e Promotoria de Crimes contra crianças e adolescentes. Todos estão centralizados num único local, facilitando o acesso e a interação entre os mesmos.

3.3 Do Atendimento às Vítimas

A política de atendimento psicossocial a crianças e adolescentes vítimas de violência é bastante recente. Os primeiros atendimentos foram feitos, em São Luís, pelo projeto Sentinela, ligado à Assistência Social, através de convênios federais.



Diante da especificidade do atendimento, de caráter mais terapêutico, esta demanda foi levada para a política de saúde, onde a mesma foi incorporada no atendimento dos CAISCAS - Centro de Atenção Integral à Saúde da Criança e do Adolescente. A partir de então os dois ambulatórios, além do seu público inicial, que eram os usuários de drogas, passaram a atender também as crianças e adolescentes vítimas de violência, sendo que esse público é o maior demandante atual desses serviços.

No período de 2003 a 2004 foram atendidas 457 crianças e adolescentes pelo projeto sentinela, sendo: 223 vítimas de violência sexual, 169 de violência psicológica e 65 de violência física. Houve uma queda entre os anos de 2003 para 2004 e voltou a crescer o número de pessoas atendidas no ano de 2005, inclusive superando o ano de 2003.

Destes 338 foram meninas e 199, meninos. A maioria na faixa etária de 5 a 15 anos, num percentual de 78%, 13% de 0 a 5 anos e 7% de 16 a 18 anos.

Outro dado a destacar é com relação à etnia, 72% são negras e pardas, contra 28% de etnia branca, indígena ou sem informação.

Tabela 23 – Atendimentos do Programa Sentinela

	2003	2004	2005	Total
Violência Física	21	9	35	65
Violência Sexual	67	75	81	223
Violência Psicológica	61	45	63	169
Total	149	129	179	457

Fonte: Programa Sentinela (2003 a 2005)

Tabela 24 – Do Atendimento por Faixa etária

	2003	2004	2005	Total
0-1	0	0	1	1
2-5	19	14	26	59
5-11	57	53	72	182
12-15	61	55	61	177
16-18	12	7	15	34
Sem informação	0	0	4	4
Total	149	129	179	457

Fonte: Programa Sentinela (2003 a 2005)

Os dados coletados junto ao CAISCA, não puderam ser analisados, tendo como referência o número de pessoas que sofreram a violência. O órgão não tem essa política de controle. Os registros são feitos pelos números de atendimentos realizados. Portanto nos anos de 2004 e 2005, realizaram 3.718 atendimentos. O maior número foi por causas físicas, seguido de psicológica e negligência. Por último, veio a queixa de violência sexual.

Tabela 25 - Número de atendimentos realizados pelos Caiscas

	2004	2005	Total
Violência Física	532	1.290	1.822
Violência Sexual	63	101	164
Violência Psicológica	303	716	1.019
Negligência	100	613	713
Total	998	2.720	3.718

Fonte: Centro de Atenção Integral à Saúde da Criança e do Adolescente



4. Comentários finais

Esta análise compreende o período de 2003 a 2005, dando seguimento aos estudos do projeto Observatório Criança, iniciado em 2002. Assim sendo além de verificarmos os indicadores destes 3 anos, teve também o propósito de verificar as mudanças atingidas a partir do estudo anterior.

Sem sombra de dúvida tivemos melhores alcances na política de proteção à criança e ao adolescente. Houve um maior número de denúncias, a implantação, no âmbito da capital, do Complexo de Proteção à Criança e ao Adolescente, a reestruturação da política de Assistência Social que propicia melhores condições de atendimento e maior alcance às pessoas de baixa renda e/ou vulneráveis socialmente, a implantação e implementação de diversos projetos na área, tanto pelo poder público, quanto pela sociedade civil. Há uma crescente demanda para atividades formativas, advindas de todo o estado do Maranhão.

Contudo, necessitamos urgentemente de práticas e posturas profissionais mais humanizadas no âmbito do atendimento às crianças e adolescentes e suas famílias.

Não foi possível perceber resultados plausíveis na responsabilização dos autores de agressão. A questão da impunidade ainda é um desafio muito grande, assim como a falta de celeridade nos atendimentos.

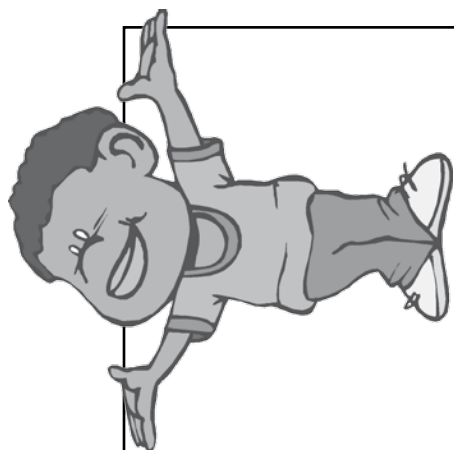
Estes fatos podem levar a um retrocesso nos números de denúncias. Não pela diminuição dos casos, mas pelo descrédito nas instituições e autoridades.

A demora dos órgãos em dar resultados deixa a população vulnerável, em especial a que sofreu a violência e quem a denunciou. A lei por si só não garante a segurança necessária a estas pessoas e elas sofrem ameaças, muitas retiram a denúncia para se protegerem e, em algumas situações, mudam de endereço ou até mesmo de cidade numa atitude preventiva a novas formas de violência.

Esse quadro é constatado nos dados pesquisados. O número de casos registrados junto à DPCA no período de 2003 a 2005, foi de 3.822, contudo foram instaurados apenas 298 inquéritos. No âmbito da Justiça nos anos de 2004 e 2005 foram distribuídos junto à 2ª Vara da Infância 579 processos, sendo que apenas 172 resultaram em sentença condenatória nos anos em referência.

Numa leitura mais detalhada, apenas 7,8% das denúncias feitas à DPCA compuseram o inquérito policial e se compararmos a grosso modo os casos denunciados com o número de sentenças proferidas este dado atinge somente 4,5%.

A não reparação de um direito violado significa a revitimização da vítima. De forma que o combate à violência contra a criança e o adolescente deve ser feito tanto no plano cultural, concretizando a idéia de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos quanto na melhoria do padrão de políticas públicas atualmente ofertadas.



ATIVIDADE PEDAGÓGICA

**Quantas crianças e adolescentes tem em seu município?
Você sabe quantas crianças e adolescentes sofrem violência? Quantos
Casos são denunciados? Quantos autores de agressão são responsabilizados?
Então, vamos fazer um recorte estatístico dos dados sobre violência contra
Crianças e adolescentes do seu município !!!
Localize os dados populacionais do seu município na tabela abaixo que servirá
de subsídio para a pesquisa do inter-módulo, fazendo o percentual conforme os
dados pesquisados por vocês.**



2.2 POPULAÇÃO RESIDENTE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES – MARANHÃO - 2007

População Residente por Faixa Etária segundo Município

Faixa Etária: 0 a 4 anos não detalhado, Menor 1 ano, 1 a 4 anos, 5 a 9 anos, 10 a 14 anos, 15 a 19 anos
Período: 2007

Fonte: IBGE - Censos Demográficos e Contagem Populacional; para os anos intercensitários, estimativas preliminares dos totais populacionais, estratificadas por idade e sexo pelo MS/SE/Datasus. Ver nota técnica.
 Consulte o site da Secretaria Estadual de Saúde para mais informações.

Município	Menor 1 ano	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	Total
TOTAL	153.846	612.624	752.043	814.147	786.086	3.118.746
210005 Açailândia	2.631	10.777	13.447	14.295	13.510	54.660
210010 Afonso Cunha	137	535	649	626	593	2.540
210015 Água Doce do Maranhão	217	911	1.312	1.445	1.235	5.120
210020 Alcântara	453	2.052	2.730	3.166	2.926	11.327
210030 Aldeias Altas	475	1.936	2.310	2.461	2.354	9.536
210040 Altamira do Maranhão	185	771	878	869	814	3.517
210043 Alto Alegre do Maranhão	653	2.440	2.755	3.316	3.164	12.328
210047 Alto Alegre do Pindaré	949	4.376	5.124	5.053	4.628	20.130



210050 Alto Parnaíba	255	1.011	1.339	1.426	1.265	5.296
210055 Amapá do Maranhão	254	869	941	909	838	3.811
210060 Amarante do Maranhão	1.096	4.247	5.164	5.405	4.779	20.691
210070 Anajatuba	551	2.217	2.791	3.187	3.011	11.757
210080 Anapurus	288	1.118	1.331	1.390	1.273	5.400
210083 Apicum-Açu	388	1.535	1.980	2.029	1.531	7.463
210087 Araguaianã	214	944	1.146	1.168	1.167	4.639
210090 Araioses	841	3.540	4.505	4.978	4.313	18.177
210095 Arame	812	3.109	3.939	3.855	3.268	14.983
210100 Arari	615	2.549	3.333	3.785	3.512	13.794
210110 Axixá	259	1.044	1.365	1.578	1.433	5.679
210120 Bacabal	2.300	8.704	10.806	12.082	12.270	46.162
210125 Bacabeira	275	1.139	1.431	1.729	1.544	6.118
210130 Bacuri	450	1.823	2.457	2.529	2.080	9.339
210135 Bacurituba	139	450	634	705	616	2.544
210140 Balsas	2.211	8.433	9.602	9.551	9.229	39.026
210150 Barão de Grajaú	333	1.449	1.886	2.135	2.123	7.926



210160 Barra do Corda	1.906	7.875	10.338	10.667	9.612	40.398
210170 Barreirinhas	1.247	5.318	6.979	6.751	5.867	26.162
210177 Bela Vista do Maranhão	304	1.220	1.369	1.499	1.420	5.812
210173 Belágua	200	839	892	761	596	3.288
210180 Benedito Leite	111	472	727	792	610	2.712
210190 Bequimão	335	1.518	2.089	2.714	2.460	9.116
210193 Bernardo do Mearim	126	511	765	816	764	2.982
210197 Boa Vista do Gurupi	230	833	1.006	889	737	3.695
210200 Bom Jardim	1.097	4.355	4.993	5.166	4.949	20.560
210203 Bom Jesus das Selvas	635	2.274	2.563	2.715	2.577	10.764
210207 Bom Lugar	384	1.371	1.591	1.840	1.812	6.998
210210 Brejo	748	3.007	3.500	4.145	3.917	15.317
210215 Brejo de Areia	269	962	1.114	1.085	969	4.399
210220 Buriti	767	2.928	3.379	3.537	3.049	13.660
210230 Buriti Bravo	507	2.145	2.909	3.019	2.637	11.217
210232 Buriticupu	2.288	7.979	9.057	9.467	9.070	37.861
210235 Buritirana	447	1.676	2.079	2.248	2.026	8.476



210237 Cachoeira Grande	251	1.174	1.401	1.220	994	5.040
210240 Cajapió	276	1.050	1.373	1.739	1.445	5.883
210250 Cajari	336	1.221	1.581	1.604	1.364	6.106
210255 Campestre do Maranhão	337	1.425	1.767	1.873	1.669	7.071
210260 Cândido Mendes	529	2.323	2.937	3.050	2.644	11.483
210270 Cantanhede	540	2.102	2.430	2.484	2.056	9.612
210275 Capinzal do Norte	235	1.002	1.278	1.402	1.332	5.249
210280 Carolina	547	2.256	2.764	3.130	2.720	11.417
210290 Carutapera	531	2.418	2.982	3.044	2.549	11.524
210300 Caxias	3.351	12.925	16.432	18.216	18.133	69.057
210310 Cedral	255	890	1.300	1.574	1.463	5.482
210312 Central do Maranhão	253	890	1.251	1.240	1.102	4.736
210315 Centro do Guilherme	197	864	1.089	1.052	856	4.058
210317 Centro Novo do Maranhão	534	2.231	2.444	2.291	1.989	9.489
210320 Chapadinha	1.684	6.608	8.087	8.992	7.990	33.361
210325 Cidelândia	314	1.244	1.512	1.727	1.612	6.409
210330 Codó	2.957	11.235	13.672	15.117	14.425	57.406



210340 Coelho Neto	1.101	4.363	5.588	6.005	5.672	22.729
210350 Colinas	1.092	4.472	5.612	5.280	5.085	21.541
210355 Conceição do Lago-Açu	301	1.140	1.215	1.232	1.157	5.045
210360 Coroa	1.612	6.026	7.041	8.206	7.267	30.152
210370 Cururupu	970	3.888	4.803	5.494	5.176	20.331
210375 Davinópolis	312	1.248	1.403	1.550	1.475	5.988
210380 Dom Pedro	552	2.181	2.740	2.906	2.858	11.237
210390 Duque Bacelar	348	1.230	1.576	1.444	1.319	5.917
210400 Esperantinópolis	469	2.164	3.013	3.018	2.958	11.622
210405 Estreito	672	2.481	3.143	3.292	3.303	12.891
210407 Feira Nova do Maranhão	205	868	1.053	1.060	918	4.104
210408 Fernando Falcão	152	631	752	630	579	2.744
210409 Formosa da Serra Negra	487	2.212	2.849	2.567	2.175	10.290
210410 Fortaleza dos Nogueiras	311	1.406	1.723	1.764	1.673	6.877
210420 Fortuna	340	1.373	1.781	1.775	1.657	6.926
210430 Godofredo Viana	157	649	947	948	789	3.490
210440 Gonçalves Dias	414	1.552	2.079	2.096	2.068	8.209



210450 Governador Archer	195	769	979	1.048	1.018	4.009
210455 Governador Edison Lobão	347	1.357	1.615	1.796	1.664	6.779
210460 Governador Eugênio Barros	454	1.661	1.986	2.020	1.896	8.017
210462 Governador Luiz Rocha	172	711	783	811	774	3.251
210465 Governador Newton Bello	324	1.443	1.868	1.774	1.691	7.100
210467 Governador Nunes Freire	945	4.244	4.733	5.007	4.417	19.346
210470 Graça Aranha	139	578	695	790	786	2.988
210480 Grajaú	1.607	6.054	7.813	7.806	6.996	30.276
210490 Guimarães	262	1.033	1.502	1.848	1.736	6.381
210500 Humberto de Campos	645	2.813	3.318	3.145	2.672	12.593
210510 Icatu	588	2.631	3.215	3.210	2.550	12.194
210515 Igarapé do Meio	302	1.281	1.545	1.637	1.608	6.373
210520 Igarapé Grande	202	751	1.014	1.226	1.206	4.399
210530 Imperatriz	5.254	20.530	24.712	27.364	29.129	106.989
210535 Itaipava do Grajaú	432	1.563	2.058	2.019	1.744	7.816
210540 Itapecuru Mirim	1.427	5.459	6.290	7.259	6.300	26.735
210542 Itinga do Maranhão	736	3.193	3.705	3.766	3.675	15.075



210545 Jatobá	99	444	575	537	514	2.169
210547 Jenipapo dos Vieiras	430	1.715	2.299	2.135	1.835	8.414
210550 João Lisboa	579	2.221	2.637	2.993	2.840	11.270
210560 Joselândia	370	1.424	1.767	1.863	1.818	7.242
210565 Junco do Maranhão	201	762	885	901	804	3.553
210570 Lago da Pedra	1.114	4.294	5.368	5.507	5.373	21.656
210580 Lago do Junco	232	957	1.257	1.317	1.187	4.950
210594 Lago dos Rodrigues	181	813	923	1.045	1.047	4.009
210590 Lago Verde	411	1.461	1.879	2.009	1.825	7.585
210592 Lagoa do Mato	229	957	1.290	1.306	1.318	5.100
210596 Lagoa Grande do Maranhão	247	945	1.172	1.129	986	4.479
210598 Lajeado Novo	181	626	929	925	778	3.439
210600 Lima Campos	233	876	1.226	1.426	1.339	5.100
210610 Loreto	244	1.129	1.427	1.446	1.262	5.508
210620 Luís Domingues	138	619	740	838	671	3.006
210630 Magalhães de Almeida	390	1.397	1.772	1.922	1.802	7.283
210632 Maracaçumé	493	1.880	2.249	2.320	2.219	9.161



210635 Marajá do Sena	231	932	1.071	934	790	3.958
210637 Maranhãozinho	290	1.252	1.428	1.525	1.365	5.860
210640 Mata Roma	324	1.417	1.628	1.781	1.679	6.829
210650 Matinha	541	2.147	2.851	2.889	2.993	11.421
210660 Matões	785	2.849	3.323	3.654	3.503	14.114
210663 Matões do Norte	231	919	1.117	1.079	908	4.254
210667 Milagres do Maranhão	253	900	965	996	912	4.026
210670 Mirador	605	2.413	3.034	2.940	2.640	11.632
210675 Miranda do Norte	424	1.686	1.981	2.402	2.349	8.842
210680 Mirinzal	337	1.381	1.729	1.912	1.840	7.199
210690 Monção	847	3.254	3.952	3.684	3.165	14.902
210700 Montes Altos	289	1.115	1.323	1.453	1.347	5.527
210710 Morros	521	2.058	2.337	2.230	1.861	9.007
210720 Nina Rodrigues	265	1.094	1.296	1.305	1.109	5.069
210725 Nova Colinas	127	535	662	658	585	2.567
210730 Nova Iorque	82	403	493	505	516	1.999
210735 Nova Olinda do Maranhão	358	1.446	1.749	1.899	1.869	7.321



210740 Olho d'Água das Cunhãs	377	1.548	1.900	2.070	2.086	7.981
210745 Olinda Nova do Maranhão	246	979	1.266	1.483	1.371	5.345
210750 Paço do Lumiar	2.439	9.383	11.143	12.459	13.468	48.892
210760 Palmeirândia	404	1.650	2.268	2.671	2.577	9.570
210770 Paraibano	402	1.769	2.421	2.689	2.368	9.649
210780 Parnarama	969	3.355	4.133	4.510	4.420	17.387
210790 Passagem Franca	372	1.517	1.869	1.979	1.844	7.581
210800 Pastos Bons	370	1.619	2.094	2.240	1.948	8.271
210805 Paulino Neves	416	1.550	1.868	1.769	1.422	7.025
210810 Paulo Ramos	573	2.087	2.492	2.598	2.415	10.165
210820 Pedreiras	902	3.684	4.610	5.247	5.320	19.763
210825 Pedro do Rosário	728	2.889	3.455	3.654	3.237	13.963
210830 Penalva	751	3.479	4.343	4.280	3.844	16.697
210840 Peri Mirim	266	1.128	1.462	1.638	1.479	5.973
210845 Peritoró	566	2.150	2.487	2.604	2.425	10.232
210850 Pindaré-Mirim	781	2.857	3.439	3.913	3.967	14.957
210860 Pinheiro	1.551	6.534	8.605	10.051	9.988	36.729



210740 Olho d'Água das Cunhãs	377	1.548	1.900	2.070	2.086	7.981
210745 Olinda Nova do Maranhão	246	979	1.266	1.483	1.371	5.345
210750 Paço do Lumiar	2.439	9.383	11.143	12.459	13.468	48.892
210760 Palmeirândia	404	1.650	2.268	2.671	2.577	9.570
210770 Parailbano	402	1.769	2.421	2.689	2.368	9.649
210780 Parnarama	969	3.355	4.133	4.510	4.420	17.387
210790 Passagem Franca	372	1.517	1.869	1.979	1.844	7.581
210800 Pastos Bons	370	1.619	2.094	2.240	1.948	8.271
210805 Paulino Neves	416	1.550	1.868	1.769	1.422	7.025
210810 Paulo Ramos	573	2.087	2.492	2.598	2.415	10.165
210820 Pedreiras	902	3.684	4.610	5.247	5.320	19.763
210825 Pedro do Rosário	728	2.889	3.455	3.654	3.237	13.963
210830 Penalva	751	3.479	4.343	4.280	3.844	16.697
210840 Peri Mirim	266	1.128	1.462	1.638	1.479	5.973
210845 Peritoró	566	2.150	2.487	2.604	2.425	10.232
210850 Pindaré-Mirim	781	2.857	3.439	3.913	3.967	14.957
210860 Pinheiro	1.551	6.534	8.605	10.051	9.988	36.729



210870 Pio XII	696	3.120	3.797	4.026	3.715	15.354
210880 Pirapemas	344	1.555	1.874	1.960	1.610	7.343
210890 Poção de Pedras	387	1.758	2.337	2.707	2.976	10.165
210900 Porto Franco	442	1.684	2.225	2.452	2.301	9.104
210905 Porto Rico do Maranhão	116	471	665	850	822	2.924
210910 Presidente Dutra	875	3.853	5.055	5.440	5.361	20.584
210920 Presidente Juscelino	378	1.544	1.875	1.738	1.442	6.977
210923 Presidente Médici	130	528	680	726	612	2.676
210927 Presidente Sarney	398	1.730	2.074	2.055	1.811	8.068
210930 Presidente Vargas	271	1.358	1.509	1.594	1.237	5.969
210940 Primeira Cruz	334	1.604	1.874	1.821	1.503	7.136
210945 Raposa	634	2.404	2.578	2.978	2.800	11.394
210950 Riachão	559	2.154	2.688	2.920	2.688	11.009
210955 Ribamar Fiquene	185	708	992	1.058	866	3.809
210960 Rosário	886	3.476	4.440	5.247	4.436	18.485
210970 Sambaíba	142	546	711	648	540	2.587
210975 Santa Filomena do Maranhão	188	632	756	799	712	3.087



210870 Pio XII	696	3.120	3.797	4.026	3.715	15.354
210880 Pirapemas	344	1.555	1.874	1.960	1.610	7.343
210890 Poção de Pedras	387	1.758	2.337	2.707	2.976	10.165
210900 Porto Franco	442	1.684	2.225	2.452	2.301	9.104
210905 Porto Rico do Maranhão	116	471	665	850	822	2.924
210910 Presidente Dutra	875	3.853	5.055	5.440	5.361	20.584
210920 Presidente Juscelino	378	1.544	1.875	1.738	1.442	6.977
210923 Presidente Médici	130	528	680	726	612	2.676
210927 Presidente Sarney	398	1.730	2.074	2.055	1.811	8.068
210930 Presidente Vargas	271	1.358	1.509	1.594	1.237	5.969
210940 Primeira Cruz	334	1.604	1.874	1.821	1.503	7.136
210945 Raposa	634	2.404	2.578	2.978	2.800	11.394
210950 Riachão	559	2.154	2.688	2.920	2.688	11.009
210955 Ribamar Fiquene	185	708	992	1.058	866	3.809
210960 Rosário	886	3.476	4.440	5.247	4.436	18.485
210970 Sambaíba	142	546	711	648	540	2.587
210975 Santa Filomena do Maranhão	188	632	756	799	712	3.087



210980 Santa Helena	863	3.418	4.386	4.839	4.463	17.969
210990 Santa Inês	1.929	7.215	8.338	9.142	10.016	36.640
211000 Santa Luzia	2.493	9.617	11.075	11.794	10.884	45.863
211003 Santa Luzia do Paruá	529	1.940	2.445	2.734	2.492	10.140
211010 Santa Quitéria do Maranhão	1.013	3.845	4.694	4.713	4.246	18.511
211020 Santa Rita	608	2.500	3.358	3.411	3.158	13.035
211023 Santana do Maranhão	357	1.415	1.700	1.709	1.467	6.648
211027 Santo Amaro do Maranhão	284	1.147	1.453	1.542	1.199	5.625
211030 Santo Antônio dos Lopes	323	1.287	1.720	1.801	1.735	6.866
211040 São Benedito do Rio Preto	484	2.091	2.524	2.562	2.077	9.738
211050 São Bento	688	2.998	3.975	4.959	4.716	17.336
211060 São Bernardo	676	2.822	3.447	3.753	3.334	14.032
211065 São Domingos do Azeitão	205	802	1.065	1.048	873	3.993
211070 São Domingos do Maranhão	1.037	3.884	4.649	4.896	4.517	18.983
211080 São Félix de Balsas	78	412	559	567	500	2.116
211085 São Francisco do Brejão	198	835	1.038	1.185	1.147	4.403
211090 São Francisco do Maranhão	298	1.242	1.534	1.594	1.576	6.244



211100 São João Batista	455	2.078	2.594	2.966	2.828	10.921
211102 São João do Carú	518	1.964	2.176	2.055	1.865	8.578
211105 São João do Paraíso	291	1.259	1.592	1.586	1.588	6.316
211107 São João do Soter	500	1.738	2.150	2.167	2.152	8.707
211110 São João dos Patos	491	2.004	2.705	2.976	2.901	11.077
211120 São José de Ribamar	3.185	13.051	16.055	17.667	17.319	67.277
211125 São José dos Basílios	199	766	1.052	1.042	959	4.018
211130 São Luís	19.899	79.072	96.756	113.773	129.909	439.409
211140 São Luís Gonzaga do Maranhão	496	2.030	2.483	2.723	2.546	10.278
211150 São Mateus do Maranhão	949	3.862	4.818	5.148	4.590	19.367
211153 São Pedro da Água Branca	284	1.191	1.470	1.541	1.360	5.846
211157 São Pedro dos Crentes	116	445	634	641	536	2.372
211160 São Raimundo das Mangabeiras	369	1.574	2.016	2.158	1.850	7.967
211163 São Raimundo do Doca Bezerra	186	734	940	942	845	3.647
211167 São Roberto	129	481	670	604	596	2.480
211170 São Vicente Ferrer	478	1.865	2.726	2.961	2.545	10.575
211172 Satubinha	282	1.144	1.356	1.527	1.342	5.651



211174 Senador Alexandre Costa	197	777	1.029	987	805	3.795
211176 Senador La Rocque	485	1.847	2.139	2.351	2.271	9.093
211178 Serrano do Maranhão	78	358	430	418	380	1.664
211180 Sítio Novo	460	1.717	2.201	2.314	2.042	8.734
211190 Sucupira do Norte	219	1.042	1.398	1.359	1.161	5.179
211195 Sucupira do Riachão	113	472	601	616	536	2.338
211200 Tasso Fragoso	178	781	932	884	735	3.510
211210 Timbiras	859	3.174	3.866	4.036	3.541	15.476
211220 Timon	3.705	14.183	15.902	18.242	18.150	70.182
211223 Trizidela do Vale	354	1.410	1.716	2.153	2.192	7.825
211227 Tuilândia	162	617	683	723	707	2.892
211230 Tuntum	939	3.710	4.939	4.880	4.777	19.245
211240 Turiaçu	1.040	4.364	5.150	5.330	4.416	20.300
211245 Turilândia	401	1.789	2.280	2.452	2.350	9.272
211250 Tutóia	1.248	5.350	6.665	6.592	5.563	25.418
211260 Urbano Santos	518	2.070	2.338	2.459	2.163	9.548
211270 Vargem Grande	1.119	4.268	4.645	5.074	4.271	19.377
211280 Viana	1.203	4.713	5.760	6.152	6.087	23.915
211285 Vila Nova dos Martírios	177	840	965	981	946	3.909
211290 Vitória do Mearim	969	3.687	4.670	4.856	4.596	18.778
211300 Vitorino Freire	677	2.671	3.161	3.528	3.494	13.531
211400 Zé Doca	1.260	5.357	6.447	7.364	7.230	27.658

Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabegi.exe?ibge/cnv/popma.def> consulta em fevereiro de 2008



3. VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

Recorte do texto CONSTRUINDO UMA LINGUAGEM COMUM - Extraído do Caderno de Atenção Básica n 08 – Ministério da Saúde. Violência intrafamiliar orientações para a prática em serviço.

A violência intrafamiliar é toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, as integridades físicas, psicológicas ou a liberdade e ao direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda sem laços de consangüinidade, e em relação de poder á outra.

O conceito de violência intrafamiliar não se refere apenas ao espaço físico onde a violência ocorre mas também ás relações em que se constrói e efetua.

A violência doméstica distingue-se da violência intrafamiliar por incluir outros membros do grupo, sem função parental, que convivem no espaço doméstico. Incluem-se aí empregados (as), pessoas que convivem esporadicamente, agregados.

Estas distinções construíram-se á medida que os estudos e políticas sobre o tema, recentemente, passaram a preocupar a sociedade. Particularmente, a violência doméstica é um fenômeno trazido á luz pelos movimentos sociais de mulheres. Por esta razão, muitas vezes o termo foi utilizado para descrever situações de violência intrafamiliar, no espaço doméstico, atingindo as mulheres por sua condição de gênero. Este tema foi posto em evidência, também, pelos movimentos de defesa da criança e do adolescente, que a década de 50 atuam nos países do primeiro mundo. Aqui no Brasil, apenas mais recentemente, desenvolveram-se movimentos e organizações sociais atuantes contra o maltrato infantil e de proteção á Criança e do Adolescente, em 1990.

Ainda no relatório anual Condiciones de Salud em Lãs Americas (OMS/OPAS,1991). Outros aspectos relevante do problema são apontados:

“Um fator significativo da vitimização pode ser um fato de que a mulher foi socializada para ser mais desvalorizada, passivas, resignadas e submissas que o homem. Sem dúvida, a explicação da origem deste fenômeno, e sua magnitude, há que buscá-la nos fatores culturais e psicossociais que predis põem o agressor a cometer esta violência e nas formas em que a sociedade tolera, e inclusive estimula, este comportamento. A maior parte desta violência se tolera em silêncio, se legitima em leis e costume e se justifica como “tradição” cultural. Sua forma mais endêmica são os maus-tratos á esposa, o qual ocorre de forma universal em todos os grupos raciais, culturais e socioeconômicos. A prevalência real de maus-tratos a mulheres não se conhece, dado que os casos de abuso seguem sendo pouco notificado.

Por outro lado, porque a mulher se envergonha do fato, o aceita, teme represálias do companheiro, ou da família, ou porque não encontra apoio no sistema jurídico”.

A violência intrafamiliar expressa dinâmicas de poder/afeto, nas quais estão presentes relações de subordinação-dominação. Nessas relações –homem/mulher, pais/filhos, diferentes gerações,



entre outras - as pessoas estão em posições opostas, desempenhando papéis rígidos e criando uma dinâmica própria, diferente em cada grupo familiar.

É preciso chamar atenção também para a violência resultante da falta de acesso aos serviços necessários, de falta de qualidade ou inadequação do atendimento, que representa mais uma agressão às pessoas que buscam assistência por terem sofrido violência intrafamiliar. Alertar para esse tipo de violência-a qual chamamos de institucional-é muito importante, pois as pessoas que sofre violência intrafamiliar estão especialmente vulneráveis aos seus efeitos.

Tipos de Violência Intrafamiliar

A violência intrafamiliar pode se manifestar de várias formas e com diferentes graus de severidade. Estas formas de violência não se produzem isoladamente, mas fazem parte de uma sequência crescente de episódios, do qual o homicídio é a manifestação mais extrema.

Violência Física

Ocorre quando uma pessoa, que esta em relação de poder em relação a outra, causa ou tente causar dano não acidental, por meio do uso da força física ou algum tipo de arma que pode provocar ou não lesões externas, internas ou ambas. Segundo concepções mais recentes, o castigo repetido, não severo, também se considera violência física.

Esta violência pode ser manifestada de várias formas: Tapas; Empurrões; Socos; Mordidas; Chutes; Queimaduras; Cortes; Estrangulamento; Lesões por armas ou objetos; Obrigar a tomar medicamentos desnecessários ou inadequados, álcool, drogas ou outras substâncias, inclusive alimentos; Tirar de casa á força; Amarrar; Arrastar; Arrancar a roupa; Abandonar em lugares desconhecidos e os danos á integridade corporal decorrente de negligência (omissão de cuidados e proteção conta agravos evitáveis como situação de perigo, doenças, gravidez, alimentação, higiene, entre outros).

Violência Sexual

É toda ação na qual uma pessoa em relação de poder e por meio de força física, coerção ou intimidação psicologia, obriga uma outra ao ato sexual contra a sua vontade, ou que a exponha em interações sexuais que propiciem sua vitimização, da qual o agressor tente obter gratificação. A violência sexual ocorre em uma variedade de situações como estupro, sexo forçado no casamento, abuso sexual infantil, abuso incestuoso e assédio sexual.

Inclui, entre outras: Carícias não desejadas; Penetrações orais, anais ou genitais, com pênis ou objetos de forma forçada; Exposição obrigatória á material pornográfico; Exibicionismo e masturbação forçada; Uso de linguagem ironizada, em situação inadequada; Impedimento o uso de qualquer método contraceptivo ou negação por parte do parceiro(a) em utilizar preservativo; Ser forçado(a) a ter ou presenciar relações sexuais com outras pessoas, além do casal.

Os abusos sexuais institucionais, ou seja, os que são perpetrados em instituições encarregadas da proteção e bem-estar da criança, adolescente, deficiente, idosos, doentes mentais, assumem impor-



tância, uma vez que estes espaços passam a constituir o lar destes indivíduos.

Segundo a Conferência Regional Latino-Americana e Caribenha (ONU, 1994), o abuso sexual intrafamiliar é aquele realizado por membros da família extensiva (avós, tio(as), primos(as), ou outros).

Estupro

O estupro é todo ato de penetração oral, anal ou vaginal, utilizando o pênis ou objetos e cometido à força ou sob ameaça, submetendo a vítima ao uso de drogas ou ainda quando esta for incapaz de ter julgamento adequado. A definição do Código Penal, de 1940, delimita os casos de estupro à penetração vaginal, e mediante violência. Esta definição é considerada restrita e atualmente encontra-se em revisão. A nova redação propõe definição mais ampla, que acompanha as normas médicas e jurídicas preponderantes em outros países.

Abuso Sexual na Infância ou na Adolescência

Define-se como a participação de uma criança ou de um adolescente em atividades sexuais que são inapropriadas à sua idade e seu desenvolvimento psicossocial. A vítima é forçada fisicamente, coagida ou seduzida a participar da relação sem ter necessariamente a capacidade emocional ou cognitiva para consentir ou julgar o que está acontecendo (Gauderer e Morgado, 1992).

Abuso Incestuoso

Consiste no abuso sexual envolvendo pais ou outros parentes próximos, os quais se encontram em uma posição de maior poder em relação à vítima.

Costuma se manter em sigilo pela família pelo alto grau de reprovação social, embora ocorra em diferentes grupos socioeconômicos, raciais e religiosos. Condenado entre os tabus primordiais de nossa sociedade recai sobre a vítima uma forte carga de culpabilização.

Tanto nos casos de abuso incestuoso como nos casos de assédio sexual, são relevantes as normas familiares, nas quais preponderam a autoridade parental e a reverência à esta autoridade (temor reverencial), mesmo quando há ameaça, constrangimento e abuso sexual. Estes aspectos transcendem a família, e podem ser percebidos em outras estruturas sociais e culturas com hierarquia rígida, calcada sobre uma autoridade inquestionável, facilitando o abuso de poder.

Sexo Forçado no Casamento

É a imposição de manter relações sexuais no casamento. Devidos as normas e costumes predominantes, a mulher é constrangida a manter relações sexuais como parte de suas obrigações de esposa. A vergonha e o medo de ter sua intimidade devassada, a crença de que é seu dever de esposa satisfazer o parceiro, além do medo de não ser compreendida, reforçam esta situação.

Assédio Sexual

O assédio sexual pode ser definido por atitudes de conotação sexual em que haja constrangimento de uma das partes, através do uso do poder de um(a) superior na hierarquia, reduzindo a capacidade de resistência do outro.



Apesar do assédio sexual ser um problema cujo reconhecimento e visibilidade tem se acentuado nas relações profissionais com o crescimento da inserção da mulher no mercado de trabalho, há séculos também existem no interior das famílias e outras instâncias da organização social. A dependência econômica, juntamente com o medo de ser desacreditado(a) e a vergonha, são fatores que impedem a vítima de denunciar a situação.

O assédio sexual se caracteriza principalmente pela dissimulação do assediado e pelos efeitos provocados à vítima. As situações descritas abaixo são características do assédio:

- Clara condição para dar ou manter um emprego, posição sócioeconômica ou posição diferenciada com implicações nas relações familiares.
- Influência na carreira profissional
- Prejuízo no desempenho profissional e/ ou educacional
- Modo de ação do assediador geralmente: Portas fechadas; Sussurros; Olhares maliciosos; Comentários insistentes e não diretos; Ameaças veladas.

Violência Psicológica

É toda ação ou omissão que causa ou visa a causar dano à auto-estima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. Inclui: Insultos constantes; Humilhação; Desvalorização; Chantagem; Isolamentos de amigos e familiares; Ridicularização; Rechaço; Manipulação afetiva; Exploração; Negligência (atos de omissão a cuidados e proteção contra agravos evitáveis como situações de perigo, doenças, gravidez, alimentação, higiene, entre outros); Ameaças; Privação arbitrária da liberdade (impedimento de trabalhar, estudar, cuidar da aparência pessoal, gerenciar o próprio dinheiro, brincar, etc.); Confinamento doméstico; Críticas pelo desempenho sexual; Omissão de carinho; Negar atenção e supervisão.

Violência Econômica ou Financeira

São todos os atos destrutivos ou omissão do(a) agressor(a) que afetam a saúde emocional e a sobrevivência dos membros da família. Inclui:

- Roubo
- Destruição de bens pessoais (roupas, objetos, documentos, animais de estimação e outros) ou de bens da sociedade conjugal (residência, móveis e utensílios domésticos, terras e outros)
- Recusar de pagar a pensão alimentícia ou de participar nos gastos básicos para a sobrevivência do núcleo familiar.
- Uso dos recursos econômico de pessoa idosa, tutelada ou incapaz, destituindo-a de gerir seus próprios recursos e deixando-a sem provimentos e cuidados.



VIOLÊNCIA SEXUAL

CAMILA CAMILA
(Nenhum de nós)

Depois da noite de festa
chorando e esperando amanhecer, amanhecer
As coisas aconteciam com alguma explicação, com alguma explicação.....

Depois da noite de festa
Chorando e esperando amanhecer, amanhecer
À vezes peço a ele que vá embora. Que vá embora....

Camila, Camila, Camila

E eu tenho medo até de suas mãos,
Mas o ódio cega e você não percebe,
Mas o ódio cega...
E eu que tenho medo até de seu olhar
Mas o ódio cega e você não percebe
Mas o ódio cega

A lembrança do silêncio daquelas tardes, daquelas tardes
A vergonha e o silêncio naquelas matas, naquelas matas

Havia algo de insano naqueles olhos,
Olhos insanos...
Os olhos que passavam os dias a me vigiar, a me vigiar

Camila, Camila, Camila

Eu que tinha apenas 17 anos
Baixava minha cabeça pra tudo
Era assim que as coisas aconteciam
E era assim que eu via tudo acontecer

Camila, Camila, Camila.



3.1 VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Conforme estudo do I Módulo, cabe ressaltar a importância de observar em que contexto social, cultural e econômico ocorre a violência. Assim, lembramos que o Maranhão possui uma população de 6.265.070 habitantes entre estes 3.118.746 é de crianças, adolescentes e jovens. E que segundo o IBGE é considerado um dos estados que possui os piores indicadores de desenvolvimento humano do país, com péssimas condições de vida da população, ocasionada principalmente pela concentração de renda na mão de poucos e tantos outros sem poder suprir minimamente suas necessidades básicas.

Estas desigualdades sociais e econômicas tão acentuadas geram diversas formas de violência que vão desde a violência estrutural até outra tipologia de violência tais como: física, psicológica, sexual, que atenta contra a integridade física e psicológica das pessoas. Isto tem tornado a população infante - juvenil muito mais suscetível a ação dos abusadores e agressores.

A violência sexual é uma situação em que uma criança ou um adolescente é usado para gratificação sexual de um adulto ou de adolescente mais velho, baseado em uma relação de poder. Pode incluir desde insinuação verbal ou corporal, espionagem, carícias manipulação de genitália, mama ou ânus, até o ato sexual propriamente dito e se expressa de duas formas abuso e exploração sexual.

O abuso sexual apresenta algumas características, tais como:

- Ocorre num contexto de dominação onde o violentado, encontra-se subjugado ao violentador, sem condição de opor-se;
- É revestida de um pacto de silêncio, pois a violência acontece no interior dos lares de crianças e adolescentes e estas tem uma relação de parentesco com o violentador, na sua maioria pai, padrasto, tio, vizinho cunhado ou um irmão de maior idade;
- Esta violência pode também ser cometida por mulheres - mães, tias, madrinhas, madrastas – apesar dos registros referentes a este tipo de violência ter pouca notificação.

A exploração sexual apresenta algumas características, tais como:

- É favorecida pelas condições sócio-econômica das pessoas violentadas contrastando com o poder social, econômico e político do violentador;
- As crianças e adolescentes são submetidas ao trabalho do comércio e da indústria do sexo no âmbito nacional e internacional, pois existe toda uma rede de favorecimento de pessoas ou grupos que ganham muito dinheiro com este tipo de investimento;
- Abrange:



1. Casas de prostituição, pontos de encontros, postos de gasolina, praças de alimentação de shopping;
2. Redes de agenciamento e interessados no lucrativo comércio do sexo;
3. Tráfico de crianças e adolescentes para fins sexuais;
4. Leilões de meninas virgens ou não;
5. Turismo sexual;
6. Pornografia na internet, sites, revistas e fotografias de crianças e adolescentes, incluindo a organização de book;

A construção do contexto histórico e social da infância favorece a violência sexual contra crianças e adolescente, pois se alicerça na compreensão do pátrio poder autoritário, sustentando a concepção socializadora e educativa baseada em castigos físicos, psicológicos e morais, na impunidade dos agressores de crianças e adolescentes assim como, do descaso e inexistência de políticas públicas para este segmento e suas famílias.

Esta situação ainda é fortalecida por três aspectos, que Neide Castanha caracteriza como balizadores da violência sexual contra criança e adolescentes quais sejam:

Contexto social:

- Considera a situação de pobreza e miséria em que vive a população brasileira;
- Disparidade geográfica existente no país, onde o nordeste se apresenta como a mais pobre região em relação as outras regiões brasileira;
- Degradação rural ocasionada pelo êxodo rural e a concentração de terra na mão de pouco em detrimento de muitos, expulsando o homem do campo fortalecendo e perpetuando a miséria e a pobreza. Aliado a isto a desorganização urbana como o inchaço das periferias dos grandes centros sem condições de infra-estrutura;
- Desestruturação familiar;

Contexto cultural:

- Alicerçado no tripé gênero, etnia e raça;
- A violência sexual é sustentada pela violência de gênero que se expressa através de qualquer ato ou danos físico ou emocional causado pelo abuso de poder de uma pessoa sobre outra, baseado na desigualdade de gênero e os homens, brancos, adultos e ricos pela hierarquização do poder de dominação, abusam e exploram sexualmente de mulheres, crianças e adolescentes, pobres e negras;

Contexto econômico:

- Nas situações de violência sexual há na maioria dos casos dependência financeira/econômica, de crianças e adolescente, do abusador/ explorador;

É importante considerar que no contexto brasileiro como mencionado anteriormente, existe uma excessiva concentração de riquezas na mão de poucos, o que tem sido fomentador do desemprego, inclusão de crianças e adolescentes no trabalho infantil, dentre outras, favorecendo a violência sexual de criança e adolescente.



Para uma maior compreensão deste fenômeno selecionamos alguns autores que tem se debruçado nos estudos e pesquisas sobre a questão da violência sexual conforme segue:

3.2 VIOLÊNCIA SEXUAL: a categoria chave na compreensão do abuso sexual contra crianças e adolescentes.

Texto extraído do livro de Eva Faleiros T. Silveira – Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescente.

A violência sexual contra crianças e adolescentes acontece em escala mundial, esteve sempre presente em toda a história da humanidade, e em todas as classes sociais, articulada ao nível de desenvolvimento civilizatório da sociedade na qual acontece. Sabe-se que “reflete, de um lado, as concepções que a sociedade construíram acerca da sexualidade humana; e de outro, a posição da criança e do adolescente nessas mesmas sociedades e, finalmente o papel da família na estrutura das sociedade ao longo do tempo e do espaço.”(Azevedo,1993).

Segundo Faleiros (1998) “violência, aqui não é entendida, como ato isolado, psicologizado pelo descontrole, pela doença, pela patologia, mas como um desencadear de relações que envolvem a cultura, o imaginário, as normas, o processo civilizatório de um povo”. Neste sentido a violência sexual contra crianças e adolescentes tem de ser analisada em seu contexto histórico, econômico, cultural, social e ético.

A história da infância no Brasil revela que desde o tempo da Colônia as crianças não são consideradas sujeitos de direitos. Situação que vem se reproduzindo por séculos, seja por uma compreensão autoritária do pátrio poder, por concepções socializadoras e educativas baseados em castigos físicos, seja pelo descaso e tolerância da sociedade com a extrema miséria e com as mais diversas formas de violência a que são submetidas milhões de crianças, pela impunidade dos vitimizadores de crianças, por cortes orçamentários em políticas públicas e programas sociais. Essas concepções e atitudes, vigentes até hoje, explicam a resistência da sociedade ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

A ideologia machista (de gênero) e a idade, que autoriza o poder de adultos sobre a crianças e adolescentes (o pátrio-poder entre outros) tem validado historicamente os homens e os adultos a exercer o poder sobre os mais jovens e as mulheres.

É importante reter que a categoria violência é um elemento constitutivo/conceitual, e, portanto explicativo, de todas as situações em que crianças e adolescentes são vitimizados sexualmente.



É consensual nos estudos sobre violência sexual contra crianças e adolescentes que esta se constitui numa relação de poder, autoritária, na qual estão presentes e se confundem atores/forças com pesos /poderes desiguais de conhecimento, autoridade, experiência, maturidade, recursos e estratégias.

O poder é uma força que alguém tem e exerce visando alcançar objetivos previamente definidos. O poder pode ser exercido de diferentes formas e em sua forma autoritária ele é validado e auto-validado pela autoridade de quem o detém e decide.

Os adultos estão “autorizados” socialmente a exercer poder sobre crianças e adolescentes, poder necessário a socialização destes, como por exemplo, o pátrio poder e o poder do professor sobre os alunos. No entanto, é muito importante distinguir o poder violento do poder não violento. O poder é violento quando nega ao violentado seus direitos, quando é atentatório ou destituído da identidade do dominado.

Observa-se que enquanto há clareza de que o abuso intra e extrafamiliar são uma violência sexual, nem sempre a exploração sexual comercial é identificada como violência sexual e como abuso sexual.

Na literatura sobre o tema encontra-se uma preocupação em dividir (classificar) a violência física, psicológica e sexual. A isto se acresce referências à violência estrutural e à institucional. Trata-se de uma tentativa de compreensão desse fenômeno em suas diferentes manifestações. Porém quando da análise de situações concretas da violência verifica-se que diferentes formas não são tão excludentes como uma para confundir do que para entender o que realmente ocorre. Por exemplo, a violência física é uma violência psicológica que pode ser também institucional e estrutural; a violência sexual é também física e psicológica.

A gravidade da violência sexual depende fundamentalmente do grau de conhecimento e de intimidade, dos papéis de autoridade e de responsabilidade de proteção do vitimizador em relação à vítima, dos sentimentos que os unem, do nível de violência física utilizada (estupro, ferimento, tortura, assassinato) e de suas conseqüências (aborto, gravidez, maternidade incestuosa, seqüelas físicas e psicológicas graves, morte).

A violência sexual, por seu caráter íntimo e relacional, é peculiar e se reveste de uma extrema gravidade. Em se tratando de violência sexual perpetrada por adultos em crianças e adolescentes estas adquire particularidades que a torna muito mais complexa e grave, pois é “organizadora” de estruturas psíquicas e sociais, principalmente nos abusos sexuais de longa duração e na exploração sexual comercial.

Conceituar a violência sexual contra crianças e adolescentes implica compreender a natureza do processo que seu caráter sexual confere a este tipo de violência, ou seja, que a mesma:

- Deturpa as relações sócio-afetivas e culturais entre adultos e crianças/adolescentes ao transformá-las em relações genitalizadas, erotizadas, comerciais, violentas e criminosas;



- Confunde, nas crianças e adolescentes violentados, a representação social dos papéis dos adultos, descaracterizando as representações sociais de pai, irmão, avô, tio, professor, religioso, empregador, quando violentadores sexuais; o que implica a perda de legitimidade e da autoridade do adulto e de seus papéis e funções sociais;
- Investe a natureza das relações adulto/ crianças e adolescentes definidas socialmente, tornado-as desumanas em lugar de humanas; desprotetoras em lugar de protetoras; agressivas em lugar de afetivas; individualistas em lugar de solidárias; dominadoras em lugar de democráticas; dependentes em lugar de libertadoras; perversas em lugar de amorosas; desestruturadoras em lugar de socializadoras;
- Confunde os limites intergeracionais.

Com base no acima exposto sobre os conceitos de violência sexual, abuso sexual e maus tratos é possível compreender que estes três conceitos não são sinônimos e são epistemologicamente distintos.

- **VIOLÊNCIA** é a categoria explicativa da vitimização sexual; refere-se ao processo, ou seja, à natureza da relação (de poder) estabelecida quando do abuso sexual.
- **ABUSO SEXUAL** é a situação de uso excessivo, de ultrapassagem de limites: dos direitos humanos, legais, de poder, de papéis, de regras sociais e familiares e de tabus, do nível de desenvolvimento da vítima, do que esta sabe, compreende, pode consentir e fazer.
- **MAUS TRATOS** é a descrição empírica do abuso sexual; refere-se a danos, ao que é feito/praticado/ infringido e sofrido pelo vitimizado, ou seja refere-se aos atos e consequências do abuso.

3.3 VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MENINOS E MENINAS – abuso intrafamiliar e exploração sexual comercial.

Cartilha VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MENINOS E MENINAS – abuso intrafamiliar e exploração sexual comercial. Deputada Federal Maria do Rosário-PT/RS. Brasília/2003.

A violência sexual contra crianças e adolescentes assume na atualidade duas formas principais:

- **Abuso sexual intrafamiliar**
- **Exploração sexual comercial**

Em ambos os casos a violência sexual é a situação em que a criança e/ou o adolescente é usado no prazer sexual de uma pessoa mais velha, ou seja, é qualquer ação de interesse sexual, consumando ou não, que uma mais velha tenha contra uma menina ou um menino.



ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR

São as violências que ocorrem no âmbito do afeto, ou seja, na família círculos de amizades, escolas, abrigos, igrejas, nos espaços ou ambientes conhecidos como proteção à criança.

Ocorre em todas as classes sociais, sendo mantido invisível graças aos pactos de silêncio.⁹

EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL

“A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é uma violação fundamental dos direitos das crianças. Esta compreende o abuso sexual por adultos e a remuneração em espécie ao menino e menina e uma terceira pessoa ou várias. A criança é tratada como objeto sexual e uma mercadoria. A exploração sexual comercial de crianças se constitui uma forma de coerção e violência contra crianças. Que pode implicar no trabalho forçado e formas contemporâneas de escravidão”.¹⁰

AÇÕES QUE CONFIGURAM O ABUSO INTRAFAMILIAR

Com contato físico: carícias, passar a mão em zonas sexuais (seios, nádegas ou genitália), pornografia, o ato sexual em si (com penetração vaginal, anal ou oral, com ou sem violência física).

Sem contato físico: abuso sexual verbal (conversa sobre atividades sexuais para despertar interesse ou chocar), exibicionismo (ficar exibindo suas partes sexuais para uma menina ou menino), ou até mesmo quando uma pessoa fica observando a criança ou adolescente em trajes mínimos ou sem roupa, que se chama voyeurismo.

AÇÕES QUE CONFIGURAM A EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL

- O corpo de meninos e meninas usados como mercadoria;
- Existem exploradores que agenciam o trabalho (‘padrinhos’, ‘tios’, antigos cafetões e traficantes de drogas);
- Cativéis.

QUAIS AS FORMAS DE ABUSO SEXUAL

- Incesto
- Atentado violento ao pudor
- Estupro
- Assédio sexual
- Invasão de privacidade
- Pornografia

⁹Pactos de silêncio são arranjos familiares e de grupos que visam acomodar papéis, de forma que alguns se submetem a outros, numa hierarquia geralmente perversa.

¹⁰(Declaração aprovada durante o primeiro Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, Esco, 1996).



QUAIS AS FORMAS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL

Relações sexuais vaginais, anais, sexo oral, exibicionismo, sado-masiquismo, voyeurismo, pornografia, uso indevido de imagens, uso de drogas, sexo inseguro, além daquelas intrafamiliar.

QUEM SÃO OS ABUSADORES

Geralmente o abusador é alguém muito próximo da criança, alguém que ela conhece e confia; às vezes o abuso é cometido por um adolescente mais velho. Mas quase sempre o abusador é um membro da família, por exemplo, pai, avô, tio, padrasto, primo ou vizinho, e até mesmo mulheres mais velhas.

VOCÊ SABIA?

Família abusadoras – Em 71% dos casos de abuso sexual intrafamiliar, o pai (44%), padrasto (17%) e tio (10%) são os abusadores.

QUEM SÃO OS EXPLORADORES

A exploração sexual envolve outros atores, pois se trata de crime organizado: agentes de prostituição, do tráfico de drogas, ajudados por taxistas, proprietários/as de hotéis, pensões e boates, policiais e autoridade corruptas, em especial em áreas portuárias e de garimpo. Agências de viagens, de turismo, de modelo e de emprego que realizam falsas promessas de trabalho, que levam as meninas inclusive para o exterior, realizando tráfico sexual.

QUEM SÃO AS VÍTIMAS DO ABUSO SEXUAL

As vítimas são crianças e adolescentes de ambos os sexos. Porém, as meninas ainda são as maiores vítimas. Segundo dados internacionais, a cada quatro meninas, uma será vítima de abuso sexual. Por isso, este tipo de violência deve ser compreendido como uma violência de gênero. O abuso ocorre em famílias de todas as classes sociais.

QUEM SÃO AS VÍTIMAS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL

A exploração sexual comercial contra crianças e adolescentes evidencia relações de poder desiguais, onde a pobreza e a indigência, vinculadas a concentração de renda, às relações culturais e de raça, são seus principais determinantes. As pesquisas demonstram que as mulheres e as adolescentes em situação de exploração para fins comerciais constituem a maioria e geralmente já sofreram algum tipo de violência intrafamiliar (em escolas, abrigos, em redes de exploração sexual e em outras relações).

VOCÊ SABIA?

Pobreza – Um milhão de crianças no mundo são vítimas de exploração sexual, e a causa principal é a pobreza. 100 mil de crianças e mulheres são exploradas sexualmente no Brasil.

Fonte: Relatório 'Lucrando com o abuso' - unicef.

O QUE É GÊNERO?

São modos de ser e de se comportar que se baseiam na idéia de que homens e mulheres têm valores diferenciados na sociedade, construídos ao longo dos tempos. Determina os papéis e os lugares



res para homens e mulheres, desde a infância até a velhice. Nestas relações, as mulheres têm menos poder e são usadas para dar prazer aos homens. A forma de exercer esse poder, em geral, é baseada na força, no controle e na violência. Assim, a violência sexual contra mulheres e meninas é considerada um fato natural que acontecerá na vida das mulheres.

CAUSAS DO ABUSO SEXUAL

- Famílias com forte desigualdade de poder entre pai e mãe;
- Modelo feminino desvalorizado;
- Relação de poder geracional (idade) baseada na subordinação;
- Desequilíbrio ou transtorno psíquico dos abusadores.

VOCÊ SABIA?

Meninas são a maioria – No abuso sexual, as meninas são 78% das vítimas e 37% delas têm menos de 11 anos (Relatório ABRAPIA, 2003).

CAUSAS DA EXPLORAÇÃO SEXUAL

- Famílias em conflito, negligentes com os filhos;
- Punições físicas pelos pais ou responsáveis;
- Repetição de um modelo de comportamento dos pais;
- Valores patriarcais, com a desvalorização da identidade feminina;
- Papel dos meios de comunicação no estímulo à erotização precoce;
- Abandono da escola, ou baixo nível de escolaridade;
- Situação sócio- econômica da família, com desemprego;
- Agravamento da exclusão social, fruto do modelo de desenvolvimento;
- Naturalização da sociedade para com a violência contra as mulheres;
- Sociedade consumista.

COMO IDENTIFICAR OS ABUSOS-Sintomas e sinais típicos.^{11 12}

- Transtorno do sono, pesadelo e insônia;
- Isolamento social e depressão;
- Falta de confiança em adultos;
- Baixo rendimento escolar;
- Aversão ao contato físico;
- Perda de apetite, obesidade e mudança de hábito alimentar;
- Lesão ou dor genital;
- Hiperexcitação sexual, masturbação compulsiva;
- Comportamento autodestrutivo (automutilação);
- Mudanças repentinas de humor e irritabilidade;
- Conduta agressiva;

¹¹Deve-se ficar atento a possíveis identificações de um abuso, pois sintomas isolados podem não configurar um caso. O contexto familiar e a história familiar são fundamentais para chegar-se a um diagnóstico seguro.

¹²40% dos abusos acontecem com violência física (hematomas, marcas de mordidas, ruptura de hímen). Isto significa que 60% não deixam marcas físicas visíveis.



- Xixi na cama;
- Dificuldade de concentração;
- Vergonha de se despir na frente de outras pessoas;
- Choro fácil;
- Tentativa de suicídio;
- Gestação.

COMO IDENTIFICAR A EXPLORAÇÃO

- Exposição do corpo;
- Abordagem de adulto;
- Uso de drogas e álcool;
- Horários de circulação em locais públicos;
- Doenças sexualmente transmissíveis;
- Ocorrências seguidas em órgãos policiais e sociais;
- Medo de aproximação de adultos que possam identificá-las;
- Negação da condição de explorada.

VOCÊ SABIA?

Gravidez precoce e aborto – A gravidez na adolescência não raro está relacionada aos abusos, vindo às famílias a escondê-las, a responsabilizar e punir as próprias meninas, levando-as ao abortamento inseguro.

A não ruptura do silêncio em torno do abuso sexual, impede a caracterização da violência sexual seguida de gravidez e, como consequência, a negação do direito de interrupção da gravidez previsto em lei (Código Penal, Art.128).

AS CONSEQUÊNCIAS DO ABUSO SEXUAL

As consequências do abuso sexual não podem ser medidas, nem temporalizadas, porque elas não podem acompanhar a criança e o adolescente por toda a vida.

- Doenças sexualmente transmissíveis (Aids, Hepatite B);
- Sangramento vaginal;
- Relaxamento do esfíncter anal;
- Corrimento vaginal;
- Distúrbio gênito- urinários;
- Desconfiança no adulto;
- Uso de drogas e álcool;
- Sentimentos de baixa estima;
- Hiperatividade e ansiedade exagerada;
- Comportamento rebelde;
- Falta freqüente a escola;
- Distúrbios de condutas(fuga de casa, mentiras roubos);
- Distúrbios alimentares;
- Patologias psicossomáticas;
- Comportamento sexual inapropriado para a sua idade, como atitudes sedutoras em relação a adultos, promiscuidade e prostituição;



- Menina sente-se manchada ou suja;
- Idéias e tentativas de suicídio;
- Sentem-se culpadas/os, o que as vezes as/os impede de revelar o segredo ou pedir ajuda;
- Gestação e aborto inseguro.

CONSEQÜÊNCIAS DA EXPLORAÇÃO SEXUAL:

Além das conseqüências do abuso:

- Transtorno orgânico e psíquico;
- Confusão da identidade;
- Dependência de drogas e álcool;
- Roubo;
- Encurtamento da expectativa de vida;
- Mutilações;
- Morte;
- Envolvimento em redes de trafico e de criminalidade;
- Transformação da situação de exploração em profissional do sexo;
- Transformação da situação de explorada em exploradora;
- Perda de valores de respeito e dignidade humana;
- Gestação e aborto inseguro.

O QUE DIZ A LEI

Constituição Federal, o Código Penal e o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA): “A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual de criança e adolescente”. (C.F.Art. 27§ 4º).

O QUE DIZ O ECA

Art. 5 – Protege de negligencia, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Art. 17 – Garante a inviolabilidade da integridade física, psíquica e mora, abrangendo preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 82 – Proíbe a hospedagem de crianças ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere, salvo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsáveis.

Arts.83,84,85 – Vedam para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsáveis, sem a expressa autorização judicial; para o exterior é necessário documento com firma reconhecida; e sem a prévia autorização judicial, não poderá sair do país em companhia de estrangeiro ou domiciliado no exterior.

Art. 240,241 – Vedam a exposição das crianças e adolescentes em teatro, tevê, fotografias e em cinema em cena de sexo explícito ou pornografia.



VOCÊ SABIA?

Redes de tráfico – Foram detectados 241 redes de tráficos de mulheres e meninas para fins sexual comercial na Brasil. Sua distribuição é a seguinte, pelo número: região norte, nordeste, sudeste, centro-oeste e sul.

MITOS E SEGREDOS – O que dificulta quebrá-los

- Falta de provas, ou seja, não existe lesão física;
- Ameaça da violência ou castigo;
- Ansiedade em relação às consequências da revelação (prisão, separação, morte);
- Descrédito na fala da criança;
- Culpa e vergonha pela estigmatização social do papel de violadas, abusadas, em que se associam sentimentos de estar danificada ou de ser a provocadora (na menina);
- Fantasias de homossexualidade (nos meninos);
- Tabus acerca a sexualidade, que negam o prazer infantil;
- Mitos da obediência paterna e da família santificada, em que a criança imagina que seus pais fazem é para o seu bem além disso, deve obedecê-los .

DE QUEM É A RESPONSABILIDADE PARA CESSAR O ABUSO E A EXPLORAÇÃO

Todas as pessoas que desconfiem ou saibam que uma menina ou menino estejam sendo abusada/o têm o dever de ajuda-lá/o a sair dessa situação.

- Familiares e amigos: não devem temer com as rupturas, pois as crianças estão sofrendo;
- Profissionais; professores, educadores, assistentes sociais, psicólogos, médicos e outros, tem o dever ético de denunciar;
- Agentes públicos: servidores da área da saúde, assistência social, educação, segurança e outros devem ser capacitados para detectar o abuso e exploração sexual e notificar os órgãos de apoio a crianças e adolescentes.
- Agentes de Estado: no caso de exploração sexual, por se tratar de crime organizado, onde misturam-se as redes de sexo, com redes de tráficos e outros crimes cuja existência depende da participação de agentes públicos. O estado, por meio de seus mecanismos e instrumentos, é obrigado a atuar.

VOCÊ SABIA?

São os brasileiros do sexo masculino os principais aliciadores para o trafico humano internacional. Também há mulheres que estão na conexão do trafico, exercendo a função de recrutamento e aliciamento de outras mulheres.

O QUE SE FAZER QUANDO SE CONFIRMA UMA DENUNCIA DE ABUSO E EXPLORAÇÃO

Ao se receber uma denúncia de abuso sexual, ou suspeitar dele, deve-se comunicar ao Conselho Tutelar de sua cidade; na falta do conselho tutelar ou diante do descaso frente à denúncia, procurar



a delegacia de polícia, juizado da infância e da juventude ou Fórum da comarca, Ministério Público, Conselho de Direitos da Criança e do adolescente ou da mulher.

Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto Juvenil mantém um telefone permanente para denúncia:

Disque 100

A suspeição de abuso contra meninos ou meninas deve receber toda a atenção.

As conseqüências de não denunciar podem ser fatais.

Somente denunciando é possível dar fim a esse tipo de violência.

Estima-se que a cada caso denunciado, vinte novos estão acontecendo no mesmo momento.

Mas, atenção, as crianças e adolescentes devem ter sua identidade preservada, ser tratadas com respeito, sem escândalos, ou compaixão.

A proteção deve estar em primeiro lugar.

3.4 VIOLÊNCIA SEXUAL : PERIGO NA INTERNET

Campanha Nacional de Combate à Pedofilia na Internet

Por Anderson e Roseane Miranda

11 de maio de 2007

Fonte: <http://www.censura.com.br/>

Tendo como principal meio de divulgação a Internet, a pedofilia movimentava milhões de dólares por ano e expõe milhares de crianças indefesas a abusos que nem mesmo adultos suportariam...

Podemos afirmar, hoje, a existência de Clubes de Pedofilia! Esses “Clubes” servem para “associar” pedófilos pelo mundo; onde estes podem adquirir Fotos ou Vídeos contendo Pornografia Infantil ou, pior, “contratar” serviços de Exploradores sexuais, fazer Turismo sexual ou mesmo efetivar o Tráfico de menores e aliciá-los para práticas de abusos sexuais. E, pasmem, este circo de horrores é responsável pelo desaparecimento de crianças no mundo inteiro.

Desenvolvemos um trabalho árduo, sem fins lucrativos, no combate ao crime, recebendo e repassando denúncias, com o auxílio de internautas que de algum modo, se viram diante de sites ou imagens contendo pornografia infantil ou pedofilia.

Hoje, a nossa principal missão é a conscientização de internautas (usuários da Internet), políticos (responsáveis pela Legislação do País), as Famílias e a Sociedade como um todo, sobre a situação preocupante, imposta pela ação criminosa através da Internet. Nossas crianças correm o risco real e imediato de serem assediadas via Internet, raptadas para contracenarem em cenas sádicas, doentias,



ou ainda, de verem publicadas sua dor, sua angústia pelo sofrimento no abuso ou exploração sexual... Por isso, abrace esta causa.

Quem denuncia salva!

Dicas para evitar pedofilia na internet

Em primeiro lugar, aprenda mais sobre a Internet se você se sente pouco familiarizado. Peça para seu filho ensiná-lo a navegar. Navegue, veja como a rede funciona e o que ela proporciona às pessoas.

Dedique tempo para navegar com seu filho. Divirta-se com ele pela rede, conheça os sites preferidos, os programas que ele usa e as atividades que faz enquanto está online. Quem sabe você mesmo conseguirá, com o tempo, propor sites e atividades interessantes para a criança na rede.

Ensine seus filhos a fazerem um uso responsável dos recursos online. Afinal, há muito mais na rede do que salas de chat. Caso encontre algum material ofensivo, aproveite a oportunidade para explicar à criança os motivos de o material ser inapropriado e como ela deve proceder.

Fale às crianças sobre a pedofilia, explique que há homens e mulheres mal-intencionados na Internet. Aproveite para passar a velha idéia do “não fale com estranhos”, que pode ser muito bem aplicada à comunicação virtual: ensine a criança a não fornecer informações pessoais como nome, endereço e escola em que estuda em conversas pela Internet, a não enviar fotos para pessoas que conheceu pela Internet e a não receber dessas pessoas nenhum tipo de arquivo.

Conheça os amigos que a criança faz no mundo virtual. Assim como podem surgir boas e duradouras amizades, também podem aparecer pessoas com más intenções. Explique a ela que as coisas vistas e lidas na Internet podem ser verdade, mas também podem não ser.

Não permita que seus filhos marquem encontros com desconhecidos com quem travaram contato pela Internet sem o seu conhecimento. Se você permitir que o encontro seja marcado, que seja em um local público. E, claro, acompanhe seu filho.

Evite colocar o computador no quarto dos seus filhos. Dê preferência à sala ou a algum outro cômodo da casa que proporcione a navegação à vista da família e a livre circulação no ambiente. Isso dificulta o acesso do pedófilo à criança.

Converse e estabeleça regras e limites para o uso da Internet, adequadas à idade da criança. Fixe um horário ou tempo limite de acesso, converse sobre os sites e serviços que ela pode ou não pode usar e explique o motivo. Monitore o uso de salas de bate-papo e de comunicadores instantâneos.

Use os recursos que seu provedor de acesso puser ao seu dispor para bloquear o acesso a todo e qualquer site ou conteúdo que considere inapropriado para o seu filho. Você também pode utilizar programas de filtragem de conteúdo que estão disponíveis na Internet.



A comunicação é fundamental. Mais do que qualquer programa ou filtro, a conversa sincera entre pais e filhos ainda é a melhor arma para enfrentar os perigos da pedofilia - e muitos outros.

Fonte:

<http://tecnologia.terra.com.br/inter...EI4805,00.html>

3.5 TRAFICO DE PESSOAS

Tráfico de Pessoas - Segurança Pública

O que é o tráfico de pessoas?

O tráfico de pessoas é um fenômeno complexo e multidimensional. Atualmente, esse crime se confunde com outras práticas criminosas e de violações aos direitos humanos e não serve mais apenas à exploração de mão-de-obra escrava. Alimenta também redes internacionais de exploração sexual comercial, muitas vezes ligadas a roteiros de turismo sexual, e quadrilhas transnacionais especializadas em retirada de órgãos.

A definição aceita internacionalmente para tráfico de pessoas encontra-se no Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças (2000), instrumento já ratificado pelo governo brasileiro. Segundo o referido Protocolo, a expressão tráfico de pessoas significa:

“o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração.”

O mesmo Protocolo define a exploração como sendo “no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos”.

O tráfico de pessoas é uma das atividades criminosas mais lucrativas. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o lucro anual produzido com o tráfico de pessoas chega a 31,6 bilhões de dólares. Levantamento do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes mostra também que, para cada ser humano transportado de um país para o outro, o lucro das redes criminosas pode chegar a US\$ 30 mil por ano.

Estimativas da OIT assinalam que durante o ano de 2005 o tráfico de pessoas fez aproximadamente 2,4 milhões de vítimas. A OIT estima que 43% dessas vítimas sejam subjugadas para exploração sexual e 32% para exploração econômica.

Ainda há poucos dados disponíveis que permitam uma aproximação real da dimensão do problema no Brasil. Um dos estudos mais importantes para a compreensão desse fenômeno no Brasil

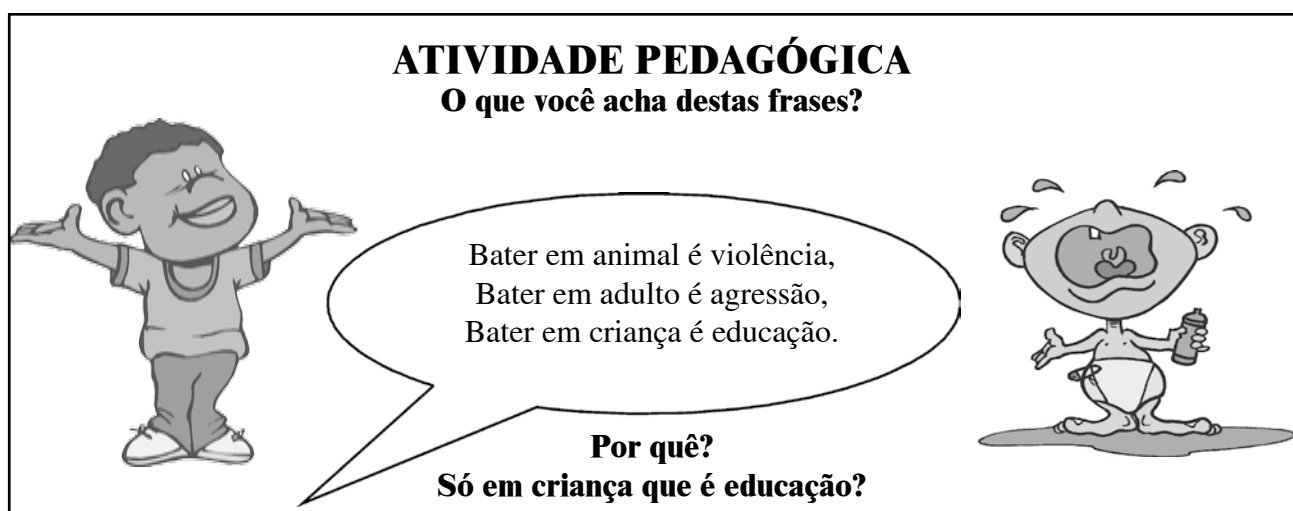


foi a Pesquisa sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual (Pestraf), realizada em 2002. A Pestraf mapeou 241 rotas de tráfico interno e internacional de crianças, adolescentes e mulheres brasileiras, indicando a gravidade do problema no país. A Pestraf permanece ainda como a única pesquisa de abrangência nacional sobre o tema.

Muitas das informações contidas na Pestraf foram incluídas no material que serviu de ponto de partida para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Congresso Nacional, instituída em 2003, com o propósito de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. Em pouco mais de um ano, a CPMI percorreu todas as regiões do país, realizou diversas reuniões e audiências, ouvindo representantes de entidades da sociedade civil, do Poder Público, bem como acusados e vítimas de exploração sexual. Em seu relatório final, a CPMI sugeriu alterações à legislação brasileira, algumas das quais já foram contempladas na alteração do Código Penal feita em março de 2005. A CPMI também avaliou políticas públicas e recomendou ações ao governo federal, muitas das quais já se encontram em execução.

É importante apontar que, embora muitos casos referentes ao tráfico de pessoas envolvam vítimas brasileiras, o Brasil também tem sido o destino de muitas mulheres e meninas de países da América do Sul que são traficadas para fins de exploração sexual comercial, bem como de homens e meninos que são trazidos ao país para a exploração de trabalho escravo.

4 Violência Física



Violência Física

Outra dimensão da violência praticada contra crianças e adolescentes diz respeito à violência física. Esta modalidade é uma das formas de violência mais difícil de combater, haja vista o grau de tolerância que a sociedade tem a seu respeito. No lar é exercida na maioria das vezes como um método corretivo, disciplinador do comportamento das crianças e adolescentes.



Ao longo da história da humanidade os pais se prevaleceram do argumento de que a pessoa para ser boa tem que ser disciplinada na forma da força física. Castigos físicos: surras, espancamentos, queimaduras, fraturas ósseas, aprisionamento por cordas, correntes, entre outros, são alguns exemplos do tratamento que os pais ou responsáveis se valem para exercer sua autoridade, ou melhor, seu autoritarismo sobre os filhos.

A seguir teremos o que hoje o Ministério da Saúde e da Justiça preceituam a respeito da violência física na publicação Direitos Humanos e Violência Intrafamiliar: informações e orientações para agentes comunitários de saúde.

Violência física “ocorre quando alguém causa ou tenta causar dano por meio de força física, de algum tipo de arma ou instrumento que possa causar lesões internas (exemplo: hemorragia, fraturas), externas (exemplo: cortes, hematomas, feridas) ou ambas. Mais recentemente, o castigo repetido, não-severo, também a ser considerado violência física. Essa violência pode causar consequências físicas ou psicológicas, deixando ou não marcas aparentes. Dependendo da gravidade, a agressão pode causar danos temporários ou mesmo a morte” (p. 18).

Também a esse respeito o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte na publicação série Construindo Cidadania volume 6 (Violência Doméstica e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes) demonstra o contexto cultural em que a violência doméstica se caracteriza e como ela é identificada e que consequência traz para a vida da criança e do adolescente, conforme texto a seguir:

Violência Física

Texto extraído da publicação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte na publicação série Construindo Cidadania volume 06 (Violência Doméstica e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes)

“Toda ação que causa dor física numa criança, desde um simples tapa, até o espancamento fatal, representam um só continuum de violência” (Newell, 1989).

É de pequeno que se torce o pepino...
Quem já não ouviu esse tipo popular?
Quem já não apanhou quando criança?

Vivemos em uma sociedade que tem diferentes culturas, diversas formas das pessoas se relacionarem umas com as outras, de estar no mundo e transformá-lo...

No Brasil, aceitamos o castigo físico como um ato educativo, direito de pais e mães.



Tal situação dificulta entender que criança e adolescente tem o direito a estar com a sua família e comunidade em uma cultura de paz. Os limites de sociabilidade, necessários ao seu desenvolvimento integral, devem e podem ser ensinados sem violência. Pais educadores devem ser respeitados e não temidos.

Os adultos abusam da força física para ensinar limites àqueles que dependem e que lhes são submissos. Aliás, é comum a autoridade familiar estar centrada na figura do homem de casa, seja ela pai biológico ou não das crianças. É grande o número de crianças espancadas, queimadas, mutiladas e até mesmo assassinadas, por aqueles que, em princípio, deveriam protegê-las e ensinar-lhes que viver é bom. Como você imagina que essa criança perceber o mundo?

Identificação de violência física

Algumas pistas podem ser úteis para auxiliar os profissionais a identificar ou suspeitar de um caso de maus-tratos. As crianças agredidas e suas famílias costumam apresentar certas reações parecidas. Um indicador isolado não é identificado por si só. É preciso um conjunto razoável de sinais e associado a evidências orgânicas que apontem para a possibilidade do fenômeno estar ocorrendo. Portanto, a análise de qualquer fator isolado não é recomendada. Essas “pistas” são apenas indicações para os profissionais buscarem a consolidação e padronização de critérios, de diagnósticos.

Indicadores físicos da criança/adolescente

- Presença de lesões físicas como feridas e fraturas que não se adequam à causa alegada, marcas de queimadura que aparecem espalhadas pelo corpo, muitas delas revelando em sua forma o contorno do objeto que as produziu (ferro elétrico, talheres, cigarros, espeto de churrasco...);
- Ocultamento de lesões antigas e não explicadas;
- Contusões corporais que sejam indicativas do uso de cintos, fivelas, escova de cabelo, fios elétricos etc.;
- Marcas de dentadas e de ferimentos produzidos por fricção de cordas, que sugerem que criança ou adolescente foi amarrado.

Comportamento da criança/adolescente

- Demonstra desconfiança no contato com adultos;
- Está sempre alerta e/ou temerosa;
- Apresenta mudanças bruscas de humor;
- Teme os pais e os evita;
- Mostra-se apreensiva diante do choro de outra criança;
- Demonstra comportamentos extremistas;
- Tem dificuldade de aprendizagem e/ou relacionamento na escola;
- Manifesta estar sofrendo violência física.

Comportamento da família

- Oculta as lesões da criança/adolescente ou as justifica de forma não convincente ou contraditória;
- Descreve a criança como má e desobediente;
- Defende disciplina severa;



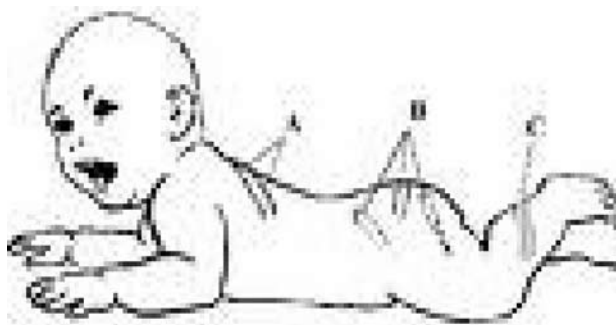
- Abusa de álcool e/ou drogas;
- Tem expectativas irreais da criança/adolescente;
- Culpa os filhos por problemas no lar, na escola; os filhos são o grande problema em suas vidas;
- Tem filho não desejado.

É louvável também o trabalho desenvolvido pela ABRAPIA (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência). No Guia de Orientação para Educadores sobre maus-tratos contra crianças e adolescentes apresenta um quadro com os principais objetos e utilizados nas agressões;

MARCA CORPORAL DA VIOLÊNCIA



<http://www.plenarinho.gov.br/camara/imagens/chega-de-violencia-contra-a-crianca/chega-de-violencia-contra-a-crianca06.jpg>



www.pericias-forenses.com.br/image22.gif



Historias de Vida

Maria Amélia Azevedo e Viviane Guerra narram alguns fatos relatados por pessoas que foram vítimas de violência física na infância, em seu livro *MANIA DE BATER: a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil*, páginas 49 a 52. Extraímos algumas frases que refletem o

pensamento do adulto em relação às lembranças e memórias deixadas para o resto da vida.

“[Meu pai] era, porém, como todo bom pai da época, um homem rigoroso com os filhos. Me deu muita surra de chicote”.

“De vez em quando o seu cinturão latejava nas nossas costas e nossas mãos culpadas eram obrigadas a estender-se para receber a dúzia de bolos deferida por uma escova de roupa, ingloriamente erigida à indignidade de palmatória familiar”.

“Reclamavam: cala essa boca menino! Para com isso! Davam-me palmadas e eu não me rendia”.

“Fui positivamente, nessa fase da vida, um traquinas de primeira classe... E recebi a recompensa de tudo isso em surras memoráveis e em penas de prisão junto à mesa de jantar, com uma ignominiosa corda amarrada ao tornozelo”.

“A reação foi imediata e contraditória: minha mãe bateu-me; meu pai me beijou”.

“Bença papai, bença mamãe! Pertencíamos àquele universo, hoje esvaído, em que os filhos tratavam o pai de senhor e a mãe de senhora, e um olhar ríspido era a véspera da palmatória ou da surra de cinturão”.

“A surra, aplicada com relho, ficou gravada, fundo, a couro de boi, em couro de menino”.

“[Meu pai] acreditava na eficácia dos castigos corporais”.

“Se alteasse o choro, se gritasse – a milha mãe ameaçava – a surra se duplicava. Nada de gritos e apelos que despertassem a compaixão protetora dos meus avós [...]”.

Como contraponto a esta modalidade de “educação”, hoje questionada e combatida por vários profissionais e instituições solicitamos que todos vocês façam novamente a leitura do Livro *A Palmada Já Era*, com o objetivo de construir uma reflexão mais aprofundada da punição corporal e da pedagogia não violenta.



**DE CULPADOS,
DE INOCENTES**

Melhor fora não ter nascido...
Feia, medrosa e triste.
Criada à moda antiga,
Ralhos e castigos.
Espizinhada, domada.

Repreensões ferinas, humilhantes.
E o medo de falar...
E a certeza de estar sempre errando.

Sem carinho de Mãe.
Sem proteção de Pai.
Melhor fora não ter nascido.

E nunca realizei nada na vida,
Sempre a inferioridade me tolheu.
E foi assim, sem luta, que me acomodei
Na mediocridade do meu destino.

(Cora Coralina)



ATIVIDADE PEDAGÓGICA



Iremos abordar um tipo de violência

Onde sua origem está na “pior” e ou “melhor” coisa do mundo, conforme conta a fábula de esopo. Conforme segue.

E, logo depois, segue uma música, que deverá ser ouvida e analisada sobre a forma de violência e o modo como é reproduzida.

ESOPO - A MELHOR E A PIOR COISA DO MUNDO

Há mais de dois mil e quinhentos anos, um rico mercador grego tinha um escravo chamado Esopo. Ele era corcunda, feio mas com uma sabedoria única no mundo. Certa vez, para provar as qualidades de seu escravo, o mercador ordenou:

TOMA, ESOPO. AQUI ESTÁ UMA SACOLA CHEIA DE MOEDAS DE OURO, CORRE AO MERCADO E COMPRA O QUE HÁ DE MELHOR NO MUNDO PARA UM BANQUETE.

Pouco tempo depois, Esopo voltou do mercado e colocou sobre a mesa um prato coberto por um fino pano de linho. O mercador levantou o paninho e ficou surpreso:

AH, LÍNGUA! MAS POR QUE ESCOLHESTE EXATAMENTE A LÍNGUA COMO A MELHOR COMIDA DO MUNDO?

O ESCRAVO DE OLHOS BAIXOS, EXPLICOU A SUA ESCOLHA: - O QUE HÁ DE MELHOR DO QUE A LÍNGUA SENHOR?

A LÍNGUA É QUE NOS UNE A TODOS, QUANDO FALAMOS. SEM A LÍNGUA NÃO PODERÍAMOS NOS ENTENDER. A LÍNGUA É A CHAVE DA CIÊNCIA, O ÓRGÃO DA VERDADE E DA RAZÃO, GRAÇAS A LÍNGUA PODEMOS DIZER O NOSSO AMOR.

A LÍNGUA É O ÓRGÃO DO CARINHO, DA TERNURA E DA COMPREENSÃO. COM A LÍNGUA SE ENSINA, COM A LÍNGUA DIZEMOS “SIM”, COM A LÍNGUA DIZEMOS EU TE AMO!

O QUE PODE HAVER MELHOR DO QUE A LÍNGUA SENHOR?

O MERCADOR LEVANTOU-SE ENTUSIASMADO: - Muito bem, Esopo! Realmente me trouxeste o que há de melhor. Toma agora esta outra sacola de moedas e traga o que há de pior, pois quero testar a sua sabedoria... Depois de algum tempo, Esopo voltou do mercado trazendo um prato coberto por um pano. O mercador descobriu o prato e ficou indignado:



O QUÊ? LÍNGUA? OUTRA VEZ? NÃO DISSESTE QUE A LÍNGUA ERA O QUE HAVIA DE MELHOR?

E ESOPPO RESPONDEU AO MERCADOR: - A LÍNGUA SENHOR É O QUE HÁ DE PIOR NO MUNDO, É A FONTE DE TODAS AS INTRIGAS, O INÍCIO DE TODOS OS PROCESSOS, A MÃE DE TODAS AS DISCUSSÕES...

É A LÍNGUA QUE SEPARA A HUMANIDADE, QUE DIVIDE OS POVOS, A LÍNGUA É O ÓRGÃO DA MENTIRA, DA DISCÓRDIA, DA GUERRA. É A LÍNGUA QUE INSULTA, QUE CORROMPE. COM A LÍNGUA DIZEMOS NÃO E EU TE ODEIO!

AÍ ESTÁ SENHOR POR QUE ELA É A PIOR E A MELHOR DE TODAS AS COISA DO MUNDO...

COMO SEMPRE, CABE DECIDIRMOS SE USAREMOS ELA PARA O BEM OU PARA O MAL.

Kelly Key - Cachorrinho

Se tem uma coisa que me deixa passada
É gritar comigo sem eu ter feito nada,
Se tem uma coisa que eu não admito
É gritar comigo

Você gosta de mandar
Você só me faz sofrer
Você só sabe gritar
E grita sem saber
Mas sei que você não vive
Sem meus cuidados amor
Fala baixinho comigo
A sua dona chegou

Vem aqui que agora eu tô mandando
Vem meu cachorrinho a sua dona tá chamando(4x)
sit, junto, sentado, calado(2x)



5 Violência Psicológica

A violência psicológica se traduz como uma das modalidades mais difíceis de ser identificada e conseqüentemente de ser combatida. Ela perpassa todas as demais modalidades de violência, visto que as experiências de maus tratos físicos, psicológicos, sexuais e negligência acarretam para a maior parte das vítimas traumas de dimensões profundas. Além disso, se configura ainda pela sua especificidade que consiste em atos que distorcem a imagem e acarretam prejuízos à identidade da pessoa, tais como: xingamento, humilhações, discriminação, entre outros, levando a pessoa a sentir-se desvalorizada, sofrer de ansiedade e adoecer com facilidade, podendo inclusive, em casos de longo tempo se agravar de forma profunda chegando até a morte.

De acordo com os Ministérios da Saúde e da Justiça Violência Psicológica

“é toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano à auto-estima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. Inclui ameaças, humilhações, agressões, chantagem, cobranças de comportamento, discriminação, exploração, crítica pelo desempenho sexual, não deixar a pessoa sair de casa, provocando o isolamento de amigos e familiares, impedir que ela utilize o seu próprio dinheiro”.

Para melhor configurar esta modalidade de violência faremos uso neste assunto do texto violência psicológica publicado na série Construindo a Cidadania, volume 6 do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte, conforme se segue:

Violência Psicológica

Texto extraído do Livro Cidadania, volume 6 do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte

Violência psicológica ou “tortura psicológica” acontece pela depreciação da criança, bloqueando seus esforços de auto-estima, com conseqüente sofrimento mental. Ameaças de abandono podem tornar uma criança medrosa e ansiosa, causando-lhe sérios danos emocionais. A vitimização psicológica pode assumir duas formas diferenciadas:

1ª - a negligência afetiva, que consiste numa falta de responsabilidade, de calor humano, de interesse para com as necessidades e manifestações da criança.

2ª - A rejeição, que se caracteriza por manifestações de depreciação e agressividade para com a criança. Por ser extremamente difícil de detectar devido o caráter subjetivo, costuma-se categorizar



como abuso apenas as formas extremas e reincidentes de rejeição ou negligência. No entanto, vale a pena pensarmos que todo e qualquer tipo de violência psicológica. De outra forma, correríamos o risco de fragmentar o indivíduo.

Identificação de violência psicológica

Indicadores Físicos da Criança e do Adolescente

- Problemas de saúde;
- Obesidade;
- Afecções da pele;
- Problemas de gagueira;
- Comportamento infantil: urinar na roupa ou cama, chupar o dedo.

Comportamentos da Criança e do Adolescente

- Problemas de aprendizagem;
- Comportamentos extremos de agressividade ou timidez, destrutivo ou autodestrutivo;
- Problemas com o sono;
- Baixo conceito de si;
- Depressão, apático;
- Tendência suicida.

Comportamento da família

- Tem expectativas irreais sobre a criança/adolescente;
- Rejeita;
- Aterroriza;
- Ignora,
- Isola;
- Exige em demasia;
- Corrompe;
- Descreva a criança e o adolescente como muito mau, diferente dos demais.



6 Negligência



ATIVIDADE PEDAGÓGICA

Você conhece algum pai que no registra ou se registra não se responsabiliza, não cuida?

Famílias que deixam os filhos trancados sozinhos?

Pessoas que só levam a criança ao médico quando estão em estado grave?

Comunidades sem escola, posto de saúde, sem praça, transportes, saneamento básico?

Nesses casos, é ou não violência, é ou não uma negligência?

Mas, de quem é a responsabilidade?

Enumere outras situações que vocês percebem em sua comunidade.

E boa leitura.

Negligência

A negligência ao contrário das demais formas de violências ocorre pela omissão dos pais ou responsáveis, ou ainda, pela omissão do poder público e da sociedade de modo geral.

Consiste no ato voluntário de deixar de alimentar, colocar na escola, tomar os cuidados de saúde, medicação, entre outras necessidades que são vitais para a vida e formação da criança.

De acordo com o Dicionário Aurélio, negligencia significa: “desleixo, descuido, desatenção, menosprezo, preguiça, indolência, palavras um tanto quanto vagas e com um significado dependente de valores culturais e pessoais”.

Segundo Azevedo e Guerra é importante perceber e distinguir “o relacionamento da negligência com as condições sociais de vida dos pais, aspecto este tão relevante em uma realidade como a brasileira. Evidentemente que se uma criança está mal alimentada porque os pais não conseguem obter dinheiro para fazer adequadamente, o caso não será considerado como de negligência. Entretanto, se todo o dinheiro conseguido e que seria, por exemplo, para a alimentação da prole, é desviado para o consumo de bebidas alcoólicas, então poderia se configurar um cuidado negligente”.

As mesmas autoras definem a negligência como sendo:

- Médica (incluindo a dentária): as necessidades de saúde de uma criança não estão sendo preenchidas;
- Educacional: os pais não providenciam o substrato necessário para a frequência à escola;
- Higiênica: quando a criança vivencia precárias condições de higiene;
- De supervisão: a criança é deixada sozinha, sujeita a riscos.
- Física: não há roupas adequadas para uso, não recebe alimentação suficiente.



E quanto à forma Azevedo e Guerra explicitam que a negligência pode ser:

- **Severa:** nos lares das crianças submetidas a estas práticas os alimentos nunca são providenciados, não há roupas limpas, o lixo se espalha no chão, há fezes e urina pela casa; não existem rotinas para as crianças (dormem quando querem, fazem o querem); são deixadas sós por muitos dias, podendo vir a falecer de inanição, de acidentes. Segundo os autores há nestas casas uma presença relevante do uso de álcool, de drogas pesadas (heroína, LSD, ecstasy), de quadro psiquiátrico complicados, de retardos mentais;
- **Moderada:** nos lares de crianças submetidas a estas práticas existem alimentos, estão cozidos mas com balanceamento errado; há sujeiras nas casas mas sem as características do tipo anterior; há algumas roupas limpas; as crianças são deixadas sós por algumas horas; os pais ignoram, por exemplo, um resfriado crônico mas levam ao hospital para emergências.

É importante considerar que além das formas de negligências que fora apontada no texto anterior, consideramos ainda, como declara o Estatuto da Criança e do Adolescente no artigo 98 que trata das medidas protetivas, a existência da negligência institucional que se manifesta quando um determinado órgão ou instituição que por força de Lei ou pela sua responsabilidade a partir da sua missão institucional, deixa de cumprir com as suas responsabilidades, podemos assim citar algumas dessas negligências:

- Falta de infra-estrutura física e humana de espaços de abrigamento transitório ou de caráter continuado para crianças e adolescentes.
- Acessibilidade a todas as crianças e adolescentes às políticas públicas de qualidade, por parte dos gestores dessas políticas.

Como complemento aos conteúdos teóricos até aqui discutido, segue algumas situações que servirão para cada cursistas perceber como se expressa a violência contra crianças e adolescentes.



ALGUNS ESTUDOS DE CASO

Textos extraídos do Livro
Violência Intrafamiliar – Ministério da Saúde

Solange agente comunitária de saúde estava realizando sua visita mensal de acompanhamento às crianças da creche comunitária do bairro, onde Teresa, de cinco anos, passa o dia enquanto sua mãe trabalha. Maria, uma das educadoras da creche, solicitou à Solange que verificasse a temperatura de Teresa, pois ela teria passando o dia anterior, em casa, com febre. Solange, enquanto verificava a temperatura da Teresa, fez perguntas simples para saber melhor o que se passava com a menina:

- Sentes dor em algum lugar?
- Sim, respondeu Teresa.
- Onde estar o dodói
- Aqui na minha “pepeca”, disse Teresa, apontando com sua mãozinha para os órgãos genitais.
- O que foi aconteceu para teres “dodói” aí?
- É, que choveu ontem...
- Choveu? Interrogou Solange, pois não havia chovido no dia anterior.
- É, choveu amarelo na mão do papai...

Após algum tempo de conversa, Solange soube que Teresa ficara o dia anterior com o pai, Aníbal. A menina contou que eles ficaram em casa, sentados no sofá.

- A mamãe chegou em casa e ficou muito braba, e brigou com o papai.
- Porque ela ficou braba?
- Porque o papai ficou comigo no colo, sem roupa, e eu fiquei doente...
- Doente?
- É, com dor na “pepeca”.

Abordagem

Solange buscou, na creche, informações sobre a família que se mudara a pouco tempo para o bairro. Aníbal, o pai, é biscateiro e no momento está desempregado. Marta, a mãe, trabalha como faxineira. O casal está tendo dificuldades econômicas importantes e Marta se diz chateada com o marido que, em vez de procurar emprego, tem chegado alcoolizado em casa. Maria, a educadora da creche, relatou que, várias vezes, o pai de Teresa, alcoolizado, tinha vindo busca-la mais cedo.

Solange encaminhou Teresa para uma consulta com a médica do posto e informou o caso ao Conselho Tutelar. A menina foi encaminhada para a avaliação no Departamento ou Instituto Médico-Legal, que atestou a existência de assaduras, sem nenhuma evidência e lesão física grave.



A assistente social conseguiu fazer contato com a família de Marta, que acolheu Teresa. A família iniciou acompanhamento de saúde mental de referência com uma terapeuta de família. O casal está separado, enquanto Marta avalia se quer voltar a viver com Aníbal. Nas entrevistas com a família, foi constatado que Aníbal molesta frequentemente a menina e demonstra pouca vontade para mudar seu comportamento, incluindo outros problemas, como a dependência de álcool e pouca disposição para o trabalho.

Abordagem do Casal

Quando a equipe de saúde se depara com um caso que demanda atendimento ao casal, em um primeiro momento, homem e mulher devem ser escutados separadamente. Considerando que a violência é um problema de interação do casal, não haverá a mesma abertura para fornecer as informações, caso o agressor esteja presente. Poderão ocorrer ameaças após o atendimento, aumentando o risco em vez de reduzi-lo.

Após a abordagem individual, o casal poderá ser atendido em conjunto, independentemente da decisão de permanecerem juntos, com vistas e lidarem de forma mais adequada com as situações de conflito.

Nos casos de dependência química, a pessoa deverá ser encaminhada para tratamento específico. Entretanto, é importante salientar que o abuso de drogas não constitui causa da violência, mas sim um fator desencadeante desta. É comum observa-se, nos depoimentos, uma contradição em relação ao comportamento do homem violento usuário de drogas, justificando que, quando “fora da droga”, é um bom pai/companheiro. Devemos lembrar que o uso abusivo de drogas é um sintoma e não deve constituir-se com foco único do tratamento. Este deverá abordar, num segundo momento, as questões emocionais do indivíduo, desenvolvendo sua responsabilidade pelas mudanças em sua vida e a conseqüente repercussão desse fato nas pessoas que conviveram com ele.

7 Formas de Abordagens às situações de violência intrafamiliar

Texto extraído da Cartilha do Ministério da Saúde – Violência Intrafamiliar - pág. 66 e 69.

O primeiro passo no atendimento de uma situação de violência intrafamiliar é sempre garantir a segurança e proteção dos membros da família.

Conforme as estatísticas que já mencionamos, na maioria dos casos de violência intrafamiliar, o homem é o agressor. No entanto, há dois aspectos do problema para os quais devemos estar atentos. O homem pode estar diretamente na condição de agredido, ou na condição de agressor, e demandar assistência, pois sua vivência também é carregada de sofrimento. Em relação à abordagem com homens agressores, é fundamental o entendimento dos fatores associados a este comportamento, para evitar condutas culpabilizadoras ou vitimistas.

Apesar da indignação que sentimos diante do agressor é preciso poder ouvir suas razões e suas motivações, seus medos, inseguranças e dependências e ajudá-lo para que ele possa dar-se conta delas. É importante lembrar que na esfera doméstica cada um tem sua parcela de envolvimento, por



diferentes formas de atuação ou omissão, portanto todos devem ser assistidos, se quisermos transformar padrões de comportamento. Ações punitivas e restritivas podem ser importantes à segurança, mas a interação com o problema através de uma abordagem terapêutica não pode ser negligenciada ou substituída por tais medidas.

Quando do atendimento a homens agressores, alguns objetivos podem ser buscados:

- Auxiliá-los a compreender a gravidade de seu comportamento.
- Identificar a existência ou não de violência nas relações afetivas anteriores, bem como na família de origem. Estes aspectos auxiliam a compreensão da natureza do problema e o quanto podem influenciar no seu comportamento.
- Levá-los a compreender quais situações provocam o comportamento violento.
- Avaliar o quanto sentem-se motivados a receber auxílio para modificar este comportamento.
- Encorajá-los a responsabilizar-se por seus sentimentos, pensamentos, percepções e comportamentos.
- Informá-los sobre as diversas formas de violência e seu impacto na vida das pessoas envolvidas.
- Auxilia-los a desenvolver uma forma mais positiva de pensar e sentir sobre si mesmos, fortalecendo sua auto estima.
- Auxiliá-los a exercer novas e mais adequadas formas de expressar sua agressividade.



Será necessária a lupa para identificação dos casos de violência contra crianças e adolescentes?



Qual é a sua visão a respeito da criança e do adolescente?

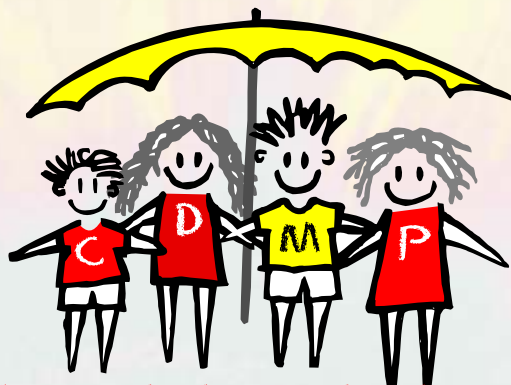
Você saberia diferenciar uma situação do não foi intencional (acidente) do intencional (violência)?

E quanto sua posição?



A sua mãozinha é muito importante e faz toda a diferença.

Realização



CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
PE. MARCOS PASSERINI

Apoio



PETROBRAS



Conselho Estadual dos
Direitos da Criança e do Adolescente